



MENSAGEM

APRESENTADA À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 2ª LEGISLATURA
PELO
SENHOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO
GOVERNADOR DO PARANÁ

CURITIBA — PARANÁ
1951

333.03/3
P223
1951

Senhores Deputados à Assembléia Legislativa do Estado.

Dirigindo-me, pela primeira vez, como Governador do Estado, a essa egrégia Assembléia, quero, de início e ainda uma vez, afirmar minha fé democrática.

Venho de uma luta contra as forças organizadas do poder. Cheguei ao Governo pela vitória da oposição. Em tôrno do meu nome, coligaram-se os partidos, quer oficialmente, quer pelos seus elementos mais representativos, incluindo-se no grande movimento político que culminou no pleito de 3 de outubro, uma dissidência do próprio partido então dominante.

A confiança popular, que deu a vitória à nossa causa, encheu-me de tremendas responsabilidades ao assumir o Governo do Estado. É com a consciência dessas responsabilidades que me dirijo, pela primeira vez, aos representantes do povo paranaense, em cuja sabedoria e patriotismo confio, para a solução dos grandes problemas da terra comum.

O surto econômico que o Paraná atingiu, longamente preparado pelo trabalho e pela previsão de outras gerações de dirigentes, é apenas um ensaio do que seremos em breve. É tão rápido o nosso progresso, que as estatísticas, quando publicadas, já estão envelhecidas.

Entretanto, a imprevidência e a desordem financeira não souberam aproveitar as condições excepcionais em que a evolução do Estado se processou ultimamente.

Firmaram-se contratos onerosos e lesivos aos interesses do Estado.

Estão sendo revistos cuidadosamente, sem o intuito de anulação pelo simples fato de terem sido feitos ao findar de um período administrativo, mas com a preocupação de corrigir as falhas que ferem o bem comum.

Contratos há que anulam por completo os planos anteriores que o mesmo Governo executou durante mais de três anos e exigem a inversão de importâncias vultosas.

Estudam-se êsses contratos com cuidado e prudência, na defesa dos interesses do Estado, procurando-se evitar maiores prejuízos para o erário público.

Tão logo estejam revistos, darei conhecimento à Assembléia, dos resultados obtidos.

A emissão de apólices que em três anos atingiu a importância de Cr\$ 1.350.000.000,00 constituiu uma verdadeira inflação, reduzindo o crédito do Estado, pelo oferecimento dos títulos em grande número e à baixa cotação.

A dívida flutuante, da ordem de 800 milhões, é, entretanto, o problema mais angustiante que se apresenta à atual administração. São empreiteiros que pedem o pagamento de suas obras e contratantes, alguns de última hora, que têm parcelas elevadíssimas a receber, para cujo pagamento não se pensou nas disponibilidades financeiras do Tesouro.

O aumento indiscriminado das despesas com pessoal, processado nos últimos meses da administração anterior veio agravar a situação.

Mas a política financeira que o Governo iniciou, de compressão das despesas e eliminação do supérfluo, em vista da esplêndida capacidade de recuperação do Estado, cujas rendas crescem progressivamente, trará, em breve, ordem ao setor financeiro, permitindo que o Estado continue normalmente as realizações exigidas pelo seu incomparável desenvolvimento.

Há necessidade de suplementação de verbas para serviços inadiáveis, pois muitas das dotações para o presente exercício tiveram dispensada a exigência do seu dispêndio em duodécimos, exgotando-se no mês de Janeiro.

A concessão desordenada de terras devolutas está sendo examinada exaustivamente, enviando-se ao Judiciário, aquelas que feriram essencialmente inúmeros dispositivos legais e até constitucionais.

Neste setor já está o Governo colhendo bons resultados com a atuação da comissão que está examinando o caso dos posseiros no Norte do Estado, começando em Porecatú, tornada tristemente célebre em todo o Brasil, pelos conflitos aí verificados. Em pouco tempo, tenho confiança, serão resolvidos todos os casos, e a região ficará limpa da intranquilidade que restringe a eficiência do trabalho e da produção em suas terras de fertilidade privilegiada.

A assistência ao trabalhador rural, cujo ante-projeto foi enviado em Mensagem à Assembléia, será um dos pontos fundamentais do meu Governo, consciente como estou, de que um dos grandes dramas brasileiros reside no desamparo e no esquecimento das populações rurais.

Não há em todo o Brasil, oportunidade melhor que a hora vivida pelo Paraná em suas zonas rurais, para o início dessa assistência. Ao contrário do que acontece nas maiores áreas nacionais, é insignificante no Paraná o êxodo das populações para as cidades. E o movimento migratório interno que há tempos se processa no país, talvez o maior que a história nacional registra, está povoando intensamente as nossas melhores terras de lavoura. Os contingentes humanos que procuram ininterruptamente o norte e o noroeste do Estado, a maior faixa contínua de terras férteis no Brasil, e as correntes imigratórias que, oriundas do extremo sul, procuram o su-

doeste e oeste paranaense, garantem uma prosperidade sem par ao nosso Estado.

O Paraná que possui, desde 1920, o maior crescimento demográfico do Brasil, está sendo intensamente povoado e trabalhado.

Mas essa expansão não se fez sem os dramas do homem rural. É necessário que o poder público venha assisti-lo e aqui, o pode fazer em condições melhores que na maioria dos Estados brasileiros, evitando-se a formação de problemas complexos no futuro.

O Paraná, como o Brasil, precisa de tudo. Não é possível a nenhum Governo atender simultaneamente, e de maneira conveniente, todos os setores. É preciso concentrar os recursos disponíveis para resolver as nossas maiores necessidades. Daí o plano de primeira urgência organizado através do Departamento de Estradas de Rodagem, para corresponder, com o máximo de brevidade, as atuais condições de nossa vida econômica.

Em vez de dispersar, o sentido é de concentrar, e assim, de resolver por setores, as exigências de transportes, em todo o Estado.

Dentro desse plano de primeira urgência está a terminação da Rodovia União da Vitória à Curitiba cuja construção se arrasta há dez anos, bem como a de Iratí a Palmeira; a conclusão e o revestimento de Apucarana a Mello Peixoto e de Apucarana à Ponta Grossa, esta atacada há 5 anos e que, vamos acelerar; a ligação Jacarezinho a Wenceslau Braz, indispensável ao escoamento do café; a ligação Antonina à Guaraqueçaba que virá discortinar rápido florescimento que a cultura cafeeira permite; completar a ligação de Ponta Grossa a Itararé, escoadouro natural de nossa produção madeireira; a ligação de Maringá a Campo Mourão com a ponte sobre o Ivaí, e de Curiuva a Cornélio Procopio.

A execução do plano de primeira urgência não significa o abandono das outras regiões, pois ao contrário, está o Governo atendendo a melhoria das rodovias em todo o Estado. Mas representa a máxima concentração de todos os recursos nesses pontos que julgo fundamentais para o Estado, transferindo-se-os em seguida, para os de exigência que não sendo menor, é, entretanto, menos angustiante, no conjunto das atividades econômicas do Paraná.

Está o Governo atendendo à imigração de alemães e holandeses que virão para a zona temperada do centro do Estado, onde é necessário criar novas fontes de produção, e do mesmo modo a de italianos e de poloneses que têm insistentemente procurado o Paraná.

O setor da energia elétrica, em que repercute em cheio a nossa crise de crescimento, e onde o Governo deparou contratos de uma contradição gritante, merece as melhores atenções da administração estadual, nesta fase de decisiva transição para o Paraná. Estou estudando várias possibilidades de financiamento que, concretizadas, abrirão ao Estado uma perspectiva animadora para o seu desenvolvimento industrial.

Ao Governo do Paraná assiste doravante o dever de não esquecer que

estamos em pleno ciclo cafeeiro de nossa economia. Consolidamos a posição de segundo produtor do Brasil e marchamos para a sua liderança.

Esse fato consumado em poucos anos, criou uma série de problemas, desde a produção e o transporte, até o armazenamento, escoamento e embarque em portos aparelhados. É um conjunto de problemas, esse, para cuja solução é necessário uma estreita cooperação dos poderes públicos com a iniciativa particular.

Não esquece o Governo o mate e a madeira que alicerçaram tradicionalmente a nossa economia. Dando o Governo da República a presidência do Instituto Nacional do Mate ao Paraná, reconheceu a nossa primazia na produção brasileira. Novas perspectivas se abrem à economia ervateira com a possibilidade de introdução do mate nos Estados Unidos, o que virá realizar um intento há muitos anos pensado, mas até agora, sem poder objetivar-se. Defende o Governo a indústria da madeira, concertando com os poderes da República medidas que acautelem os seus interesses.

Não pode o Governo do Estado esquecer o Mate e a Madeira que fizeram o Paraná, dando-lhe uma fisionomia característica e o prepararam para o surto atual de nossa economia.

Mas é preciso compreender que estamos em pleno ciclo cafeeiro, com suas exigências de uma mentalidade própria que é, ainda, nova, para a formação paranaense.

Defrontamó-nos, pela primeira vez, de maneira decisiva, com a economia nacional, que ainda não superou a sua fase cafeeira, uma vez que o café continua a ser o grande produto brasileiro de exportação, o produto que salda nossas dívidas, fornece as cambiais necessárias para as nossas crescentes necessidades de importação de utilidades da vida moderna e compensa nossas imprevidências.

O Paraná, fornecendo um dos contingentes mais ponderáveis da exportação nacional, está pela primeira vez, tomando parte decisiva na economia brasileira.

Acresce que, com base num produto nobre como é o café, nosso Estado desenvolveu, de maneira inesperada, a produção de cereais, que se tornou decisiva na subsistência brasileira.

Houve um verdadeiro deslocamento da produção nacional para o Paraná que hoje abastece o centro-sul do Brasil. Um dos motivos da crise brasileira de produção foi esse rápido deslocamento, ao qual era impossível que a nossa capacidade de transporte pudesse acompanhar.

Estamos, portanto, mais do que nunca, entrosados na economia nacional e decidindo nos seus destinos. Mais do que nunca, os nossos grandes problemas são mais brasileiros do que propriamente paranaenses.

Dai o apóio que o Paraná espera do Governo da República, e espera com segurança, para a solução conveniente dos grandes problemas da economia nacional que estão equacionados no Paraná.

Sobretudo em relação ao café, é preciso afirmar, que só se permitem

soluções nacionais. Mas dentro dessas soluções não é possível relegar ao esquecimento, e seria legitimamente impossível, fazê-lo, o aspecto novo da solução nacional, que é a fase paranaense na produção brasileira do café.

* * *

Srs. Deputados.

Eleito Governador do Estado por uma coligação, estou em condições excepcionais para, no terreno político, manter-me equidistante das lutas partidárias.

Tenho grandes responsabilidades diante do povo paranaense que, sem distinção de cores políticas, honrou-me com as suas preferências, conferindo-me a vitória espetacular do pleito de 3 de outubro.

Constituí o Governo com políticos oriundos dos partidos coligados. Farei política com êsses partidos, dando-lhes apóio legítimo e honesto. Não me preocupa nenhuma orientação de ordem pessoal. Tracei um sistema, uma diretriz, nos meus atos de governo, sem indagar as pessoas ou os interesses que venham a ser atingidos.

Elevado ao Governo do Estado não posso esquecer a gente e os partidos que lutaram comigo e tudo arriscaram na campanha eleitoral. Terão o apóio do meu Governo. Um apóio humano e justo. Mas não estabelecerei e, ao contrário, combatarei, aquelas distinções sem limites entre vencedores e vencidos, que tanto enfeiam a vida política brasileira.

Saberei harmonizar a estruturação partidária inseparável do Governo no sistema representativo e democrático, com as funções de governar que atingem e interessam a todos.

No aproveitamento dos serviços de quantos queiram cooperar na obra do Governo que é comum, não me limitarei ao critério político. Irei procurá-los onde se encontrem, para dar função a cada um, de acôrdo com a sua capacidade.

O Paraná está crescendo de tal maneira, que pede, e ainda mais, exige, a cooperação de todos para a solução de seus grandes problemas.

É preciso esquecer as divergências políticas e olhar para a frente, que o Paraná, a todos nós, pede muito.

FAZENDA PÚBLICA

Fazenda Pública

Ao assumir o Governo do Estado, encontramos uma situação financeira de completo desequilíbrio orçamentário.

O Governo que nos precedeu fechou suas atividades com um balanço que pode ser exato em sentido aritmético, demonstrando um superavit do exercício, mas que se torna gravemente negativo, quando analisado econômica e financeiramente, diante dos vultosos compromissos assumidos por um regime de saques para o futuro, sem consolidação de receitas.

O primeiro levantamento, em princípios de fevereiro, nos trouxe a surpresa da existência de dois orçamentos para o exercício de 1951.

O primeiro, de costume administrativo normal, com a especificação da receita orçada e com a distribuição da despesa fixada, na importância de Cr\$ 1.021.703.218,80. O segundo, consistindo do rol de créditos especiais, autorizados em 1.950 e revigorados para 1.951, ou criados no primeiro mês deste exercício, perfazendo a quantia de Cr\$ 573.961.884,90, trazendo como cobertura, operações de crédito em títulos da Dívida Pública, ou adiantamentos sem recursos concretos de receita para futura amortização.

Vale mencionar alguns aspectos dos créditos especiais autorizados, como sejam:

- Cr\$ 80.000.000,00 — para o Departamento de Estradas de Rodagem, cuja operação foi realizada por adiantamento com o Banco do Estado;
- Cr\$ 46.000.000,00 — de contas processadas a pagar, do mesmo Departamento;
- Cr\$ 60.000.000,00 — de empréstimo do Banco do Brasil, baseado na retenção do Fundo Rodoviário, até maio de 1.954, para amortização e liberação da caução de 120 milhões de cruzeiros em apólices da Dívida Pública;
- Cr\$ 18.000.000,00 — contratados para a dragagem do Porto de Paranaguá, ainda em vias de liquidação com o concessionário;

- Cr\$ 12.000.000,00 — de abono aos funcionários;
- Cr\$ 9.000.000,00 — para completar a aquisição do terreno para o Jockey Clube;
- Cr\$ 47.000.000,00 — para a aquisição de tratores para a lavoura, sem qualquer plano de distribuição, função de rendimento econômico e verbas de manutenção. Desse crédito foi pago um sinal de 3 milhões de cruzeiros;
- Cr\$ 6.000.000,00 — distribuídos a título de auxílio aos Municípios, continuando o Estado, entretanto, como devedor das quotas relativas ao excesso de renda, desde 1.948, quando essa importância devia ser dispendida como adiantamento aos Municípios, para futuro acerto de contas, em face daquele imperativo constitucional.

* * *

O montante dos créditos adicionais extraorçamentários, encontrado com Cr\$ 573.961.884,90, ainda foi superado pelos gastos imoderados e empenhados no mês de janeiro do ano em curso, com a fabulosa soma de Cr\$ 637.033.355,10, em consequência da liberação de duodécimos, que devia ser, via de regra, apenas de Cr\$ 85.125.258,30 da parte do orçamento.

O empenho dos créditos especiais e os pagamentos das respectivas contas, baseado em operações de crédito com títulos da Dívida Pública, foram efetuados sem observância da própria lei de meios, que determina, de forma incisiva, a condição da venda ou colocação das apólices para solver os respectivos compromissos.

As disponibilidades do Tesouro, para enfrentar o pagamento das contas processadas sob o título de "Restos a Pagar", na importância de Cr\$ 299.923.654,50, as contas restantes de 1.950 e mais aquelas que se acumularam durante o mês de janeiro deste ano, no volume de Cr\$. . . 241.426.159,20, perfazendo a soma de Cr\$ 541.349.803,70, de contas a pagar, constituíram outra surpresa, pois, encontramos em Caixa, como valores para liquidação dessas contas, apólices da Dívida Pública, no valor de Cr\$ 111.913.000,00 proveniente do exercício anterior e Cr\$ 75.996.000,00 em títulos idênticos e aceitos para pagamento de terras devolutas, ou sejam Cr\$ 187.909.000,00, cuja recuperação de receita em moeda corrente, constituirá sério problema para a nossa administração.

Agravando, ainda, essa situação, constatamos que o saldo em dinheiro, existente no Tesouro, em dezembro de 1.950 e mais o produto da arrecadação das rendas do mês de janeiro, este no valor de 101 milhões, foram aplicados em pagamentos de compromissos contratuais de 1.951, com base em créditos adicionais, sem recursos concretos, vale dizer, em prejuízo imediato da liquidação das contas de despesa fixada no orçamento, contas essas, que no regime da administração financeira, devem estar rigorosamente

te em dia, por se tratar de remuneração do funcionalismo e da manutenção dos encargos do Governo, no que tange à assistência social e ao fomento da produção.

A orientação financeira do Governo passado, revelou-se, assim, de completo desequilíbrio na distribuição dos recursos disponíveis, entre a liquidação das despesas orçamentárias normais e os compromissos assumidos para a construção de obras ou aquisições, sob planejamentos apressados, sem estudos econômicos de renda e dentro das nossas possibilidades de imediato financiamento.

Diante de tal quadro desolador, urgiam as providências de completo congelamento dos pagamentos, ainda que fosse temporário, a-fim-de estudarmos as possibilidades da nossa arrecadação de rendas e a compressão de despesa, para normalizar, quanto antes, a situação da Fazenda.

Forçoso era conhecer, pois, os recursos da receita provável neste exercício e o volume da despesa comprometida, para o reajustamento das nossas finanças. O resultado desse exame, conduziu ao quadro já conhecido e publicado, apresentando o alarmante deficit de um bilhão de cruzeiros, se fossem mantidos e executados os planos do Governo passado.

Eis o panorama encontrado à primeira análise da situação financeira do Estado, revelando o desequilíbrio orçamentário, com a fria expressão dos fatos encontrados e que justificam, plenamente, perante o povo, os atos saneadores até hoje baixados pelo Governo atual, em pura contingência dessa mesma inquietante situação financeira.

Deriva desses fatos, a futura orientação das finanças do Estado, para o exercício em curso, no sentido de se conseguir novamente o equilíbrio da receita com a despesa, na adaptação da conjuntura econômica atual, extirpando-se os excêssos na realização dos planos de obras e operações de crédito, que avultam e sobrecarregam os recursos dêste exercício e comprometem o serviço de juro da Dívida Pública, com encargos antecipados e contrários aos planos de amortização.

Lógicamente, êsses fatores requerem a revisão dos contratos em vigor, o conhecimento da situação da nossa Dívida Pública, o levantamento das mais prementes despesas com pessoal e material, bem como a entrosagem da execução das mais urgentes obras em andamento, com um plano de finanças de paciente e criterioso estudo, seja no terreno da legalidade dos atos consumados, seja para os novos planejamentos, ou ainda para a reestruturação de serviços e reformas necessárias, que deverão reconduzir a administração, ao ritmo normal de suas atividades, compatível com a economia do Estado e com os interesses coletivos da nossa gente.

Adotamos, ademais, uma linha de rigorosa compressão de despesas, de maneira a que não fossem interrompidos os serviços fundamentais da administração Pública, nem paralizadas as obras em andamento ou de caráter urgente ao progresso da produção.

Assim, cada Departamento teve prefixado o programa a executar e os seus dirigentes receberam o arbitramento de um limite máximo para a execução de obras.

Estabeleceu-se, ainda, no Tesouro, o critério de justiça e prioridade nos pagamentos, de modo que não ficassem credores favorecidos ou prejudicados, fortalecendo assim a confiança dos fornecedores e do comércio na orientação do nosso Governo.

As modificações em alguns setores da Administração se fazem sentir, por exemplo, no Porto de Paranaguá, estranhamento deficitário e estacionado há vários anos na sua receita, apesar do enorme crescimento da exportação e cabotagem e do aumento periódico das tarifas e taxas.

Se de um lado a nossa preocupação fôra conhecer a situação da despesa e os complexos problemas de liquidação dos compromissos e contratos, sem fugir das responsabilidades legais, embora com prejuízo ao erário estadual, de outro lado mereceram especial atenção os estudos e observações das fontes produtoras da receita orçamentária, que passamos a explicar, nos seus múltiplos aspectos, dando ao mesmo tempo conta da arrecadação em andamento.

A receita das rendas próprias do Estado, exclusive os recursos dos Serviços Autônomos e operações de crédito, assim se apresenta:

| | |
|---|---------------------|
| — Arrecadação até 28 de fevereiro de 1951 | Cr\$ 252.603.103,70 |
| — Estimativa do mês de março, conforme dados do Departamento da Receita | Cr\$ 75.000.000,00 |
| | <hr/> |
| Total até 31/3/1951 | Cr\$ 327.603.103,70 |
| Total em 31/3/1950 | Cr\$ 119.554.305,00 |
| | <hr/> |
| Excesso da renda sobre o ano anterior, ou seja 174% | Cr\$ 208.048.798,70 |

Confronto da Previsão com a Arrecadação:

| | |
|--|---------------------|
| — Arrecadação até 31/3/1951 | Cr\$ 327.603.103,70 |
| — Previsão orçamentária até 31/3/1951 (orçamento revigorado de 1950) | Cr\$ 134.058.745,20 |
| | <hr/> |
| Excesso sobre a previsão de 1950, ou seja 144,3% | Cr\$ 193.544.358,50 |

Confronto com base na previsão da proposta orçamentária de 1951, que não foi aprovada mas que indica a progressão da Receita de ano para ano:

| | |
|--|---------------------|
| — Arrecadação até 31/3/1951 | Cr\$ 327.603.103,70 |
| — Previsão até 31/3/1951 | Cr\$ 162.506.142,20 |
| | <hr/> |
| Excesso da arrecadação sobre a previsão normal, ou seja 101,9% | Cr\$ 165.596.961,50 |

Verifica-se, assim, que existe na realidade apenas um acréscimo de

101,9% sobre a previsão orçamentária de 1.951, e não 144,3% de conformidade com o orçamento em vigor. Logicamente, pois, devemos excluir, na apreciação mensal da arrecadação, a previsão da Receita em vigor, pois ela se refere ao ano de 1.950 e não acusa o verdadeiro crescimento dos recursos, levando facilmente a um otimismo exagerado do progresso econômico.

Comparativo do excesso da renda de 1.950 sobre 1.951, em confronto com igual excesso de 1.949 sobre 1.950:

| | |
|--|---------------------|
| — Arrecadação até 31/3/1950 | Cr\$ 119.554.305,00 |
| — Arrecadação até 31/3/1949 | Cr\$ 84.737.740,30 |
| | |
| Excesso da renda em 31/3/1950, ou seja 41% .. | Cr\$ 34.816.564,70 |
| — Arrecadação até 31/3/1951 | Cr\$ 327.603.103,70 |
| — Arrecadação até 31/3/1950 | Cr\$ 119.554.305,00 |
| | |
| — Excesso de renda em 31/3/1951 ou seja 174% | Cr\$ 208.048.798,70 |

Desta maneira obtemos os elementos da real progressão das Rendas do Estado:

— *Arrecadação até 31 de março:*

| | 1.949 | 1.950 | 1.951 |
|---------|---------------|----------------|----------------|
| Cr\$ | 89.737.740,30 | 119.554.305,00 | 327.603.103,70 |
| Índices | 100 | 133 | 365 |

Evidentemente surpreende o resultado da Receita em 1.951, com o fenômeno extraordinário; porém, a fria pesquisa analítica do conjunto, explica essa progressão, senão, vejamos:

— No mês de janeiro do ano em curso, foi arrecadado:

| | |
|--|--------------------|
| De terras devolutas | Cr\$ 73.552.154,00 |
| De taxas de demarcação de terras | Cr\$ 15.643.322,70 |

Total

Cr\$ 89.195.476,70
que constitui, na Receita, um corpo estranho, transitório e excepcional.

Deduzida essa soma da arrecadação até 31/3/1951, ou seja:

Cr\$ 327.603.103,70

Cr\$ 89.195.476,70 — a deduzir em títulos, dará o líquido de Cr\$... 238.407.627,00, importância que ainda está incorporada com a grande diferença da arrecadação do imposto de Vendas e Consignações, à taxa de 3% e com o artifício então utilizado para acelerar o recolhimento do imposto de exportação de café, isto é, com o propósito ameaçador de elevação

do valor oficial da pauta, de Cr\$ 500,00 para Cr\$ 800,00 a saca, o que levou os interessados a uma verdadeira corrida dos despachos e embarques, sem que aquela medida se efetivasse.

O acréscimo das rendas próprias e normais, de 1.950 para 1.951, importa, portanto, em 99,4%, resultado êsse, sem dúvida apreciável e indicador seguro do progresso da nossa evolução econômica.

Se levarmos, porém, em conta a contínua inflação de preços, refreando, prudentemente, o entusiasmo ante a duplicação das rendas do Estado, analisando friamente a conjuntura econômica geral e os fatores excepcionais, e ainda considerando os encargos do Tesouro encontrados para sua liquidação, chegaremos facilmente à conclusão de que não poderemos prescindir de medidas acauteladoras, para conseguirmos o equilíbrio financeiro do orçamento até o fim dêste exercício.

O esteio da Receita é, sem dúvida, o imposto de Vendas e Consignações, pois figura com 65% na receita total do Estado.

Entretanto, a elevação da taxa de 2 para 3%, conduz muitos contribuintes à sonegação do imposto, e a falta de fiscalização rigorosa e metódica, principalmente no comércio varejista e produtor, contribui fortemente para a evasão da renda.

Há entre nós a convicção de que o progresso econômico do Paraná, repousa na produção e exportação do café.

Sem dúvida sentimos os seus efeitos na circulação da riqueza e na força aquisitiva da lavoura; porém, um estudo cuidadoso, paciente e pormenorizado, nos induz a concluir que o grau da tributação fiscalizada, não corresponde aos encargos da Administração Pública, nesta fase de inflação de preços e intranquilidade dos mercados.

Outro fator de cortante efeito na administração das finanças do Estado, resultante de medidas do Governo passado, em prejuízo da livre circulação dos recursos arrecadados, decorre da imobilização de moeda corrente em apólices aceitas em pagamento de vendas de terras devolutas ou da dívida ativa do Estado. A insensata orientação de transformar os títulos da Dívida Pública, em cobertura para a despesa e encargos da Administração em exercício, representando o valor de Cr\$ 188.000.000,00 incorporado com o saldo do ano anterior, não permite apreciarmos a situação da receita deste ano, de maneira otimista, mesmo em face do forte crescimento da arrecadação.

* * *

Estudando o mapa do Contrôlo Permanente da Receita, devemos observar o comportamento das demais rendas em relação ao ano anterior, para futuras estimativas de recursos neste exercício e que servirão de base para os gastos, isto é, para a cobertura dos créditos adicionais em vigor, ou de outros que deverão surgir, inapelavelmente, devido ao desvio antecipado da arrecadação de 1.951, para compromissos extraorçamentários e assumidos pelo Governo passado, em detrimento dos pagamentos normais

da despesa ordinária, para a manutenção dos serviços criados e em funcionamento e dos encargos da Administração Geral.

Destacam-se, no quadro analítico da Receita, os itens seguintes:

EXPORTAÇÃO

Café:

| Arrecadação em 28/2 - | 1.949 | 1.950 | 1.951 |
|-----------------------|--------------|--------------|---------------|
| Cr\$ | 4.877.289,30 | 3.987.350,00 | 22.497.180,60 |

A diferença entre 1.950 e 1.951, provém do aumento da safra de 1950/51 para o exercício de 1.951, ainda em pleno escoamento no corrente ano.

Em janeiro de 1.950, havia pequeno estoque de café para exportação, enquanto em 1.951 o estoque foi de 1.800.000 sacas, mais ou menos, ficando a arrecadação do imposto muito beneficiada para o presente exercício.

É de se assinalar, todavia, que a previsão para o ano de 1.951, foi de Cr\$ 75.000.000,00 com base numa exportação de 3 milhões de sacas.

O excéssos verificado em 1.951, de Cr\$ 18.509.830,60, em relação à previsão do ano em curso, apenas de dois meses, é realmente ponderável.

A simples apreciação do saldo positivo da renda obtida, não deve, porém, satisfazer à crítica e à vigilância fiscal sôbre a arrecadação desse imposto. Os elementos estatísticos fornecidos pela atual Superintendência do Café, não passam de méros índices do movimento comercial sem o mínimo confronto com a efetiva produção. Conhecemos a evasão por contrabandos através dos limites do Estado; cientificamo-nos da falta de fiscalização dos tipos de café exportado, reduzindo o valor comercial em prejuízo do imposto de Vendas e Consignações; sabemos da deficiência de coordenação fiscal dos nossos serviços com os Estados vizinhos, e por tudo isso temos a certeza de que o fator economia cafeeira, no conjunto das rendas, constitui sério problema fiscal e tributário, a resolver no complexo da nossa administração econômico-financeira.

Entretanto, os estudos que a respeito do assunto se fazem necessários, serão objeto de planejamentos específicos em que nos havemos de empenhar, mediante nova política do café, a que fazemos referência mais adiante.

Madeira:

| Arrecadação até 28/2 - | 1.949 | 1.950 | 1.951 |
|------------------------|------------|------------|------------|
| Cr\$ | 790.398,40 | 222.562,60 | 555.722,50 |

Pela portaria n.º 224, de 18/4/50, da Secretaria da Fazenda, foi reduzida a pauta para cobrança em 50%, a-fim-de estimular a exportação para os mercados estrangeiros e para neutralizar parcialmente o regime de compensação.

Com a supressão desse regime e principalmente em face da estagnação ou inexplicáveis oscilações da arrecadação dessa renda, será necessário um estudo mais profundo do movimento comercial desse produto, seja para melhorar a distribuição e colocação das madeiras, em benefício das classes produtoras, seja no interesse da justa tributação a estabelecer pelo fisco, evitando o contrabando existente por falta de coordenação com o Instituto do Pinho e de outras deficiências na organização fiscal.

Mate Cancheado:

| | | | |
|------------------------|-----------|-----------|------------|
| Arrecadação até 28/2 - | 1.949 | 1.950 | 1.951 |
| Cr\$ | 54.597,50 | 34.366,30 | 147.963,20 |

Mate Beneficiado:

| | | | |
|------------------------|------------|-----------|------------|
| Arrecadação até 28/2 - | 1.949 | 1.950 | 1.951 |
| Cr\$ | 267.640,30 | 88.915,00 | 426.787,00 |

A renda desse produto, outrora um dos principais esteios da economia do Estado, apresenta característicos paralelos às curvas econômicas do comércio e da indústria extrativa da madeira.

Inconstante e sem uma previsão de estimativa provável dos mercados consumidores, registre-se a falta então existente de coordenação e cooperação do Instituto do Mate com o Governo, seja por intermédio da Câmara de Expansão Econômica, seja através da entrosagem da estatística do Instituto com o fisco ou diretamente com a iniciativa privada, deficiência que cremos superada com a nova direção do Instituto, entregue a um paranaense, conhecedor dos problemas dessa economia.

De passagem seja observado que o afastamento da esfera de ação do Governo, em relação às autarquias, prejudica os interesses econômicos da coletividade e do fisco, por falta de intensa cooperação ou assistência direta às classes produtoras, eis que êsses órgãos se reservam a atividade preponderante de fiscal soberano no respectivo setor da produção.

E nada poderá o Estado esperar de tais Institutos, se não forem estreitados os laços de harmonia e cooperação entre as partes de interesses econômicos recíprocos.

Algodão:

A produção do ouro branco no Estado, de acôrdo com a estatística, está em contínuo crescimento, enquanto a arrecadação da renda se mantém na estaca zéro.

A classificação do produto é procedida em São Paulo, que assim absorve, não só as rendas pela industrialização e exportação parcial pelo porto de Santos, mas se beneficia também com o aumento da circulação da riqueza e conseqüente aumento da renda do Estado.

A situação é bem confusa no que se refere à justa tributação, e um estudo a respeito merece a atenção da Secretaria da Fazenda para a definitiva posição dessa renda no orçamento do Estado.

O cultivo do algodão em nossa terra, deverá ser intensificado e protegido de forma especial, pois o progresso do Estado não se deve basear, exclusivamente, na plantação de cafezais, mais em produtos que constituem a matéria prima para a industrialização do País.

Os erros da monocultura do café, custaram bem caro à economia do Estado de São Paulo, e uma "geada" forte no Norte do Paraná, provocará uma crise de imprevisíveis consequências para a Administração Pública quiçá para a lavoura e conseqüentemente para o comércio em geral.

Enquanto existem em São Paulo 1.347 estabelecimentos da indústria textil, possuímos apenas 5 fábricas, insignificantes ainda no concôrto da industrialização.

O algodão, pois, como produto de primeira grandeza no âmbito comercial e industrial, merece bem a atenção do nosso Governo, com especial cuidado e proteção à nossa lavoura.

A estimativa da renda do algodão, no futuro orçamento, dependerá de imediatos estudos e projéto das atividades da S.A.I.C..

Exportação de Diversos:

| | | | |
|------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Arrecadação até 28/2 - | 1.949 | 1.950 | 1.951 |
| Cr\$ | 84.839,40 | 19.956,30 | 61.926,30 |

A classificação "Diversos", abrange o total da pauta de exportação, excéto os produtos básicos acima indicados.

No agrupamento geral destacam-se os cereais, — milho, feijão, arrôz, trigo; os tubérculos, batatas, etc., e os demais produtos de origem vegetal.

Em seguida encontram-se os produtos e derivados da produção extractiva animal e mineral, todos éles taxados na pauta de exportação, mas na realidade sem qualquer renda de exportação para o Estado, pois, o fruto do nosso lavrador escôa totalmente para o Estado de São Paulo, a título de consumo. Evidentemente não será a preocupação nem a intenção do Governo, de tributar ésses produtos, além do previsto pelo imposto de Vendas e Consignações, mas é neste particular onde o fisco tem grandes interesses para a receita do orçamento.

Se sabemos que há contrabandos de café e madeiras, em grande escala, através das fronteiras estaduais, ainda em maior escala os encontramos em forma de sonegação do imposto de vendas e consignações, sôbre dezenas de produtos que são exportados para os Estados vizinhos.

O permanente estudo da estatística financeira das rendas e da produção, aponta sem cessar e com números crescentes, a existência de evasão, contrabandos e fraudes na escrituração do produtor ou intermediário, provocando e exigindo, categoricamente, a reorganização do aparelho fiscal, pois não será com a elevação de impostos ou a cobrança de maiores taxas,

que se conseguirá pôr um paradeiro ao contínuo aumento de custo da vida, mas sim, com a fiscalização melhorada num combate sem tréguas aos sonegadores dos tributos, em amparo, mesmo, do contribuinte honesto.

* * *

No exame da arrecadação dos impostos, até fins de fevereiro, encontramos o Imposto do sêlo e o de Bebidas Alcoolicas, continuando o primeiro em escala ascendente, índice de maior atividade do capital privado e o segundo em reação positiva à elevação geral dos preços.

TAXAS

A renda das taxas tem papel relativamente secundário no conjunto da Receita, mas o custo dos serviços prestados pelo Estado é bastante vultoso, principalmente no que se refere ao Serviço de Trânsito, assistência social e demarcação de terras devolutas.

Novamente devemos frizar que a previsão do orçamento em vigor, não deve prevalecer para se formar um juízo de confronto com a arrecadação. Observamos, pois, o excêso conseguido nestes dois meses de arrecadação, faltando ainda os balancetes analíticos do mês de março para melhor julgamento.

Taxa de Trânsito

Apresenta-se a arrecadação deficitária sôbre o ano anterior, com a importância de Cr\$ 390.834,00 ou seja 36% a menos; porém, como o prazo para emplacamento e pagamento de licenças de veículos, vai até fins de março, espera-se melhor índice de arrecadação em relação ao total orçado.

Convém frizar, mesmo, que em decorrência das transformações por que passou o Departamento de Trânsito, no atual Governo, quer quanto à chefia do serviço, como em relação aos métodos e sistema de arrecadação, o recolhimento dessa taxa vem experimentando um crescimento surpreendente, de conformidade com as comunicações que temos recebido do sr. Diretor.

Taxa de Assistência Social

Reagindo bem e, pela primeira vez, desde a sua criação, sem déficit sôbre a previsão do orçamento. Verifica-se um excêso de renda de 45% sôbre o ano anterior.

Essa taxa destinada ao Fundo de Assistência Social, constituirá, porém, uma das fontes de recursos para a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural.

Taxa sôbre o Café

A antiga taxa-ouro, arrecadada até hoje, sem a finalidade que lhe foi

atribuída quando criada no tempo de crise cafeeira e de empréstimos para a valorização do produto, permanece no plano de tributação, em forma duvidosa quanto à sua legalidade.

Também será transformada em Taxa de Assistência ao Trabalhador Rural, a ser empregada preferentemente nas zonas cafeeiras.

Taxa de Fiscalização do Leite

Ligeiro acréscimo da renda, pronuncia melhor atividade da Secretaria de Saúde, mas ainda muito aquém das possibilidades em relação ao consumo. Uma investigação sobre o sistema de recolhimento dessa taxa, de maneira a canalizá-la integralmente para o Tesouro, é recomendável para o futuro.

Taxa sobre Demarcação de Terras

Reservamos a explanação dessa taxa, para as considerações em torno da venda de terras devolutas e os respectivos pagamentos em apólices. A previsão para o ano de 1.951 (proposta rejeitada), foi de Cr\$ 10.000.000,00, soma que já foi superada pela arrecadação de Cr\$ 15.643.422,70, até fins de fevereiro.

Taxa de Classificação de Batatas

Convém, nesta altura, chamar a atenção para a taxa de classificação de batatas, cuja renda é muito inferior à despesa de fiscalização. Vejamos a arrecadação nos últimos três anos:

| | 1.949 | 1.950 | 1.951 (previsão) |
|--------------|------------|------------|------------------|
| Cr\$ | 421.673,10 | 326.566,10 | 300.000,00 |

Em franco declínio, pois, e mantendo um corpo de mais de 50 funcionários, torna-se essa taxa anti-econômica, além de grande impedimento para a livre e rápida distribuição do produto, nos mercados consumidores, e à padronização dos tipos para concorrer com os produtores paulistas.

A questão merece o estudo urgente para o preparo da lei que deve regulamentar a cobrança da taxa ou suprimi-la de vez, desde que o fisco nada aproveita e ainda para o Tesouro poder economizar algumas centenas de milhares de cruzeiros, com a supressão de extraordinários ou a distribuição do pessoal para outros serviços.

Outrossim, será preciso resolver esse problema, para efeito da proposta orçamentária de 1.952, a-fim-de não perder o Estado mais um ano nas condições atuais.

Ao nosso vêr, deverá a cobrança da taxa (se fôr mantida), a ser feita pelas Exatorias de Rendas do Estado, sem a intervenção de fiscais da S.A.I.C., cuja obrigação se limitaria, com pessoal muito reduzido, à defesa sanitária vegetal e à fiscalização dos tipos padrão para a exportação e consumo.

RENDA INDUSTRIAL

Merece especial atenção, a renda da Imprensa Oficial do Estado, que foi prevista para o ano de 1.951, com Cr\$ 1.800.000,00 (proposta rejeitada). Esse estabelecimento recebe as dotações orçamentárias de Cr\$ 3.509.980,00 anualmente, e transforma a materia prima em fonte de renda, que deve ser recolhida aos cofres do Tesouro.

Até fins de 1.950, não foi organizado o respectivo controle e os balanços foram sempre deficitários, coisa estranha, quando o estabelecimento bem devia dar, no mínimo, a compensação da despesa, sem que o Governo auferisse lucros com a manufatura dos impressos ali confeccionados.

A organização da escrituração da Imprensa Oficial, pois, com a remessa obrigatória de balancetes mensais à Secretaria da Fazenda, será medida saneadora, não só em relação àquele órgão, mas também quanto aos demais estabelecimentos de natureza e renda industrial.

RECEITA EXTRAORDINARIA

Em primeiro plano figura nessa receita, a Venda e Legitimação de Terras, para a qual foi prevista uma arrecadação de 10 milhões de cruzeiros, conforme o orçamento em vigor, enquanto na proposta orçamentária de 1.951, encontramos a importância de Cr\$ 25.000.000,00.

A arrecadação dessa receita é vinculada às emissões de apólices e os contratos elaborados para a execução de obras, merecem um relatório em separado, a-fim-de esclarecer a complexa operação de finanças que ora asfixia o Tesouro do Estado.

Evidentemente não podemos considerar essa arrecadação como fonte de recurso normal, por ter sido feita em títulos da Dívida Pública e constante da Receita, pelo que, voltamos a repetir que na apreciação do resultado geral da arrecadação, deverá ser excluída essa receita, até que seja possível, por meio de qualquer operação, mobilizar os títulos em caixa, em moeda corrente e dentro dos planos de amortização das respectivas emissões. Para esse fim, cogitaremos do preparo de um relatório em separado, para a devida argumentação e novas sugestões.

DÍVIDA ATIVA

A arrecadação, sempre deficitária sobre a previsão, requer uma reforma radical na cobrança da dívida ativa, criando-se o Contencioso com entrosagem na fiscalização das rendas, assunto previsto na Revisão das Leis Tributárias e na Reestruturação dos Serviços Fazendários, tarefas que fazem parte do nosso programa de ação.

CONTAS DOS MUNICÍPIOS

(Artigo 101 da Constituição Estadual — Taxa de 5% sobre a Receita)

A cobrança dessa taxa está ligada ao pagamento do excêso da renda dos impostos arrecadados pelo Estado, sobre a receita total dos Municí-

pios, excluído o da Capital, e a liquidação das contas recíprocas depende da remessa dos elementos necessários, por parte das Prefeituras, para os cálculos de crédito e débito.

As providências para execução da lei n.º 586, de 23 de janeiro do corrente ano, que regula a matéria, estão em andamento, aguardando-se a reação dos Municípios, alguns dos quais, até a presente data, apenas receberam os pagamentos do Estado, de forma absolutamente irregular, mas nunca pagaram os seus débitos.

A previsão dos recolhimentos pelas Prefeituras, é de 2 milhões de cruzeiros, para o ano em curso e a quota devida pelo Estado, este ano, é de 9% sobre o excedente da renda de 1.950. Deve o Estado a liquidação dos anos de 1.948 e 1.949, com 3 e 6%, respectivamente, da quota fixada pela Constituição.

No ano de 1.952, deverá ser prevista a quota de 12% para os Municípios e o cálculo deverá ser feito sobre a arrecadação realizada pelos mesmos, em 1.950, sendo por isso indispensáveis os balanços das Prefeituras para esse fim.

Lógicamente, em face da progressiva contribuição, que pesará com fortes somas no orçamento do Estado, merece o assunto não só o exato cumprimento da lei, mas também o acerto da previsão na Receita do orçamento do Estado.

RECEITA EVENTUAL

Essa fonte de receita, cuja arrecadação consiste no recolhimento da mais variada espécie de recuperação de dinheiros públicos despendidos, multas, etc., estava sendo prejudicada de forma singular.

As repartições que vendiam mercadorias ou objetos, não recolhiam geralmente o produto dessa venda ao Tesouro, mas gastavam o dinheiro recebido, sem qualquer autorização.

Citemos um exemplo: - O Governo abria à S.A.I.C., um crédito especial destinado ao combate à broca. A S.A.I.C. vendia aparelhos e inseticidas, às Prefeituras e a particulares que, naturalmente, tornavam-se devedores do Estado. O dinheiro assim recebido, deveria ser recolhido ao Tesouro, pois constituía a previsão da "Renda Eventual".

O Departamento de Produção Vegetal e Animal, o Instituto de Biologia, a Penitenciária e outros órgãos, deverão receber uma regulamentação concisa e uniforme, para o cumprimento de uma norma essencial na administração das finanças, como "Tesouraria Única", sem a qual não poderá haver uma supervisão de todos os recursos pela Secretaria da Fazenda.

A previsão para o ano de 1.951, foi de 12 milhões de cruzeiros, soma bastante elevada, para desequilibrar as disposições de gastos, caso se torna essa receita deficitária.

Como se disse no início, o panorama aqui apresentado, exclui a recei-

ta e a despesa dos Serviços Autônomos, cujos balancetes não são remetidos regularmente à Secretaria da Fazenda, como determina a lei n.º 246.

Essa falha prejudica sensivelmente a supervisão sobre o montante real da arrecadação e dos gastos do Estado, impossibilitando o conhecimento de todos os fatores que influem para quaisquer providências necessárias em torno do erário estadual.

Eis as principais observações sobre o comportamento da arrecadação, até 31 de março do corrente ano e das quais emanam as primeiras providências para extirpar as falhas encontradas, sempre apontadas de forma pessoal e exclusivamente com o propósito de melhorar os métodos da administração e economia das finanças.

Concluída, assim, a demonstração analítica dos fatos de ordem financeira, passaremos a desenvolver algumas considerações sobre temas que igualmente interessam à administração dos negócios desta pasta.

Programa de Trabalhos

De início, achamos conveniente e de grande alcance na esfera fazendária, a programação de trabalhos de efeito organizador nos vários serviços deste setor da administração do Estado, confiando a execução dos planejamentos, anteprojetos e implantação dessas medidas ao "Serviço de Coordenação e Assistência Técnica", o qual, de acordo com a portaria n. 189, de 5 de abril de 1.951, terá a seu cargo as tarefas seguintes:

- a) Reestruturação e coordenação dos serviços fazendários e respectiva regulamentação;
- b) Anteprojeto do código dos serviços fazendários;
- c) Conclusão da planificação dos serviços mecanizados, compreendendo a Contadoria Central, Contadorias Seccionais, Tesouro e departamentos da despesa e receita;
- d) Revisão da legislação tributária do Estado;
- e) Anteprojeto do Código Tributário;
- f) Organização da estatística financeira;
- g) Trabalhos preliminares para a confecção da proposta orçamentária para 1.952, considerado este urgente e preferencial;
- h) Fornecimento de boletins mensais da execução orçamentária do Estado (situação financeira da arrecadação e despesa realizada);
- i) Planejamento para o levantamento do patrimônio do Estado;
- j) Planejamento e implantação imediata da reorganização do Serviço de arrecadação e fiscalização das rendas do Estado.

A execução desses trabalhos, constituindo um verdadeiro decálogo das nossas principais atividades, preencherá as lacunas existentes na administração da Secretaria da Fazenda, que em virtude do rápido avanço da iniciativa privada, não deverá estacionar em velhas rotinas de burocracia, mas colaborar dentro dos requisitos da técnica mecanizada e dos métodos

científicos, para maior harmonia entre governantes e governados, proporcionando à Administração todos os elementos para rápidas e seguras disposições no campo econômico-financeiro.

Política do Café

Ainda por se tratar de fator vital na vida econômica e de progresso do Estado, voltamos as vistas com acentuada atenção para o Café, que interessa neste momento profundamente a economia nacional no setor da produção.

O vultoso com que a lavoura e o comércio do café estão contribuindo para o erário estadual e para o desenvolvimento econômico de determinadas regiões do Paraná, impõe ao Governo assistir cuidadosamente as referidas atividades. São pontos fundamentais da política cafeeira em nosso Estado:

- a) O problema da Assistência ao Trabalhador Rural, que se pretende resolver melhorando as suas condições sociais, através da Fundação de Assistência e garantindo crédito acessível, a baixos juros e sem maiores formalidades burocráticas;
- b) O problema fiscal, por onde há que defender o erário contra sonegações de impostos, sobre cerca de quinhentas mil sacas aproximadamente nas últimas safras;
- c) O escoamento das próximas safras, envolvendo correlatamente a necessária armazenagem no planalto;
- d) A questão dos preços no disponível do Porto de Paranaguá, face ao preço teto americano, ultimamente fixado;
- e) O sentido nacional da política cafeeira.

O nosso Governo está com assistência permanente a esses diversos aspectos do problema do café.

Assim já foi enviada mensagem a esse egrégio Poder Legislativo, sugerindo a criação de uma Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, para cujos recursos se destinarão, entre outros, os atualmente obtidos com a Taxa Sobre o Café.

Foram tomadas providências junto à Carteira Agrícola do Banco do Brasil, as quais se concretizarão em resultados, tão logo esteja concluído o novo Regulamento da referida Carteira, estando assentado em princípios que o financiamento do pequeno lavrador nas localidades onde não existam Agências do Banco do Brasil, será feito através do Banco do Estado do Paraná.

Está em estudos adiantados, ampla reforma da Superintendência do Café, melhor aparelhando-a para que possa funcionar em perfeita sintonia com as associações de classes interessadas e possua, entre os seus serviços, um especializado para efetivar a repressão do contrabando.

Vem sendo atentamente acompanhados os estudos da Divisão de Economia Cafeeira do Ministério da Fazenda, referentes ao próximo Regula-

mento de Embarques da safra 1951/1952, de modo a assegurar um estoque disponível no porto de Paranaguá.

Simultaneamente, o Governo já adquiriu, do acêrvo do D.N.C., uma área de terreno destinada à construção de um Armazem de Capacidade de novecentas mil sacas, destinado a suprir futuras deficiências de armazenagem na safra 51/52, calculada em cinco milhões de sacas.

Tem sido também intensamente prestigiado o comércio exportador de Paranaguá, que reclama um deságio apreciável para a cotação do seu café, em relação ao de Santos, porquanto a tradição comercial do café procedente desse último porto, lhe assegura melhor cotação nos mercados consumidores.

Não tem igualmente o Governo se descurado em influir na política nacional do Café, interferência tanto mais justa quanto se leva em conta o aumento extraordinário da produção paranaense.

Delegados do Governo Estadual, tem tomado parte nas reuniões promovidas pelo Ministério da Fazenda onde, levando-se em conta a necessidade de um controle sôbre a exportação cafeeira, ficou decidida a criação do Instituto Nacional do Café, órgão autárquico, com ampla participação da lavoura em sua direção, para cujo patrimônio se incorporariam os saldos do acêrvo do extinto Departamento Nacional do Café. Nessas oportunidades, vingaram várias teses sustentadas pela representação paranaense, especialmente quanto à posição jurídica do novo órgão e evitadas outras que pretendiam medidas coercitivas para novas plantações.

Finalmente, ainda deve ser feita uma referência à fundação de uma entidade especializada, a Associação Paranaense dos Cafeicultores, com sede nesta Capital, e propiciando estreito contacto do Governo Paranaense com os lavradores do norte do Estado, interessando essa progressista classe, tão decisiva para o futuro do Paraná, nos problemas econômicos e sociais de nossa terra.

O Governo tem assim não só estimulado os primeiros passos para a sua fundação, como está disposto a lhe prestar toda a merecida assistência.

Em síntese, d'ora avante, êsse problema do Café tem que ser preocupação permanente dos Governos do Paraná, não só pelo que representa na economia do Estado, como pelo vulto dos interesses opostos que, em nosso detrimento, se mobilizam contra a exportação pelo Porto de Paranaguá.

Dívida Pública

Ainda no interesse de demonstrar todos os detalhes da situação financeira do Estado, na execução do orçamento e no quadro geral das Finanças, indicamos aqui a posição da Dívida Pública, consolidada, que até esta data se eleva a Cr\$ 824.265.935,00, composta dos seguintes empréstimos ou emissões:

— Dívida Externa (em dólares, libras e francos) Cr\$ 52.536.073,30

| | | |
|---|------|---------------|
| — Empréstimo externo de conversão | Cr\$ | 5.293.862,20 |
| — Empréstimo de Consolidação de 1.934 | Cr\$ | 60.460.000,00 |
| — Empréstimo do Banco do Brasil | Cr\$ | 5.000.000,00 |

Total da Dívida Pública de Governos anteriores
ao Governo passado Cr\$ 123.289.935,50

Das emissões lançadas pelo Governo anterior e que constituem o aumento da Dívida Pública, foram aplicadas as seguintes somas:

| | | |
|--|------|----------------|
| — Apólices do Plano de Saneamento | Cr\$ | 150.000.000,00 |
| — Apólices de Obras Públicas do Estado | Cr\$ | 143.232.000,00 |
| — Apólices da Estrada de Ferro Central do Paraná | Cr\$ | 45.116.000,00 |

| | | |
|---|------|----------------|
| Total de títulos aplicados | Cr\$ | 338.348.000,00 |
| — Empréstimo feito ao Banco do Brasil | Cr\$ | 60.000.000,00 |

T o t a l Cr\$ 398.348.000,00

Além da importância aplicada de 400 milhões de cruzeiros, existem em depósitos bancários para colocação ou cobertura de compromissos contratuais, as seguintes parcelas de diversas emissões:

Apólices da Rodovia Jaguariatva (No Banco Hipotecário Gramacho S/A)

| |
|---|
| Cr\$ 60.000.000,00 — para venda |
| Cr\$ 5.000.000,00 — previsão contratual |
| Cr\$ 5.000.000,00 — em conta conjunta entre o Departamento de Estradas de Rodagem e Müller, Caron & Cia Ltda. |

Apólices de Obras Públicas do Estado

| |
|--|
| Cr\$ 9.840.000,00 — para venda no Banco Comercial do Paraná |
| Cr\$ 1.708.000,00 — para venda no Banco Curitiba |
| Cr\$ 1.027.000,00 — para venda no Banco Meridional da Produção |
| Cr\$ 120.000.000,00 — caução de empréstimo no Banco do Brasil |
| Cr\$ 22.501.000,00 — para cobertura de crédito no Banco do Estado. |

Apólices da Auto Estrada Ponta Grossa—Paranaguá

| |
|---|
| Cr\$ 100.000.000,00 — para venda no Banco Hipotecário Gramacho S. A. |
| Cr\$ 50.000.000,00 — previsão contratual em conta conjunta do D.E.E.R. e a firma Müller, Caron & Cia. Ltda. |
| Cr\$ 20.000.000,00 — previsão contratual em conta conjunta do D.E.E.R. e a firma Lysímaco Costa & Irmão. |

Apólices da Estrada de Ferro Central do Paraná

Cr\$ 127.552.000,00 — em diversos Bancos para colocação e vinculado à conta conjunta da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná e a firma Byington & Cia.

| | |
|--|---------------------|
| O total dessas operações, importa em | Cr\$ 422.628.000,00 |
| que com a soma da dívida existente, | Cr\$ 521.637.935,00 |
| <hr/> | |
| Perfaz | Cr\$ 944.265.935,00 |
| Menos valor das Apólices caucionadas no Banco do Brasil para garantia do Empréstimo de Cr\$ | |
| 60.000.000,00, a qual se deduz para cálculo da dívida por já estar computada a importância do empréstimo | Cr\$ 120.000.000,00 |
| <hr/> | |
| | Cr\$ 824.265.935,00 |

com um serviço de juros de aproximadamente 60 milhões de cruzeiros por ano, além das obrigações de amortização das dívidas consolidadas.

Si a esta cifra, acrescermos a Dívida Flutuante conforme demonstrativo em anexo, no montante de Cr\$ 831.803.006,90 o Passivo do Estado do Paraná subirá ao total de Cr\$ 1.660.068.941,90 no momento presente.

Em face dessa situação julgamos acertado rever a execução do plano geral de obras, para encontrar tempo de reexaminar finanças e contratos, para cuja orientação e execução devemos empregar todos os nossos esforços.

O curto lapso de tempo que tivemos, até a presente data, à nossa disposição, não foi suficiente para o estudo completo das alterações necessárias dos compromissos contratuais, porém, com a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1.952, já em andamento, indicará o Governo, em nova Mensagem, as providências tomadas e futuras dando ao nosso patrimônio e à orientação econômica-financeira, que o nosso Estado deve desfrutar, dentro e além das fronteiras pátrias, em benefício da coletividade.

EMISSÃO DE APÓLICES

A Dívida passiva do Estado ainda é maior, como se vê do quadro abaixo relativo à emissão de Apólices, cujos contratos vinculam o total das mesmas:

| | Emissões | Cautelas | Apólices |
|--------------------------------|----------|----------|----------|
| Emissão Obras Públicas | 360.000 | | 360.000 |
| Emissão Jaguariaíva—Antonina . | 90.000 | | 90.000 |
| Emissão Estrada de Ferro | 450.000 | 90.000 | 30.000 |

| | | | |
|---|------------------|----------------|----------------|
| Emissão "Saneamento" | 150.000 | | 150.000 |
| Emissão Ponta Grossa—Parana- guá | 300.000 | 170.000 | |
| | <u>1.350.000</u> | <u>260.000</u> | <u>630.000</u> |

* * *

DÍVIDA FLUTUANTE DO ESTADO

Posição em 28 de Fevereiro de 1951

| <i>Designação dos títulos</i> | <i>Importâncias</i> |
|--|---------------------|
| Alugueres | 10.629,00 |
| Consignação de ½% | 990,80 |
| Departamento de Estradas de Rodagem C/Importação .. | 1.411,90 |
| Departamento de Estradas de Rodagem C/Multa | 54.337,50 |
| Previdência Social | 429.886,40 |
| Professores Federais | 17.904,80 |
| Portadores de Apólices de Consolidação Sorteadas | 657.800,00 |
| Prés da Polícia Militar | 143.289,30 |
| Portadores de Apólices de Construção | 4.000,00 |
| Pensões | 9.226,00 |
| Saldo do Seguro de Vida 2.º e 3.º Quinquênios | 67.459,30 |
| Subvenções | 23.117,20 |
| Pensionistas do Montepio dos Funcionários | 130.369,30 |
| Montepio dos Funcionários | 593.441,90 |
| Diárias e Percentagens | 11.503,50 |
| Banco do Estado do Paraná C/Serviço de Juros de Apól. E. F. C. P. | 376.984,30 |
| Banco do Estado do Paraná C/Serviço de Juros de Apól. O. P. E. P. | 455.954,40 |
| Caixa de Beneficência | 24.018,50 |
| Contas a Pagar até 1939 | 100.668,90 |
| Contas a Pagar de 1951 | 413.532.390,10 |
| Contas a Pagar de 1940 a 1950 | 135.227.104,90 |
| Contas Correntes | 89.837,80 |
| Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná | 14.381.728,70 |
| Depósitos de Diversas Origens | 3.979.318,50 |
| Obrigações de Guerra | 4.919,50 |
| Prefeituras Quota Excesso de Arrecadação | 6.951.514,00 |
| Restos a Pagar de 1950 | 144.288.151,50 |
| Restos a Pagar de 1945 | 2.408.636,70 |
| Restos a Pagar de 1947 | 6.413.985,70 |
| Restos a Pagar de 1948 | 4.724.959,20 |

| | |
|--|----------------|
| Restos a Pagar de 1949 | 5.934.615,40 |
| Seguro de Vida | 867.044,90 |
| Vencimentos de Funcionários de 1951 | 12.250.330,60 |
| Vencimentos de Funcionários até 1950 | 1.649.476,60 |
| | <hr/> |
| | 758.817.006,90 |
| Pagamento de terras e demarcações, com Apólices de Obras Públicas e da Estrada de Ferro Central do Paraná ... | 75.986.000,00 |
| | <hr/> |
| DÍVIDA FLUTUANTE EM 28-2-51 | 831.803.006,90 |



PRODUÇÃO

Produção

As tarefas a cargo da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, o órgão oficial da Produção, são das mais significativas no complexo organismo do Estado.

Suas atividades não se resumem somente em fomentar a produção mas, sobretudo, em organiza-la através de planos coordenados que permitam extendê-la com método e efficácia às zonas mais remotas do Paraná.

A exposição que trazemos ao conhecimento dos Senhores Deputados é o reflexo preciso e sincero da situação em que encontramos os negócios daquela Secretaria de Estado. Os problemas em que se debatem seus diversos departamentos e repartições subordinadas são examinados detalhadamente. A medida que formos discorrendo sôbre suas necessidades adiantaremos tambem nosso plano de trabalho ou a Política Econômica do Governo no que se relaciona com esse importante setor da administração pública.

As observações que registramos não foram motivadas por críticas prevenidas. Si afirmamos que tudo está por se fazer no tocante aos serviços agrícolas no Paraná é porque procedemos ao levantamento geral da situação — para que pudessemos orientar devidamente, como todos os serviços públicos, os trabalhos decorrentes da necessidade de se fazer presente a assistência do Estado ao homem que cultiva o solo ou que se dedica aos labores da pecuária — e observamos, em cada caso particular, o trabalho realizado ou que se deixou de realizar, rebuscando-se as causas das falhas ou irregularidades cometidas na Secretaria.

Explanamos a situação encontrada com a serenidade e o realismo exigidos dos homens públicos que se propõem o árduo mister de realizar uma obra duradoura.

Não serão obra de fachada os melhoramentos ou modificações que mostraremos serem necessários no decorrer deste exame. De nossa parte, procuraremos realiza-los, porque nisso consiste nosso programa, mas atendendo sempre às reais possibilidades do Paraná, sem comprometer seu futuro e a capacidade de contribuição do nosso povo.

Departamento de Produção Vegetal

Relatamos abaixo a situação dos diferentes serviços d'êste Departamento trazendo, também, ao vosso conhecimento as medidas que julgamos devam ser postas em prática, afim de sanar as falhas observadas.

Divisão de Experimentação e Fomento Agrícola:

Esta Divisão desenvolveu atividade no setor referente ao fomento e apenas realizou trabalhos de experimentação sôbre milho e algodão na Estação Experimental de Cambará e trabalhos sôbre produção de milho híbrido na Estação Experimental de Florestal e no Parque Estadual de Vila Velha.

O Departamento de Produção Vegetal se encontra bastante desaparelhado nêste particular, principalmente no tocante a técnicos especializados.

A — Experimentação

O Departamento até agora pouco interesse tomou nêste particular em virtude de existirem no Estado duas estações experimentais do Ministério da Agricultura que têm contribuído bastante para sanar esta falta da nossa organização. Todavia já é tempo de nos aparelharmos nêste sentido.

No ano em curso terão início os trabalhos experimentais, calcados em bases científicas, sôbre a cultura da batata na Estação Experimental de Florestal. Afim de que êsses trabalhos se estendam a todas as regiões do Estado propícias à cultura da batata estamos em vias de contratar dois técnicos estrangeiros, um de origem alemã e outro de origem holandesa, que conhecem profundamente êste problema pois, em seus países de origem se dedicam há muitos anos aos trabalhos de seleção, adaptação e criação de variedades de batata.

B — Estações Experimentais

Hoje conta o Departamento de Produção Vegetal com as estações experimentais de Cambará, Caviúna e Florestal.

Sendo que a primeira está localizada no município de Cambará, a se-

gunda no município de Caviúna e a de Florestal no município de Teixeira Soares.

a) A Estação Experimental de Cambará dedica-se principalmente à experimentação sobre algodão e tem realizado alguns trabalhos experimentais sobre milho híbrido e trigo. Esta estação está relativamente aparelhada tanto no que diz respeito ao maquinário como no tocante às instalações. Ressente-se da falta de agrônomos que tenham conhecimentos especializados sobre a cultura do algodoeiro.

b) A Estação Experimental de Caviúna possui apenas 26 alqueires de área, estando a quasi totalidade dela tomada com cafeeiros. Quando o Estado se apropriou desse imóvel lá já se encontravam os cafeeiros nêles existentes. Dessa maneira a área que dispomos para outras atividades é muito pequena e julgamos necessário o seu aumento com a aquisição de terras confrontantes.

A estação em apreço necessita das construções seguintes:

1 — casa de material para residência do Chefe da Estação;

6 — residências para funcionários;

1 — galpão para armazenamento de alfafa e instalação de uma prensa;

1 — câmara de expurgo;

3 — baias para reprodutores;

1 — terreiro para secagem de sementes de cereais e café.

c) Estação Experimental de Florestal: esta estação conta com uma área de 450 alqueires de terras e foi adquirida pelo Estado para a instalação de uma estação experimental que se dedique ao estudo da batata. Sómente este ano instalou-se na mesma um pequeno ensaio sobre essa cultura. Estamos preparando terreno para, na época própria desta cultura, efetuarmos uma grande plantação. O escopo principal dessa estação é o estudo, melhoramento e multiplicação de batata, porém, vamos multiplicar cereais e leguminosas em geral como rotações de cultura.

Esta estação, já por ser relativamente nova já por não dispor o Departamento de Produção Vegetal de verba suficiente, encontra-se bastante desaparelhada, necessitando de uma série de construções que se tornam imprescindíveis em uma instalação desta natureza. Todas as construções que possui, como residências, galpões, depósitos, são de madeira e se encontram quasi todos em mau estado de conservação. Julgamos mais urgentes a execução das obras seguintes:

4 — residências de material para agrônomos;

1 — grande depósito de material para sementes;

1 — estrumeira tipo Becari com 5 celas;

Além das construções acima, necessário se torna que efetuemos uma reforma geral em todas as construções existentes.

Esta estação pode cumprir perfeitamente com a sua finalidade desde que seja devidamente aparelhada tanto em material quanto em pessoal especializado.

O Estado, no setor da experimentação agrícola, necessita organizar três estações experimentais, sendo uma estação que se dedique a fundo ao estudo do café, a qual terá que ser localizada na região Norte preferencialmente em Londrina, outra que se dedique à agricultura, de clima tropical cuja localização pretendemos efetuar em Guaraqueçaba, visando proporcionar um grande impulso do litoral que tem vivido sempre abandonado pelos poderes públicos.

Desejamos ainda promover a instalação de uma estação Experimental de Fruticultura em zona de clima temperado de forma a aproveitarmos as magníficas condições climáticas para o incremento no cultivo de fruteiras.

C — Serviço de Meteorologia

Este serviço se tem limitado à coleta de dados fornecidos pelas estações meteorológicas federais. Em virtude dos constantes pedidos que tem recebido a S.A.I.C. no sentido do fornecimento de dados meteorológicos que possibilitem determinar as zonas ecológicas apropriadas às diferentes espécies vegetais cultivadas e de seu valor econômico, é necessário que se aparelhe devidamente esse serviço de maneira a permitir a instalação de um pequeno posto meteorológico em cada estação experimental, em cada escola de trabalhadores rurais e em cada posto zootécnico. Constituiremos assim uma rede de postos que nos forneceriam os dados tão necessários à agricultura racional.

D — Fomento da Produção

No setor do fomento em geral o Departamento de Produção Vegetal, vem realizado grandes serviços. No entanto, a orientação até agora posta em prática na execução dos serviços atinentes ao fomento, tem atendido mais a fatores de ordem política do que de ordem técnica, e, com esta orientação errada, temos comprometido sobre maneira a reputação profissional dos nossos agrônomos e concorrido para o desprestígio dos nossos serviços.

O aumento verificado na distribuição de sementes não significa que a nossa produção tenha aumentado na mesma proporção, pois, uma grande parte das sementes distribuídas nos anos anteriores, por empréstimo, foi consumida ou vendida pelas pessoas beneficiadas.

Sucedeu, principalmente em 1949 e 1950, anos em que foi efetuada a mais vultosa distribuição de sementes, que grande número de agricultores deixou de ser atendido, porque a parte beneficiada levou muito mais semente do que realmente necessitava para o plantio.

Afim de vitar a continuação dos abusos verificados com esse fomento contra-producente remetemos mensagem a essa Egrégia Assembléia Legislativa no sentido de que sejam as sementes vendidas por preço razoável.

Tanto no âmbito desta Divisão como no de todas as outras divisões e serviços do Departamento de Produção Vegetal deparamos com uma defi-

ciência muito grande no tocante a veículos para transportes como: automóveis "jeeps", caminhonetes e caminhões.

Com o plano de dotar cada técnico com um "jeep", teremos sanada a dificuldade no tocante ao transporte individual. É imprescindível porém que se dotem todos os serviços e divisões com caminhões e caminhonetes, pois o número de veículos desta natureza é insignificante e não atende nem a metade das necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

Divisão Florestal:

Esta Divisão é constituída da Secção de Florestamento e Reflorestamento e da Secção da Defesa Florestal.

As atividades dessa Divisão estão bastante limitadas pela razão de não terem sido executadas, por motivos diversos, as legislações federal e estadual que regulamentam o assunto. Praticamente não existe.

As atividades da Secção de Defesa Florestal têm se restringido única e exclusivamente ao registo de serrarias e à expedição de autorização para desmatção.

No setor da defesa florestal pensamos efetuar, de acôrdo com o Ministério da Agricultura, visando uma coordenação de esforços, uma melhor proteção e guarda das nossas matas. Fez-se, ao Ministério da Agricultura por duas vezes, proposições neste sentido e não se obteve resultado satisfatório. Nosso Governo insistirá junto ao referido Ministério no sentido de se conseguir o acôrdo desejado, o qual determinará a vinda, para o Estado de recursos que, somados aos do Estado nos permitam realizar alguma cousa com o intuito de sustar a devastação descontrolada que há muito vem destruindo nossas reservas florestais. Ainda, no setor da Defesa Florestal, julgamos de conveniência que o Estado, ao proceder a venda de suas terras devolutas conserve, em todas as regiões, uma reserva de 1.000 hectares para cada 10.000 hectares alienados. Essas pequenas reservas deverão ser localizadas preferencialmente nas cabeceiras dos cursos de águas, bem como deverão ser incorporados ao patrimônio da Divisão Florestal do D.P.V. A manutenção destas pequenas reservas são aconselháveis sob diversos aspectos, principalmente no que diz respeito à conservação da flora representativa das diversas regiões do Estado. O exemplo mais frisante desta falha em nossa modalidade de alienação de terras devolutas é o que observamos com relação à região visinha da Capital, pois, hoje dificilmente encontramos próximo a Curitiba, mata representativa da região das araucárias. Há poucos anos encontravamos nos arredores de Curitiba extensos capões de pinhais e herbais que bem caracterizavam a flora aqui predominante. Ainda é tempo para o Estado evitar que esta situação se generalize em todo o seu território. Nos locais onde existirem matas virgens de interesse neste particular, estudará o Governo, futuramente, a conveniência de sua aquisição ou desapropriação sendo de particulares e sua reserva quando de propriedade do Estado.

B — Secção de Florestamento e Reflorestamento:

Esta secção conta atualmente com o Parque Estadual de Vila Velha, no qual temos o nosso horto florestal. As atividades dêsse horto tem sido dirigidas no sentido de dar andamento às experimentações, sôbre o pinheiro e outras essências de valôr econômico, iniciadas em 1946.

O horto florestal de Vila Velha, encontra-se precariamente aparelhado. Encontra-se no Departamento de Energia Elétrica um estudo sôbre o aproveitamento de uma quêda d'água existente naquele próprio do Estado, para o fornecimento de energia elétrica a todas as dependências do Parque.

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal

A Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, está constituída do Serviço de Defesa Agrícola, do Serviço de Combate à Broca do Café, Secção de Controle e Fiscalização de Semente de Algodoeiro e Secção da Fiscalização da venda de sementes.

Dessa Divisão está em pleno funcionamento o S.C.B.C.; quanto aos demais não foram os mesmos postos em funcionamento devido principalmente à falta de recursos para êste fim. Podemos assegurar a VV. Excias. que o S.C.B.C., embora suas deficiências de ordem material que o impossibilitam de atender a todas as solicitações que lhe fazem os lavradores das regiões assoladas pela bróca, é ainda o serviço de maior eficiência técnica do D.P.V.

A — Serviço de Defesa Agrícola:

Para funcionamento dêsse serviço, serão necessários estudos e levantamentos preliminares, no sentido de se saber com exatidão a extensão dos trabalhos a serem executados.

Para se verificar a importância desse serviço, deixando-se de levar em consideração os demais problemas que se nos deparam, terá o mesmo, a seu cargo, o estudo e combate à saúva que, nas zonas recém desbravadas do Campo Mourão e em outras mais antigas já prenunciam que irão constituir sério problema.

Será, portanto, necessário a organização de um quadro de funcionários aptos para esse mister, que disponha de elementos necessários à delimitação da zona, estudo de métodos e o combate propriamente dito dessa praga.

No problema da defesa agrícola inúmeros são os itens a enumerar, todos de magna importância para a economia do Estado, cabendo no entretanto citar aqui, que quasi 50% da nossa produção agrícola em geral é desvalorizada por doenças e pragas.

B — Secção de Fiscalização da Venda de Sementes:

A fiscalização do comércio de sementes, também não tem sido executada por aquela Divisão, uma vez que, da mesma forma, carece recursos e de pessoal para cumprir a sua finalidade.

É no entretanto imprescindível, que o D.P.V., por sua Divisão de Defesa inicie a fiscalização dêsse comércio, pois, comumente são postas à

venda sementes as mais variadas, sem satisfazerem os mínimos requisitos fito sanitários, prejudicando, desta maneira os lavradores que as adquirem.

Para que esta secção possa cumprir com a sua finalidade é necessário, além de pessoal habilitado, que sejam instalados postos de fiscalização devidamente aparelhados, em diversas zonas agrícolas.

C — Secção de Contrôlo e Expurgo da Semente do Algodoeiro.

Esta Secção tem por finalidade proceder exames e expurgar os lotes de sementes na zona do Norte do Estado. Está a Secção localizada em Cambará onde dispõe de câmara de expurgo, de depósito, de um pequeno laboratório e de pessoal mais ou menos habilitado. É verdadeiramente deplorável a deficiência desta Secção, deficiência que se reflete diretamente na produção de algodão do Estado que está muito aquém do vulto que teria se fosse organizado racionalmente o serviço de distribuição e fiscalização de sementes de algodão.

A quantidade de sementes tem sido sempre inferior às necessidades da lavoura.

A zona de distribuição é limitada, não atendendo às necessidades de toda a região do Estado que se presta a essa cultura, resultando daí, que muitos municípios não têm sido contemplados com postos de vendas e, sendo os agricultores privados da possibilidade de aquisição de sementes, utilizam o terreno preparado com cereais ao envez de plantarem o algodão que traria ao Estado e ao lavrador riqueza muito maior.

Tem sido comum também fazer-se a distribuição de sementes de algodão fóra da época mais aconselhável para o plantio.

Essas deficiências obrigam o agricultor a burlar as leis referentes ao assunto para poder cultivar o algodoeiro.

Vê-se êle num dilema, não planta ou utiliza sementes de espécie inferior e não expurgada, o que traz grandes prejuizos à nossa economia, quando não contrabandeia de São Paulo as sementes de que necessita, fato vexatório para o Poder Público do Paraná.

Está, assim, a lavoura algodoeira estagnada, embora o grande desenvolvimento que as condições climatéricas e de solo estão a permitir.

Com a organização das Casas Rurais, disseminadas por todos os municípios do Norte do Paraná, pretendemos organizar o serviço de algodão de forma a que sejam fornecidas, sementes das melhores variedades, na melhor época de plantio e livres de todas as pragas que normalmente infestam as culturas realizadas com sementes não expurgadas.

Creemos que dessa forma teremos removido uma das maiores falhas que apresentava a Secretaria de Agricultura ao tomarmos a direção do Estado do Paraná, possibilitando um grande aumento da área cultivada com algodão como o incremento de uma lavoura que, depois do Café, é a que melhor remunera o produtor e que mais contribue para a arrecadação.

D — Serviço de Combate à Bróca da Café:

Por esta exposição pode se observar que, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, apenas o Serviço de Combate à Bróca do Café, está funcionando regularmente.

Tem o Serviço de Combate à Bróca do Café a sua séde em Jacarézinho, e dispõe de Inspetorias instaladas em Cambará, Joaquim Távora, Cornélio Procópio e Londrina, além dos postos de venda de inseticida disseminados por toda a região cafeeira do Paraná.

Nos anos anteriores a 1948, o Serviço de Combate à Bróca do Café fez uso do combate biológico, repasse, catação profilática com o que vinha conseguindo resultado medíocres. Com o advento dos modernos inseticidas, passou o Serviço de Combate à Bróca do Café, a fazer uso do hexacloreto de benzeno não abandonando, no entretanto, os serviços auxiliares como: a catação, repasse, e outros.

Foram tomadas medidas mais ou menos drásticas no que concerne ao aproveitamento da palha do café como adubo. Só permitimos a utilização da palha como adubo após ter sofrido completa fermentação ou ter sido perfeitamente polvilhada com hexacloreto de benzeno.

Em 1948 ficou o Serviço de Combate à Bróca do Café, subordinado ao Departamento de Produção Vegetal e, naquele ano, foi iniciado o combate químico à Bróca do Café. Notando a Secretaria que os cafeicultores encontravam dificuldade na aquisição de inseticidas por preços acessíveis, providenciou a instalação em Jacarézinho e Cambará, de misturadores destinados à preparação do inseticida, nos quais foram preparados, até a presente data 786.089 quilos de inseticida.

O Serviço de Combate à Bróca do Café tem encontrado grande dificuldade na execução das atribuições que lhe estão afetas por dispor de um quadro de funcionários muito diminuto e ter unicamente dois veículos.

É necessário que se amplie o quadro de fiscais de combate à bróca e que a admissão e localização desses fiscais sejam efetivadas obedecendo-se a um critério rigorosamente técnico.

O Serviço de Combate à Bróca do Café dispõe, como acima dissemos de apenas dois veículos, quando precisa de pelo menos duas dezenas de "jeeps" ou de outro veículo individual, pois este serviço tem que superintender os trabalhos de combate a bróca em 31 municípios, que já contam com mais de 240 milhões de cafeeiros, dos quais, 70 milhões possuem infestação maciça e 30 milhões têm média infestação.

Divisão de Padronização de Produtos

Esta Divisão, pela nova estrutura concedida ao Departamento da Produção Vegetal, compreende:

Serviços de Padronização de Produtos, composto das seguintes dependências: Secção de Fiscalização e Classificação de Raizes e Tubérculos, Secção de Fiscalização e Classificação de Plantas Texteis, Secção de Fiscalização e Classificação de Cereais e Leguminosas.

A classificação de produtos de origem vegetal é efetuada pelo Estado por delegação de competência, concedida pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

A classificação de uma maneira geral, com exceção do algodão, tem

sido, por motivos diversos, relegada a um plano secundário. Últimamente, com o preenchimento indiscriminado dos cargos de fiscais classificadores, por elementos que desconhecem completamente o serviço e que só foram nomeados para satisfazer compromissos políticos, o serviço ficou completamente desordenado. Com estas nomeações e transferências efetuadas sem obedecer a uma orientação técnica, dispunha o Departamento de Produção Vegetal de diversos fiscais onde não havia necessidade, enquanto que, em outros, onde se necessitava, não eram encontrados.

Serviço de Mecanização Agrícola

As atividades dêste serviço resumiram-se em:

- a) assistência técnica aos agricultores possuidores de máquinas agrícolas.
- b) orientação e informações sobre a qualidade de máquinas agrícolas a serem adquiridas por particulares.
- c) trabalhos de aração, gradagem, sementeira, colheita e beneficiamento para agricultores, em diversas regiões do Estado.

Este serviço que foi criado no ano passado, dispõe de grande quantidade de máquinas diversas, estando capacitado a realizar serviços de envergadura no tocante á mobilização do solo. Funciona mal, todavia, com sua eficiência grandemente comprometida pelos motivos seguintes:

- 1.º — Dispõe de reduzido número de funcionários habilitados.
- 2.º — Não possui oficinas especializadas que possibilitem uma assistência adequada ao seu maquinário e ao maquinário de particulares.
- 3.º — Não conta com verbas suficientes para a aquisição de combustíveis e lubrificantes.

Para maior eficiência nos serviços de mecanização julgamos de conveniência a criação de um quadro especial de mecânicos e de mestres especializados.

São as acima expostas as realizações e as deficiências dos órgãos que compõe o Departamento de Produção Vegetal.

Esta dependência, a não ser as funções de caráter administrativo, pouco tem feito no sentido de colaborar diretamente com os agricultores, em prol do desenvolvimento da nossa agricultura.

São patentes as falhas da sua estrutura e não conta com recursos materiais suficientes e elemento humano capacitado tecnicamente para a execução de suas atribuições. Com a organização atual, sem a colaboração de agrônomos especializados nos diversos e complexos setores dos quais é constituída a agricultura moderna, não se pode exigir mesmo que o Departamento de Produção Vegetal tenha uma atuação eficiente como órgão que deve ser de orientação e controle da nossa produção agrícola.

Não se pode culpar os técnicos pela inoperância mais ou menos pronunciada, observada nas dependências da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. O principal responsável por todas estas anomalias foi o próprio

Governo que lançava os técnicos pelo interior sem recursos e com uma grande responsabilidade sobre os ombros.

Todos os técnicos sediados no interior carecem de todo e qualquer recurso para o desempenho de suas funções e, sabendo que não estão habilitados a prestar a menor contribuição aos lavradores que lhes procuram, evitam, de toda a maneira, ter contacto directo com os agricultores, quando na verdade, o técnico é que deveria ir ao encontro dos homens que labutam na terra para orientá-los no sentido de estimular e incrementar a produção

Com o objetivo de aparelhar devidamente o Departamento de Produção Vegetal que é uma das mais importantes dependências da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, trazemos ao vosso conhecimento as medidas seguintes:

1.º — Concessão de verbas mais amplas e, principalmente, mobilização mais fácil das verbas concedidas.

2.º — Construção das obras já por diversas vezes solicitadas pelo Departamento e de acordo com as possibilidades do erário público, pois muitas delas já têm sido dadas como concluídas, quando na realidade, ainda não foram iniciadas.

3.º — Especialização, em larga escala, de agrônomos que, em centros de agricultura mais adiantada, possam adquirir os indispensáveis conhecimentos especializados, exigidos pela moderna agricultura.

4.º — Fornecimento de veículos e recursos necessários ao cabal desempenho das funções atribuídas aos agrônomos.

5.º — A instituição nos moldes que estão sendo delineados pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, da "Casa Rural".

Serão estas instituições distribuídas inicialmente nos municípios que constituem pontos de convergências das várias zonas econômicas do Estado e serão dotadas de técnicos especializados, veículos próprios para transporte, sementes selecionadas, maquinário agrícola, corretivos e adubos, inseticidas e fungicidas, enfim de todos os recursos necessários a uma assistência efetiva ao lavrador e criador, que permita melhorar e intensificar a produção.

Departamento de Produção Animal

ORGANIZAÇÃO DO D.P.A. E SUA EFICIÊNCIA

Sómente uma parcela das atribuições do Departamento é cumprida pelo mesmo, cuja organização aliás, reputamos falha para os fins a que se destina.

O cumprimento de seu programa de ação depende da existência de Divisões, que contem com número suficiente de técnicos, Veterinários e Agrônomos especializados, que este órgão entretanto ainda não possui.

Sobre os diferentes serviços, esclarecemos o seguinte: O Serviço de Fomento Animal funciona apenas pela sua Chefia de Divisão; não possui campos de experimentação e, recentemente, iniciou trabalhos experimentais de cruzamento e hibridação, sem os necessários recursos, em seu P. Z. de Castro; atende ao fomento pela distribuição de reprodutores, achando-se entretanto com seus plantéis em reorganização, porém muitas necessidades se fazem sentir nesse setor.

O Serviço de Apicultura funciona no momento regularmente, tendo mesmo iniciado a distribuição de abelhas, recentemente; necessita porém de um técnico especializado, para orientá-lo.

O Serviço de Avicultura e Cunicultura funciona regularmente em sua parte avícola, porém, não se acha organizada sua secção de cunicultura; aquele depende, entretanto, de complementação em suas instalações, para melhor atender suas finalidades; necessita também de um técnico especializado para orientá-lo.

O Serviço de Sericultura não está organizado, por falta de técnico e de instalações.

O Serviço de Marcas e Registros encontra-se organizado, normalmente.

Na Divisão de Contrôlo da Produção Animal, os trabalhos afetos ao Serviço de Contrôlo dos produtos de Origem Animal não estão organizados; aliás, suas atribuições são executadas pela Divisão competente do Ministério da Agricultura, (D. I. P. O. A.) nos estabelecimentos exportadores, pela Secretaria de Saúde do Estado, na Usina de Leite e seus

Postos, na Capital, e pela Prefeitura Municipal, nos Matadouros e junto aos leiteiros, em Curitiba. No interior, salvo em cidades mais adiantadas (Ponta Grossa, Paranaguá) esse serviço não é executado.

O Serviço de Assistência Veterinária atende aos animais de propriedade dos Postos Estaduais, provendo aos exames sanitários a distribuição de medicamentos; luta com dificuldade na aquisição de medicamentos de emergência, e na obtenção de condução. Dentro de suas possibilidades, seu funcionamento é regular.

O Serviço de Contrôlê Genealógico preenche regularmente suas finalidades junto às Sociedades Genealógicas do País, porém, necessita ampliar seu campo de ação dentro do Estado, tendo em vista o registro, seleção e contrôlê genealógico dos plantéis de produção do Estado.

O Serviço de Agrostologia não está organizado, e não conta com pessoal especializado.

Dada a ampla área em que sua ação se deve fazer sentir, a falta de recursos, e a escassez de técnicos, sua produção é pequena, relativa às suas possibilidades.

O Serviço de Inspeção aos Postos Zootécnicos, é o órgão encarregado de visitas periódicas aos postos em questão, elemento indispensável de ligação entre os mesmos e a Divisão; a êle compete a verificação dos plantéis, a identificação dos animais, o registro dos nascimentos, dos córtes, a verificação dos animais disponíveis para a distribuição, do regime alimentar, do estado físico-sanitário dos rebanhos e outros serviços.

Tal órgão deve contar, entretanto, com meio apropriado de condução, e com diárias; contudo, êste serviços não tem recursos e pessoal para funcionar.

Instalações

Reputando de primordial importância para a produção, a parte referente às instalações, somos levados à uma sucinta exposição do estado atual das mesmas.

a) A sede do Departamento, é acanhada para conter suas diferentes secções, não permitindo a separação dos Serviços, e acarretando o amontoamento de pessoal; não há espaço para arquivos, mesas, armários, e muitos destes materiais são de uso comum; em tais condições o trabalho intelectual é perturbado pela azáfama decorrente dos trabalhos de rotina, ha uma certa balburdia administrativa e as responsabilidades não são bem delimitadas.

b) Os estabelecimentos subordinados ao D. P. A. são em sua maior parte comum à êste e ao Departamento de Ensino (Postos Zootécnicos localizados em Escolas Rurais); apenas próprios ao Departamento o Posto Agro-Zootécnico de Iporã, que deve ser reorganizado; e ao Aviário e Apiário de Guatupê, que tem suas instalações incompletas.

Acreditamos na necessidade de desmembramento dos Postos Zootécnicos, e na organização de Fazendas de Criação onde se possam processar os

trabalhos afetos ao D. P. A. Postos em que se realizem os estudos agrostológicos, juntamente com os trabalhos de experimentação animal, efetuados por uma equipe de técnicos especializados em seus diferentes setores, supervisionados por um Diretor e onde se produza, mediante o cultivo da terra para as suas necessidades, quiçá para servir à outros Postos, limitando ao mínimo as aquisições de forragens de outras fontes.

Pessoal

Já tivemos as dificuldades oriundas da falta de técnicos e especialistas, mal êsse de difícil saneamento ante o pouco interêsse que desperta no seio da classe estudantil o estudo da Veterinária.

A falta de número poderá em parte, aliás apreciável, ser sanada pelo deslocamento rápido, o que exige meio de transporte e verba para diárias, devido às grandes extensões de território que deverão ser percorridas pelos profissionais.

O Departamento conta com 19 Veterinários em exercício, incluindo-se nêsse número o seu Diretor, os Diretores dos Postos e Chefes de Divisões e Serviços; e devemos notar que tal situação constitui um óbice ao aperfeiçoamento, porquanto em lugar do técnico centralizar as suas atividades para um setor, vê-se obrigado a dispersar seus conhecimentos, contrastando assim aos mais modernos conceitos de especialização.

Orçamento

É êste o assunto que nos parece de primordial importância para o desenvolvimento de todas as atividades ligadas às finalidades do Departamento de Produção Animal, porquanto todas as considerações efetuadas giram em torno dêste objeto.

Não entraremos em considerações sôbre o quantum necessário às instalações de que se ressentem o D.P.A. Sua situação atual, no entanto é seguinte:

Para todos os serviços afetos à êste órgão, é concedida uma dotação para diárias, comportada em um duodécimo de Cr.\$ 2.500,00 para o pessoal fixo, e em igual soma para o pessoal variável, no total de Cr.\$ 5.000,00, sendo equivalente a cerca de 70 diárias mensais, computando-se uma média de Cr.\$ 70,00 de diária por pessoa.

Tal quôta entretanto, deveria atender aos serviços de Assistência Veterinária, aos diferentes serviços de contrôles Sanitário, aos encarregados do transporte de forragem e de animais por caminhões, às inspeções aos Postos e Inspetorias e outros serviços que, esporadicamente, devem ser executados.

O arraçoamento aos animais do Estado, é outro assunto que demanda aumento de dotação, porquanto êste Departamento tem tido frequentemente reduzida a verba solicitada nas suas propostas orçamentárias, elaboradas de acôrdo com as suas necessidades. Tal fato, tem acarretado anualmente, pedido de suplementação de verba e, por várias vezes, o deperecimento dos animais por escassez de alimentação.

Também as necessidades dos Serviços de Assistência Veterinária, para a compra de medicamentos, demanda considerações similares.

A seguir, passamos a uma rápida análise da organização que se faz necessária ao andamento dos trabalhos afetos ao Departamento de Produção Animal.

Suas necessidades

a) Organização

Reformar sua atual organização constituindo-se em Divisões de Zootecnia e Criação, de Contrôlo Sanitário Animal (esta atualmente é Serviço) de Agrostologia e Alimentação Animal, de Contrôlo dos Produtos de Origem Animal e de Fomento Animal, de forma a melhor conjugar os Técnicos especializados em suas funções e dar-lhes maior amplitude de trabalho em sua especialidade.

Dotar as diferentes Diversões e Serviços, para tal enviando técnicos à especialização para cada caso.

Reconstituir as diversas secções de administração técnica, mediante a criação de quadros de pessoal para os serviços de rotina administrativa próprios a cada divisão.

b) Medidas de emergência

1 — Dotar o Departamento com verbas adequadas ao cumprimento de suas atribuições, em alguns casos com verbas rotativas, como nas que se destinam a compra para venda a criadores e aquisição de medicamentos para revenda, bem como melhor dotação para aquisição de forragem para a alimentação dos animais de propriedade do Estado.

2 — Dotar o Departamento com veículos suficientes à rápida locomoção de seus técnicos, para medidas de caráter urgente (combate a epizootias, etc.). Igualmente com caminhões para o transporte urgente de alimentos, bem como de animais, nas remoções para tratamento, na sua distribuição em zonas não servidas por Estrada de Ferro, ou quando este meio torna-se demais moroso para o transporte seguro.

3 — Conceder verbas suficientes à movimentação do pessoal técnico, em suas inspeções aos Postos do Departamento de Produção Animal, Serviços de Polícia Sanitária Animal, Assistência aos criadores, visitas a Fazendas de criação, condução de forragens e de animais.

c) Instalações

1 — Organizar Postos de criação, exclusivamente dirigidos e orientados pelo D.P.A., afim de nêles se proceder à manutenção de plantéis de Produção selecionados, e à realização dos trabalhos experimentais de criação, seleção, melhoramento, aclimatação, cruzamentos, mestiçagem e hibridação.

2 — Organizar, anexos às fazendas de criação, postos de produção de

forragem, para tal contando com extensas áreas de terras, maquinário, material e pessoal necessário para cada caso.

d) Novos serviços

1 — Dotar o Departamento com veículo apropriado ao transporte de técnicos e de material necessário aos Serviços de Pesquisas e Assistência "in loco" aos criadores, como exames clínicos, parasitológicos e microbiológicos, para a organização da competente classificação nosológica das doenças nas diferentes regiões do Estado, e as consequentes medidas de combate e orientação aos criadores.

2 — Concretizar o plano de Inseminação artificial mediante a criação de Postos em diferentes pontos do Estado.

3 — Montar pequenos laboratórios em cada Inspetoria de Serviço de Contrôlê Sanitário Animal, para Serviços de emergência em suas respectivas regiões.

Do rápido exame do relato das atividades do Departamento de Produção Animal perceberão facilmente os Senhores Deputados que esta dependência, como a quasi totalidade das demais, funciona muito precariamente e sua atuação no meio pecuário é muito restrita.

Fomento Animal não se concebe tão somente como a compra de reprodutores de raças selecionadas e o seu empréstimo a criadores ou melhor a pseudo-criadores.

Em que pese os dispêndios feitos em sucessivas aquisições de reprodutores, ignoramos a existência de plantéis que tivessem a sua genesis no trabalho da própria Secretaria.

O critério que tem presidido essa distribuição não sintoniza em absoluto com os objetivos do Estado.

A distribuição indiscriminada de reprodutores sem um exame detalhado da propriedade, das matrizes a que irão servir, da idoneidade do criador, da mentalidade e da receptividade aos conhecimentos técnicos que terá de anuir para obter de reprodutores finos o resultado conveniente, êsse processo desordenado até agora em vigor tem resultado em enorme prejuizo para o Estado.

Na grande maioria dos casos leva o reprodutor a sentença antecipada de produzir muito pouco em condições que não lhes são próprias e até mesmo de não sobreviver ao rigor do primeiro inverno.

O gado bovino que cumpriria ao Estado manter em seus proprios de criação, continuando trabalho de seleção e aprimoramento, mantendo a existência de um patrimonio zootécnico de valor incomum para o Paraná foi revendido, parceladamente, a criadores.

E nessa orientação se consumiu o único rebanho de seleção eminentemente paranaense, formado pela vocação pecuarista e pelo trabalho de quasi 50 anos de seleção de gado Caracú operada pelo saudoso fazendeiro paranaense Snr. Otavio Marcondes que fez época na Pecuaria do Paraná com o seu magnífico rebanho Caracú formado nos Campos de Palmas, o que va-

le dizer — raça genuinamente nossa, pois foi constituída por um núcleo de bovinos perfeitamente adaptados às nossas condições climatéricas e pedagógicas.

Se nêsse setor houve falhas tamanhas é de estarrecer o que se passava na parte relativa a animais estabulados.

A falta de fornecimento regular de forragem determinava o perecimento de uma parte do rebanho desta Secretaria. Quando conseguia vencer o jejum, estava o animal com sua capacidade de produção altamente afetada, ao menos temporariamente.

Consignam os laudos veterinários a morte de animais por inanição o que é de pasmar a qualquer um.

Quem conhece entretanto as deficiências da organização e funcionamento da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, admite, entretanto, como normal essa ocorrência.

Pretendia-se criar porcos onde a forragem não era produzida e não se os criava onde o milho se perdia por falta de transporte e consumo.

De um modo geral é êsse o figurino em que é talhada a roupagem dos serviços do Departamento de Produção Animal.

Seríamos fastidiosos em descrever minudencias desse jazes a elas se constituem em muitos casos verdadeiramente lamentáveis na administração desta dependência.

Não nos privamos de levar ao conhecimento de VV. Excias. os atos administrativos de doações de animais a pessoas gradas à situação política passada.

Outra fórmula de lesar o Estado era fazer-se a compra, sem concorrência ou tomada de ofertas de potrilhos puro-sangue de criação do Estado até o momento quasi de irem para as pistas ostentando a jaqueta do seu feliz proprietário, que ao preço de 2 ou 3 mil cruzeiros podia exhibir cracks de valôr superior a 30 mil cruzeiros.

É necessário que o D.P.A. se faça presente na produção pecuária do Estado, indo ao fazendeiro, ensinando-lhe, orientando-lhe, dando-lhe instruções, medicamentos e assistência completa, pois dispênde o Paraná cerca de Cr\$ 200.000,000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) na aquisição de produtos de origem animal para o consumo de sua população não obstante as magníficas condições naturais que possui para garantir sua auto-suficiência nêste setor.

Em nosso entender o problema básico é a recuperação dos nossos campos nativos que se apresentam hoje com capacidade de produção por unidade de superfície muito reduzida.

Sem bôa pastagem de nada adeantam raças nobres e finas.

Estamos diligenciando contratar um dos maiores agrostologistas do Brasil para efetuar completo estudo nêsse particular e temos fundadas razões para crer que apurado estudo de nossos campos nativos, permitam a sua recuperação senão a propria melhoria de sua capacidade forrageira.

De outro lado não é possível continuar desamparado o criador e inver-

nista do Paraná Norte que em suas magnificas pastagens artificiais está em condições de muito concorrer para a nossa riqueza.

Terras uberrimas, de grande capacidade de produção unitaria estão a exigir a ampliação do seu parque forrageiro com o aproveitamento das baixadas, onde não medra o cafeeiro.

O essencial da assistência técnica é facilitar a aquisição do gado magro que pode ser engordado naquelas invernadas.

Nêsse particular estamos estudando o problema do transporte de gado através do Rio Paraná, no Porto de São José, onde pretendemos instalar um rebocador com chata para o transporte do gado magro do sul de Mato Grosso.

Cabe ainda considerar a possibilidade de se aproveitar para a exploração pecuária vasta região de mata no sul do Paraná, que pode ser transformada em pastagens de quiquo, ampliando assim as disponibilidades de nossa capacidade pecuária.

Departamento de Assistência ao Cooperativismo

É inegável que, ao cooperativismo, mercê da equidade dos seus princípios e da sua atuação moderadora, está reservado um lugar de evidente destaque, na organização da produção. Doutrina fundamentalmente democrática, constitui-se mesmo na fórmula ideal, para solução dos problemas econômicos das classes menos abastadas, estando capacitado a restabelecer o equilíbrio econômico entre produtores e consumidores, assim como, resguardando os interesses individuais, regular as relações do homem com a comunidade. Longe de ser mera codificação de princípios econômicos, constitui antes de mais nada, um programa de idealismo profundamente humanitário, de educação e formação social, de sistematização de esforços conjugados para o bem estar coletivo.

O Departamento de Assistência ao Cooperativismo, que tem em nosso Estado, o encargo da difusão doutrinária do cooperativismo, e bem assim o seu incentivo, através de assistência vigilante às cooperativas, a despeito das dificuldades oriundas de carência de pessoal especializado além de recursos orçamentários exíguos, vem efetuando um trabalho que, embora não inteiramente satisfatório, pode todavia ser classificado de útil, em prol da solidificação dos nobres postulados cooperativistas.

O panorama cooperativista do nosso Estado, apresenta um número bastante elevado de organizações, num total de 167 cooperativas, sendo 35 de produção agro-pecuária, 3 de crédito, 15 de consumo, 14 de mate, 9 de pescadores e 88 escolares, além de duas Federações e uma Cooperativa Central Agrícola.

É de se ressaltar entretanto, que muito embora os registros do mencionado Departamento acusem aquele número de organizações uma grande parte das mesmas, tem sua existência restrita ao ato de fundação. Assim sendo, a par das 88 cooperativas escolares, cujas finalidades primordiais residem no terreno educativo, muito embora venha sendo grandemente deturpado, resumindo-se o seu funcionamento em grande parte a título de Caixas Escolares, mantem em funcionamento mais ou menos regular 53 cooperativas, encontrando-se em fase de observações e estudos, 15 entidades, que, embora paralizadas, podem oferecer condições favoráveis ao seu

reerguimento, ao passo que 11 organismos, absolutamente inoperantes, estão em vias de dissolução.

É evidente, que o cooperativismo em nosso Estado, como aliás acontece de modo generalizado em quasi todas as unidades da Federação, ainda não constitue um movimento inteiramente independente, estando por conseguinte, na dependência de uma ação assistencial dos poderes públicos. Nestas condições, acreditamos que, sanadas as falhas existentes neste setor, nada obstruirá o tão necessário incremento do cooperativismo.

Na verdade, não somente o Departamento de Assistência ao Cooperativismo poderá ser culpado dessa deficiência, pois, embora dispendendo todos os esforços, que os seus exíguos recursos orçamentários e de pessoal lhe possibilitam, outros setores da pública administração, lamentavelmente, nenhum apoio dispensaram á incrementação do movimento cooperativista. Muito embora, numerosas iniciativas, neste sentido, tenham partido do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, até a presente data, não foi regulamentada em lei ordinária, na forma disposta pela Constituição Estadual, a isenção impostos, que é conferida, ás cooperativas pelo inciso V do Art. 94 da nossa Carta Magna. Pelo contrário, um projeto de Lei, aprovado neste sentido pela Assembléa Legislativa do Estado, foi vetado pelo ex-Chefe do Executivo sob alegação de que continua disposições anti-constitucionais.

De outro lado, por culpa exclusiva de órgão federal as nove cooperativas de pescadores existentes no litoral do Estado, tiveram o seu funcionamento paralizado. Subordinados que eram á extinta Comissão Executiva da Pesca, não obtiveram, em época alguma, a assistência prevista pela Lei reguladora das atribuições da referida Comissão que se limitou a exercer as suas atividades, em carater meramente mercantil, sufocando toda e qualquer iniciativa tendente a emancipar as cooperativas que congregavam em seu seio, a quasi totalidade dos pescadores do nosso litoral. Extinta a Comissão, o seu patrimônio, ao envez de ser entregue ás cooperativas de pescadores, reverteu em beneficio da Caixa de Crédito da Pesca, que não zela pela sua conservação.

No que tange ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo, este igualmente, não se encontra em condições, para desempenhar de forma inteiramente satisfatória, as suas multiplas atribuições de orientação, assistência e principalmente fiscalização das cooperativas. Possui uma organização interna, falta-lhe porem a necessária ligação com as entidades, com as quais deveria manter contacto permanente. A sua estruturação, carece de um quadro de inspetores itinerantes, obrigando seus servidores internos, a constantes deslocamentos, em detrimento ás suas atribuições normais, sobrecarregados ainda, com o Serviço de Revenda de Material Agrícola e assistência á organização de Associações Rurais.

Diante do exposto, e no sentido de que a sadia doutrina cooperativista venha a ter em nosso Estado, um desenvolvimento realmente satisfatório, pensamos que tornar-se-iam indispensáveis, as seguintes providências:

- a) Criação de um corpo de inspetores cooperativista itinerantes, cons-

tituindo inicialmente de seis (6) contadores, no Departamento de Assistência ao Cooperativismo;

b) Equipamento do mencionado Departamento, de um número conveniente de veículos (jeeps) permitindo o rápido deslocamento dos seus funcionários;

c) Interferência junto à Caixa de Crédito da Pesca, no sentido de que esta autorize a entrega, às cooperativas de pescadores, do Frigorífico existente em Paranaguá, após devidamente reformado, e colocado em condições de funcionamento;

d) Encaminhamento à essa egrégia Assembléia Legislativa do Estado, de mensagem regulamentando, em Lei ordinária, o benefício concedido às cooperativas do Estado, pelo inciso V do artigo 94.º da Constituição Estadual.

e) Entendimento com as Prefeituras Municipais, visando uma colaboração destas, na expansão do cooperativismo.

f) Estudo das possibilidades de ser o Departamento de Assistência ao Cooperativismo, dotado de melhores recursos financeiros para poder desenvolver convenientemente os seus encargos.

Antes de finalizarmos estas rápidas considerações com relação ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo, desejamos fazer referência ao serviço de revenda de material agrícola que, embora não condizente com as atribuições daquele órgão, vem sendo executada, com resultados muito promissores. Utilizando os recursos, que foram colocados a disposição da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Decreto-Lei n. 508 de 13 de Setembro de 1946, vem o Departamento de Assistência ao Cooperativismo, adquirindo nas fontes de produção, material, e utilidades agrícolas diversas, que são posteriormente vendidas aos agricultores, por preço de custo, e muitas vezes com facilidades de pagamento. O montante apreciável das revendas que vem sendo efetuadas, ascendendo progressivamente, constitue, sem dúvida, um fator comprobatório do interesse despertado na classe agrícola por este sistema, aliás muito aconselhável, em benefício da lavoura e dos que nela labutam.

Sendo entretanto, reduzidos os recursos de que se dispõe para as operações de revenda de material, já que o mencionado Decreto-Lei lhes concedeu apenas a importância de Cr.\$ 1.500.000,00, julgamos oportuno e útil, que os serviços de revenda sejam ampliados, dotando-os de recursos financeiros mais apreciáveis, o que permitirá estender sua ação, para outras utilidades, como sejam sementes, reprodutores e máquinas de moto-mecanização agrícola.

É bem verdade que difícil será a sobrevivência das cooperativas de produção se não dispuserem elas da possibilidade de levar sua produção diretamente ao consumidor. Esse óbice tem sido ao nosso ver a grande dificuldade do incremento do cooperativismo cujo índice vem baixando no Paraná.

Procurando removê-lo estamos diligenciando no sentido de dar um

amparo financeiro à Cooperativa Central de forma a que possa ela trazer dos cooperados diretamente para esta Capital, a produção agrícola passível de colocação.

Com referência aos produtos de exportação estamos em entendimentos com o Governo de São Paulo no sentido de obtermos junto aos armazens gerais daquele Estado um local adequado para depósito de batatas, possibilitando desse modo, a venda direta da produção das cooperativas paranaenses.

É bem de ver o alcance desta medida, pois, no momento, a batata é paga a Cr.\$ 80,00 o saco em Araucária e vendida ao varejista em São Paulo, a Cr.\$ 230,00.

Muito há que se fazer neste particular uma vez que o Cooperativismo é a fórmula única de livrar o pequeno produtor da voracidade do intermediário insaciável.

Necessário se faz, entretanto, interferir com a terapeutica concreta e eficaz que proporcione maior lucro ao produtor, pois, qualquer outro remédio será palhativo servindo, somente, para desmoralizar um sistema econômico de grande alcance social — como é o cooperativismo.

Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional

A finalidade principal do Departamento é dar meios aos estabelecimentos de ensino, a êle subordinados e orientação técnico-didática, indispensáveis à formação de homens capazes às lides do campo. E, além disso, cooperar, sob várias modalidades, na educação e alevantamento do padrão de vida das populações rurais.

Organização

O Departamento superintende oito Escolas de Trabalhadores Rurais, localizadas no planalto e duas Escolas de Pescadores situadas no litoral.

Está constituído por uma Divisão de Ensino Técnico e Profissional e uma Secção Administrativa.

A Divisão de Ensino Técnico e Profissional, está ligada à Direção do Departamento e compreende o Serviço de Contrôlo, o Serviço de Orientação e o Serviço Médico Especializado.

Subordinado, à Secção Administrativa, estão os Serviços de Contabilidade, Expediente e Protocolo e o Almojarifado.

Estabelecimentos Subordinados;

- a) — Escolas de Trabalhadores;
- b) — Escolas de Pescadores;

E. T. R.

| | | | |
|-----------------------|---|------------|-----------------------|
| RIO NEGRO | — | situada em | Rio Negro |
| GETULIO VARGAS | — | " | " Palmeira |
| AUGUSTO RIBAS | — | " | " Ponta Grossa |
| OLEGARIO MACEDO | — | " | " Castro |
| FRANKLIN D. ROOSEVELT | — | " | " St° Ant° da Platina |
| IVAI | — | " | " Ivaí |
| AGR° HINTZ | — | " | " Cândido de Abreu |

E. A. P.

| | | | |
|--------------|---|---|------------|
| MANOEL RIBAS | — | " | " Canguiri |
|--------------|---|---|------------|

E. P.

| | | | | |
|------------------|---|---|---|------------------------|
| GUARATUBA | — | ” | ” | Guratuba |
| ANTONIO S. LOPES | — | ” | ” | Ilha das Cobras - Pguá |

Edificações Existentes

Existem atualmente 10 escolas sendo 2 de pescadores e 8 de trabalhadores rurais, cujas dependências não satisfazem às necessidades do ensino dos referidos estabelecimentos e nem acomodação adequada e suficiente aos funcionários neles lotados, notando-se também falta de pavilhão para máquinas, depósitos de cereais e oficinas.

Dos Cursos

Atualmente o Departamento mantém os seguintes cursos:

a) — Curso de Ensino Agrícola Complementar na ETR. “Augusto Ribas” em Ponta Grossa com a duração de 2 anos, destinando-se exclusivamente a filhos de lavradores que tenham curso primário completo.

O Departamento fornece o Certificado de Lavrador aos alunos que concluírem o referido curso, assim como dá manutenção e ensino gratuito aos mesmos. — Anéxo, para ensinamento prático aos educandos, há a Secção de Laticínios. A 1.ª turma de alunos concluiu o curso em dezembro de 1950.

b) — Curso de Ensino Agrícola Primário — em funcionamento nas E. T. R. Dr. Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt, respectivamente, situadas em Palmeira e Stº Antonio da Platina, onde são ministrados, paralelamente ao ensino primário, noções de agricultura prática.

c) — Curso de Tratorista — tendo já funcionado em dois períodos na E. A. P. Manoel Ribas - Canguirí, com a duração de 4 semanas cada um, forneceu certificado a 23 alunos, aguardando-se novos candidatos afim de que possa novamente entrar em funcionamento.

Do Corpo Docente

O ensino primário das escolas rurais é ministrado por professoras normalistas ou habilitadas, pertencentes ao quadro da Secretaria de Educação e Cultura. O número de professoras não satisfaz às necessidades de cada escola, causando, por isso, baixa do nível de aproveitamento por parte dos educandos, pois, é comum ver-se classes sem professoras e outras com elevado número de alunos.

Do Movimento de Matrículas

O Departamento encerrou o ano de 1950 com 592 alunos, sendo 474 matriculados nas E.T.R. e 118 nas E.P.

Da Produção

A produção nas escolas está sujeita a fatores vários, como sejam: área disponível, qualidade das terras, maquinário agrícola, orientação técnica, sobre os quais falaremos a seguir:

1 — Área

| | | |
|-----------------------------------|-------|------|
| EP.A.S. Lopes | 20 | Has. |
| EP. Guaratuba | 61,35 | " |
| ETR. Augusto Ribas | 125 | " |
| ETR. Canguiri | 170 | " |
| ETR. Agr ^o Hintz | 48,5 | " |
| ETR. F. D. Roosevelt | 104 | " |
| ETR Dr. G. Vargas | 116 | " |
| ETR. Ivaí | 48,5 | " |
| ETR. Olegario Macedo | 968 | " |
| ETR. Rio Negro | 43,5 | " |

Considerando-se como ideal a área mínima de 250 Hectares, para cada escola, vê-se, pelo quadro acima, a deficiência de todas elas, com exceção da "Olegario Macedo", cuja área atinge 968 Hectares e as escolas de pescadores, cuja finalidade precípua é a pesca.

Do Material Didático

As escolas não estão convenientemente dotadas de material didático necessário ao perfeito ensino intelectual e técnico, com exceção, da ETR. "Augusto Ribas" de Ponta Grossa, que possui pequeno gabinete para estudo de Historia Natural, Física, Química e material para laticínios.

As E.T.R. "Augusto Ribas", "Dr. Getúlio Vargas" e "F. D. Roosevelt" possuem pequenas bibliotecas.

As E.P. "Guaratuba" e "Ant^o S. Lopes" possuem apenas reduzido material para prática de pesca em pequena escala — (canôas e rêdes), sendo de notar que esta última, de há muito tempo, vem tendo sua finalidade completamente desvirtuada pois ao envez de ensinar a pesca se tem dedicado ao corte de pedras tendo se transformado de Escola de Pescadores em autentica fábrica de paralelepipedos.

Conta o Departamento, para o corrente ano, com a importância de Cr.\$ 5.450.000,00 assim distribuida ou seja, orçamento idêntico ao do exercicio anterior.

| | | |
|--------------------------------|-------|--------------|
| 1) — Pessoal fixo | Cr.\$ | 503.200,00 |
| 2) — Pessoal variável | Cr.\$ | 881.800,00 |
| 3) — Material permanente | Cr.\$ | 500.000,00 |
| 4) — Material de Consumo | Cr.\$ | 2.525.000,00 |
| 5) — Despesas Diversas | Cr.\$ | 1.040.000,00 |

TOTAL

Cr.\$ 5.450.000,00

Suplementação necessária para atender as despesas decorrentes do aumento de vencimentos a reestruturação do quadro de funcionários.

| | |
|-----------------------------|---------------------|
| 1) — Pessoal fixo | 637.400,00 |
| 2) — Pessoal variável | 369.704,00 |
| TOTAL | <u>1.007.104,00</u> |

Do Maquinário

Conta o Departamento presentemente com o seguinte maquinário agrícola:

| | |
|--|----|
| Tratores | 4 |
| Arados de discos | 11 |
| Arados de aiveca reversível | 15 |
| Arados de aiveca fixa | 14 |
| Charruas | 5 |
| Sulcadores | 6 |
| Trator manual "Piow-Trac", com implementos completos | 1 |
| Grades de discos | 15 |
| Grades de dentes | 8 |
| Semeadeiras adub | 1 |
| Semeadeiras | 20 |
| Pulverizadores de tração animal | 3 |
| Pulverizadores costal | 20 |
| Polvilhador costal | 1 |
| Cultivadores | 26 |
| Trilhadeiras | 6 |
| Ceifadeiras | 7 |
| Ancinhos Mecânicos | 3 |
| Garfos | 2 |
| Enfardadeira | 1 |
| Ventilador | 2 |
| Máquina de beneficiar arrós | 1 |
| Triturador de milho | 1 |

Por esta exposição, constata-se que o Departamento de Ensino Superior Técnico e Profissional, através do dispêndio e supérfluo aparelhamento burocrático, gasta Cr.\$ 6.457.104,00 para a manutenção de 592 alunos, ou seja Cr.\$ 10.822,00 anualmente por aluno.

Necessidades

Afim de que os estabelecimentos subordinados ao Departamento fiquem perfeitamente aparelhados para atingir seu grande objetivo é necessário, em primeiro lugar, sustar a matrícula dos delinquentes. Estes devem ser encaminhados à estabelecimento a tal fim destinados.

Quanto aos menores abandonados, pensamos dotar o Departamento de Assistência Social, de Escola de Triagem, para que os menores que fossem destinados a vida rural, possuíssem, de fato, aptidão para as lides campezinas.

Necessita o Departamento de Ensino de completa e geral reforma, pois está radicalmente desvirtuado, não atendendo à sua elevada finalidade. Oportunamente submeteremos à consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa, um projeto de reforma deste órgão visando dar-lhe estrutura mais condizente com os alevantados objetivos de formar capatazes mais ali-cercados em conhecimentos práticos e técnicos que concorrem com parcela decisiva para a racionalização da produção.

É a mais precária possível a situação das Escolas de Trabalhadores Rurais. Longe de manterem um regime de auto-suficiência que lhes possibilitaria o sistema de trocas ou permutas de gêneros que cada Escola, por suas condições ecológicas, pudesse produzir, vivem elas comprando de tudo e a agricultura que praticam é muito incipiente. Algumas nem mesmo uma pequena horta mantem. Outras não produzem o leite de que carecem os seus alunos.

Se de um lado a formação do Capataz Rural é deficiente, de outro a consequente utilização do elemento humano formado nas Escolas é falha. Uma percentagem muito reduzida de alunos que custam ao Estado de Cr.\$ 50.000,00 a 100.000,00 é aproveitada nas lides rurais, fixando-se, em grande maioria, nas cidades, como soldados da polícia, barbeiros, engraxates porque em vista da deficiência de sua formação escolar não têm sido procurados pelos agricultores.

Caberia ao Estado, tendo em vista o custo anual de cada aluno, estimado em Cr.\$ 10.822,00 para o ano de 1951, dar-lhe aprimorada instrução que o capacitasse a auxiliar racionalmente a produção, colocando-o nos meios rurais, ou quando tal não lhe fosse possível, admiti-lo em seus quadros na condição de auxiliar de veterinários, de vacinador, de auxiliar de agrônomo, de fiscal de bróca ou classificador de produtos vegetais - mas, não permitindo nunca que o capataz que lhe custa tanto quási quanto custa a formação de um agrônomo, um médico ou um engenheiro, se oriente para setores outros, diferentes daquele para o qual estudou.

Essa a situação que necessitamos remediar, e que temos a certeza de conseguir graças ao esforço conjugado de todos os responsáveis pelos negócios da S. A. I. C.

Departamento de Geografia, Terras e Colonização

O aspecto lamentável dos serviços afetos ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização, pode ser definido sem receio de exagêro, e assim os encontramos, como de *verdadeira liquidação do patrimônio territorial do Estado*, em prazo curto, tendo se convertido aquele setor administrativo em balcão de vendas de terras com o exclusivo interêsse e benefício imediato de inúmeros intermediários ligados estritamente ao Govêrno e do qual não compartilharam os verdadeiros interessados, os ocupantes das terras, num completo desvirtuamento do verdadeiro objetivo da colonização racional.

A completa desorganização administrativa que se encontrou naquele Departamento obrigou a cessação imediata dos serviços, — tendo sido tomadas desde logo vários medidas saneadoras que se impunham, permanecendo, ainda, o Departamento de Terras de portas fechadas, tal a necessidade de reorganização dos serviços internos e externos, encontrados em verdadeiro tumulto.

A corrida que se processou em torno da expedição de títulos de propriedade teve sua origem, não sómente pela grande disparidade de prêços entre os da venda das terras do Estado e seu valôr real mas, principalmente, pelas iniciativas governamentais que incentivaram a liquidação dos negócios de terras como:

- a) — A redução de prazos para editais regulamentais de 30 para 10 dias.
- b) — A redução de prazos para vistas de 4 a 10 dias para 48 horas.
- c) — Redução de prazos para pagamentos de prestações de 4 meses para 30 dias.
- d) — A redução injustificável de prêços sem qualquer informação, concedida á última hora favorecendo apenas alguns e estabelecendo tratamento desigual, principalmente entre o requerente de áreas de 500 hectares e o pequeno colôno.
- e) — As ordens de máxima urgência que se sucediam, de localização e ocupação, originárias principalmente das mais altas esfêras administrativas ao contratante de serviços de medição e demarcação e que traziam o sêlo do favoritismo de citação nominal de requerentes beneficiados sem

qualquer resquício de obediência à sucessão cronológica de direitos já adquiridos por requerentes e principalmente ocupantês de origem remota.

f) — A convocação de chefes de serviços para a Capital para colaborar no apressamento de conclusão de processos, deixando acéfalas as dependências fiscalizadoras do interior e propiciando entendimento diréto entre as partes interessadas e os contratantes de serviços de demarcação, o que redundou ainda, na desmoralização dos trabalhos técnicos pela oferta de elevadas propinas, lamentavelmente recebidas à título de serviços extraordinários.

g) — A paralização dos demais serviços do Departamento, a designação de funcionários para um único objetivo, a interferência de funcionários de outras dependências administrativas, a ação diréta de interessados, se sucederam, obedecendo à orientação exclusiva daqueles que pelas elevadas funções de direção que exerciam bem poderiam ter evitado o caos, evidenciado dèssa forma, a ausência de qualquer vestígio de moralidade administrativa.

h) — A direção do Departamento, substituída por vezes, nos últimos 30 dias do mês de janeiro, prolongava seu expediente, funcionando em quartos de hotel, ao qual acorriam constantemente as equipes de intermediários na faina de obterem o melhor quinhão. Em consequência desta intensa agitação provocada e favorecida pelos órgãos da administração pública e à qual teve que se subordinar grande parte dos funcionários mais zelosos e antigos do Departamento de Terras verificaram-se, várias violações de dispositivos regulamentares, legais, contratuais e constitucionais que regem o andamento de requerimentos e processos determinando a abertura de inquéritos e revisões que se processam, visando sanar, em parte, as irregularidades de maior gravidade que foram constatadas, bastando citar:

1) — O favoritismo estabelecido em tôrno do encaminhamento rápido de requerimentos preterindo direitos de prioridade de centenas de interessados, na sua maioria de pequenos sitiantes que não recebiam andamento, enquanto outros, recentíssimos, obtinham despachos, localização e títulos definitivos em verdadeiros recôrdes administrativos.

2) — O comércio de requerimentos despachados, tornando-se pública e notória a oferta na rua principal da cidade e em portas de café, a venda de requerimentos, ou melhor, de grupos de requerimentos a razão de 30, 40 ou 50 mil cruzeiros, com ou sem localização, com ou sem prestações pagas, etc., admitindo-se, e isto está sendo apurado, que grande número dèstes requerentes são pessoas supostas ou falecidas, servindo apenas para obtenção de despacho, cessão de direitos, e negócio imediato de lucro certo e elevado às pessoas que gozavam dos favôres oficiais.

3) — A ausência de linhas divisórias de lotes, que assim continuam, sem identificação no terreno por marcos e picadas, tendo sido os contratantes de serviços de medição e demarcação, compelidos à entrega de processos como conclusos violando, além das cláusulas contratuais, os mais elementa-

res princípios de correção e idoneidade profissional na execução de trabalhos topográficos.

4) — A expedição de títulos definitivos de propriedade com área determinada e descrição de marcos e divisas extraídos de plantas de glebas, apenas com projeto de loteamento, sem o comprovante da existência de cultura efetiva e morada habitual (Art. 85 da Const. Estadual).

5) — A preterição decorrente do item 4, de direitos de terceiros, alguns com benfeitorias já efetivas nos lotes e cujos nomes foram grosseiramente riscados nas plantas existentes nos processos, e outros moradores antigos, pequenos colônos, cuja localização nem sequer foi figurada nas plantas porque os levantamentos internos das glebas não foram procedidos.

6) — As razuras, o arrancamento e substituição de folhas dos processos foram igualmente constatadas.

7) — A expedição simultânea de títulos definitivos em livros diversos, em número de 12 propiciando clima favorável à oferta de gratificações a funcionários, acontecendo o inconcebível de serem extraídos vários títulos em duplicata sobre os mesmos lotes, vendendo o Governo do Estado a mais de uma pessoa o mesmo lote.

8) — O descontrôle em despachos de requerimentos apesar das reiteradas exposições do Departamento de Terras com relação ao exgotamento da área disponível, o encaminhamento e despacho favorável de requerimentos se sucediam acontecendo o que era dado prever, que o Estado vendeu o que não mais possuía, alcançando área superior a 130.000 alqueires de terra a área compromissada pelo Governo com os requerentes, com prestações pagas e cuja localização se pode dar em qualquer outra parte do País, menos território Paranaense.

É de se notar que esta área excedente é na realidade bem maior, desde que sejam computadas as posses efetivas que existem na superfície calculada como área remanescente de terras devolutas do Estado.

9) — O desvirtuamento dos planos de colonização que vinham sendo executados pelo Departamento de Terras através de várias administrações, sempre voltadas, como princípio fundamental, à elevação de nível material e moral do agricultor brasileiro, e disto são atestados eloquentes as colonizações levadas a efeitos no Sul do Estado, no município de Clevelândia, e na zona Norte nas glebas das colônias de Jaguapitã, Içara, Centenário, Faxinal de São Sebastião e as primeiras glebas das colônias Mourão e Paranavaí, pelo parcelamento da área em pequenos lotes coloniais, norma esta que foi completamente excluída nos últimos anos, notando-se que quasi todas as glebas da Colônia Paranavaí, Goio-Erê, Tapejara e outras foram divididas em lotes de 500 hectares aproximadamente, sem qualquer planejamento ou espírito da colonização, ao ponto de não terem sido previstas nem sequer as áreas destinadas às futuras sedes coloniais.

Qual teria sido o panorama do Norte do Estado desde que a orientação e diretrizes do Governo se tivessem voltado ao interesse social, ao benefício da coletividade, à produção, ao humaníssimo preceito de amparo ao nosso sertanejo, concedendo ao Departamento de Terras a autonomia e re-

cursos necessários para desenvolver o seu programa de colonização racional, com a assistência ao colôno sob todos os aspectos, e nisto teria provocado uma corrente imigratória sem paralelo na história do País, ao invés de agir por interesse inconfessável do qual ressaltam o político e o imediatismo do lucro fácil?

10) — O estabelecimento de latifúndios constituídos pela aquisição de direitos de requerentes selecionados por intermediários, os quais, facilitando o encaminhamento rápido dos processos tinham assegurado a sua bem aquinhoadá recompensa. Estes intermediários gozaram de livre trânsito e o tinham permanentemente nos corredores e salas oficiais, auxiliados por equipes especializadas em advocacia administrativa.

Nestas glebas que assim passaram para a propriedade de uma única firma, existem pequenos ocupantes que já há longos anos vêm alimentando a esperança de obter a propriedade da terra que desbravaram.

Voltam ao Departamento muitos requerimentos que se encontravam em poder de interessados sem qualquer razão que o justifique, sendo lícito aceitar que muitos jamais serão encontrados.

11) — A tal ponto chegou a imoralidade permitida pelo Governo anterior, senão por êle própria fomentada, que se encontrou no assalho do Departamento de Terras uma letra de cambio de Cr.\$ 500.000,00 assinada por um grande magnata na aquisição de terras devolutas em favor de um funcionário do referido Departamento.

Esse fato evidencia com precisão, confirmando o que todo Paraná não mais ignorava; que se liquidava o patrimônio territorial de nossa terra em largas e rápida marteladas num leilão sul generis, onde só tinham acesso os apaniguados da situação política então dominante, que fizeram fabulosas fortunas, preterindo direitos dos pequeninos, dos posseiros, de antigos requerentes e sobretudo da moralidade administrativa.

Deante dêstes acontecimentos que não necessitam maiores comentários, determinamos enérgicas e rápidas providências, as quais têm sido efetivadas através de vários Decretos, Portarias e Ordens de Serviços, dentre as quais ressaltam:

1) — Remoção do pessoal lotado no Departamento com atribuições ligadas diretamente com os serviços de terras.

2) — Paralisação interna e externa dos trabalhos sob a jurisdição das Inspetorias do Norte do Estado.

3) — Proibição de ocupação de terras e suspensão de ordens de localização.

4) — Medidas de fiscalização e policiamento.

5) — Suspensão de serviços contratados com Engenheiros e Agrimensores, cujos trabalhos foram impugnados.

6) — Révisão de glebas impugnadas, propondo a anulação de títulos expedidos. Nestas condições foram revistos 37 processos, abrangendo a área total de 301.480,87 hectares e correspondentes a 858 títulos expedidos.

Há vários assuntos de capital importância, relativos a terras do Estado cujo estudo se promove para serem, oportunamente, ventilados. Entre ês-

tes podemos citar os acórdos feitos ultimamente, envolvendo vastas áreas de terras de propriedade do Estado.

7) — Os trabalhos internos do Departamento em referência estão sendo reorganizados colocando-se em dia o fichário de movimento de papéis, a juntada de documentos, arrolamento de guias e talões os quais se encontravam dispersos em enorme confusão.

Eis as principais ocorrências registradas neste Departamento, às quais procuramos dar o caráter de maior objetividade possível, no sentido de que os trabalhos afetos ao setor de Geografia, Terras e Colonização tenham asseguradas a sua perfeita normalização alcançando o mais elevado grau de eficiência.

Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, órgão incumbido de dar assistência técnica à lavoura, à pecuária e à indústria, além de investigações e pesquisas científicas teve, nos últimos anos a sua atuação restringida, em virtude de sua situação orçamentária deficiente, mórmente no que se refere à aquisição de material de consumo.

A organização daquele órgão, em face dos estudos que vão, desde Biologia Animal e Vegetal, até o estudo de combustíveis e conservação de solos, trabalhos todos de magna importância para a economia de nosso Estado, apesar de bem planejada, teve sempre um entrave, no que se refere às verbas necessárias ao seu funcionamento fato que se agrava de maneira assustadora deante dos constantes córtes que sofreu nas propostas orçamentários. O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas executou dentro das suas possibilidades os trabalhos seguintes:

Por sua Divisão de Biologia Animal

Concluiu os estudos sôbre deficiência de cálcio e fósforos em bovinos de campo.

Prosegue no estudo da encefalomilite.

Concluiu o levantamento do índice de Brucelose.

Prosegue no levantamento do índice da tuberculose animal.

Procura aumentar a produção de vacinas e produtos veterinários.

Estuda a possibilidade de confeccionar vacinas anti-afetosas.

Por sua Divisão de Biologia Vegetal

Prosegue no levantamento fitosanitário.

Concluiu estudos sôbre doença das batatas.

Prosegue no estudo das doenças do linho.

Concluiu estudos sôbre doença da herva-mate.

Providenciou a publicação de diversas monografias correspondentes aos estudos que realizou.

Por sua *Divisão de Química e Tecnologia*

Industrialização do calcário e conchas calcáreas para agricultura e pecuária.

Estudos sobre compensados.

Estudos sobre aproveitamento da folha do café.

Aproveitamento dos resíduos da herva mate.

Melhoramento de produtos cerâmicos pelo controle de matéria prima.

Melhoramento de telhas, tijolos e manilhas em todo Estado.

Por sua *Divisão de Geologia e Mineralogia*

Levantamento geológico do Estado.

Construção do mapa fitográfico.

Estudo de diversas formações geológicas, com finalidade técnico científica.

Levantamento parcial dos recursos minerais.

Estudos técnicos e geológicos sobre xisto piro-betuminoso.

Análise de rechas e minerais, atendendo particulares e a outros Estados.

Por sua *Divisão de Sólidos*

Providenciou análise de mais de 100 amostras de terrenos, de diversas regiões do Estado e 127 perfis completos de solo num total de 11.843 determinações quantitativas.

Realizou estudos sobre calagem e fixação do fósforo em terras de campo.

Por sua *Divisão de Metrologia*

Realizou a aferição e a fiscalização de pesos e medidas no comércio da Capital.

Providenciou a verificação para posterior delegação de poderes às Prefeituras Municipais.

As Divisões de Experimentação de Combustível e Conservação de Sólidos, estão em fase de organização.

Pelo que fez, e por sua finalidade, se deprende ser o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, um órgão de magno interesse para a economia do Estado.

É de imprescindível necessidade o aparelho e funcionamento da Divisão de Conservação de Sólidos, problema de importância decisiva na manutenção da agricultura.

É oportuno salientar, que com o aparecimento da peste suína, foi construído em Jacarézinho um laboratório para a produção de vacinas, o qual no entretanto necessita de verba para o seu aparelhamento.

Apesar da sua alta importância, teve essa dependência da S. A. I. C., cortes constantes nos orçamentos que apresentava a saber:

| | | |
|----------|--------------------|--------------------|
| em 1.947 | sofreu um corte de | Cr.\$ 537.350,00 |
| em 1.948 | " " " " | Cr.\$ 1.354.800,00 |

| | | | | | |
|----------|---|---|---|---|--------------------|
| em 1.949 | " | " | " | " | Cr.\$ 3.656.000,00 |
| em 1.950 | " | " | " | " | Cr.\$ 3.212.720,00 |
| em 1.951 | " | " | " | " | Cr.\$ 5.081.426,00 |

Inegavelmente o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas é a bem dizer o ponto alto da Secretaria de Agricultura, não obstante a deficiência de verba para material.

Na verdade, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, apresenta uma situação *sui generis*, dispondo cerce de dois milhões e pouco com material e cerca de cinco milhões com pessoal, condição que lhe restringe sobremaneira a atuação que pôde ter em seu amplo campo de ação.

De outro lado, pensamos que a deficiência apontada inibiu a atuação do Instituto no setor de aplicação mais prática dos conhecimentos científicos de que a agro-pecuária e a indústria necessitam.

Tem-se limitado efetuar trabalhos de alta valia restritos, porém, à pesquisa e à investigação.

Entretanto nova orientação lhe está sendo imprimida e dentro de pouco tempo esperamos esteja dotado dos recursos necessários para que possa produzir o que o Paraná lhe pede e que o seu corpo técnico está em excelentes condições de fornecer.

Serviço de Publicidade Agrícola

A divulgação dos fatos e acontecimentos que caracterizam o desenvolvimento da ciência agro-pecuária, de ensinamentos de ordem técnica e de instruções relativas ao combate e prevenção de epizootias e infestações fito-patológicas, constitue, indubitavelmente função da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, que, através do seu Serviço de Publicidade Agrícola, vem dando execução muito precária a êste mistér.

Como entretanto, pudemos verificar o Serviço de Publicidade Agrícola dispõe de recursos financeiros insuficientes, pois conta com uma dotação orçamentária de apenas (cento e vinte e oito mil cruzeiros) Cr.\$ 128.000,00, inteiramente empenhada para atender as subvenções das estações de rádio difusão e jornais que constituem a cadeia de divulgação agrícola do Estado.

É de se ressaltar, que todas as emissoras do Estado, diga-se de passagem formula de efeito muito reduzido, encontram-se a serviço da divulgação agrícola, mantendo programas semanais de cerca de 15 minutos, nos quais, frequentemente, são intercaladas, palestras de técnicos. Do outro lado, grande parte dos jornais e revistas do estado, divulgam igualmente materia de natureza agro-pecuária. Nestas condições, o Serviço de Publicidade Agrícola, pode apresentar um índice de trabalho, que conta com a colaboração de 22 emissoras, 23 jornais, 4 revistas e 2 boletins, a serviço da difusão agrária no Estado.

Não obstante, os seus exíguos recursos orçamentários, consoante antes afirmamos, são inteiramente absorvidos neste setor, não lhe restando em consequência verbas para atender a ampliação da bibliotéca, que conta com o insignificante número de 249 volumes, bem como para a edição de publicações próprias, ou divulgação de comunicados, editais ou outros assuntos de caráter urgente.

E' no nosso pensamento, proceder uma reorganização do Serviço de Publicidade Agrícola, transformando-o em Serviço de Informação Agrícola e ampliando subsequentemente as suas atribuições e encargos, entre os quais, destacamos a edição de um Boletim Técnico, preferencialmente de publicação mensal.

Para tanto, julgamos indispensáveis, as seguintes providências:

a) suplementação no corrente exercício, e aumento nos futuros, das dotações próprias do Serviço de Publicidade Agrícola;

a) suspensão imediata das programações agrícolas e publicações em jornais e revistas, que possuem caracter mercantil, isto é, que são subvencionados pelo Serviço;

c) solicitação aos jornais, revistas e emissoras, que prossigam tanto quanto possível, na divulgação de materia de interesse da lavoura, sem onus para os cofres estaduais.

Caberia ao órgão de publicidade da Secretaria de Agricultura a difusão dos trabalhos afetos a esta dependência, proporcionando um contacto mais intimo e diréto com os lavradores, através de publicidade intensa dos serviços que se possam proporcionar aos ruralistas do Estado.

Tal não foi feito e grande parte dos lavradores ignora até mesmo a existência deste órgão governamental na sua condição precípua de ajudá-los a produzir.

Não tem o Serviço de Publicidade cumprindo com suas finalidades, limitando-se ao papel de "tesoura", fazendo recórtes, em jornais e revistas, de assuntos nem sempre adaptáveis ao nosso meio agrícola, não tendo produzido nunca trabalho que levasse a marca de sua genesis na própria Secretaria.

Não promoveu nunca a coordenação de trabalhos técnicos, a realização de conferências, a reunião regional de agricultores no interior que propiciaria maior contacto com os técnicos em palestras de doutrinaamentos e catequese.

Temos para nós que no Serviço de Publicidade Agrícola o Paraná dispndia cerca de Cr.\$ 400.000,00 anuais sem proveito.

Estamos deligenciando no sentido de mudar radicalmente a orientação vigorante, transformando-o num verdadeiro elo de ligação entre o agricultor e a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, de forma a que cumpra êle suas elevadas finalidades.

Serviço de Engenharia Rural

Ao ser elaborada a organização da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, em sua fase inicial, foi prevista a criação de um órgão especializado para atender ao setor da engenharia rural, o qual foi denominado Serviço de Engenharia Rural e com o seu quadro de pessoal constituído 1 Engenheiro-Chefe, 2 Desenhista e 1 Datilógrafo.

No entanto, êste Serviço, no decorrer dos anos de vida administrativa da Secretaria, no desempenho das atividades técnicas solicitadas pelos diversos Departamentos, dentro de suas atribuições, revelou a necessidade premente de ampliar o seu quadro de pessoal para melhor poder satisfazer suas finalidades.

Como os demais órgãos desta Secretaria necessita também êste serviço de material compatível com a sua finalidade e, principalmente, de veículos para transporte.

SITUAÇÃO ATUAL DOS VEÍCULOS AUTO-MOTORES

Fazendo-se uma rápida apreciação dos veículos auto-motores, de propriedade da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, veremos que os mesmos não mais estão em situação de atender, em toda a plenitude, os serviços aos quais são destinados, quanto o mais se considerarmos que a maior parte dos mesmos ficam sediados na Capital, para demandar o interior, quando em serviço.

Grande parte dos veículos da S. A. I. C. tinham placas particulares para melhor se furtar a fiscalização do povo no seu uso indevido, durante o decorrer de 1950.

| Tipo de veículo | ESTADO | | | Total |
|-----------------|--------|---------|---------|-------|
| | Bom | Regular | Péssimo | |
| Automóveis | 5 | 6 | 3 | 14 |
| Caminhonetes | 8 | 7 | 4 | 19 |
| Jeeps | 8 | 4 | 14 | 26 |
| Caminhões | 12 | 7 | - | 19 |
| | — | — | — | — |
| | 33 | 24 | 21 | 78 |

Nestas condições é urgente a renovação da frota automotora, daquela Secretaria de Estado, afim de que seus trabalhos não venham a se ressentir por falta de meios de condução.

Julgamos que existe a necessidade de serem conseguidos:

| | |
|--------------|----|
| Automóveis | 9 |
| Caminhonetes | 12 |
| Jeeps | 20 |
| Cominhões | 10 |

para um completo reaparelhamento, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, no que toca a veículos auto-motores, independente da urgente reparação que se faz mister, nos que não se encontram em condições de trabalho.

Conclusões

Pelo exposto nos relatórios parciais dos diferentes órgãos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, bem podem os Senhores Deputados avaliar em que situação se encontra aquela pasta a qual muito se aproxima de um autêntico caos administrativo; situação esta que justifica plenamente a verdadeira aversão que o homem rural ostensivamente demonstra pelos serviços públicos no setor da agricultura.

Nunca os verdadeiros lavradores e criadores, que são justamente aqueles de pequenas possibilidades, foram tão mal atendidos pelos poderes públicos do Paraná.

Tudo o que foi cedido por esta pasta durante o último Governo obedeceu única e exclusivamente ao critério político partidário. A maioria dos beneficiados pela Secretaria de Agricultura são agricultores ou pseudo-agricultores que não necessitam do auxílio público. Foram este prodigamente atendidos em detrimento dos que necessitavam verdadeiramente do auxílio concedido.

Como acima já dissemos, este organismo da pública administração, restringe-se quasi que exclusivamente às funções de caráter burocrático, por não contar com os elementos imprescindíveis a um contato direto com o homem do campo. Atualmente a pasta da produção conta tão somente com recursos para projetar, carecendo dos meios necessários à execução efetiva, contando com uma organização central praticamente inoperante, inteiramente destituída das ramificações necessárias para uma atuação eficiente de amparo aos homens que se dedicam às lides agro-pecuárias.

Aos agricultores do Paraná, lamentavelmente falta a assistência dos poderes públicos estaduais, tão necessária ao aprimoramento das atividades rurais.

Todos os organismos que compõem esta pasta, estão praticamente desparelhados materialmente como também, não contam com elemento humano especializado em número suficiente para levarmos a bom termo o plano de serviço que nos comprometemos executar.

Temos convicção de que com a instalação das casas rurais, nos moldes já existentes no Estado de São Paulo, reduziremos para 30% as deficiências da pasta da Produção com relação à assistência efetiva que deve ser ministrada ao homem rural. Serão essas instituições distribuídas, inicialmente pelos municípios do nosso Estado e serão dotados de meios de transportes, maquinário agrícola, sementes selecionadas, corretivos, inseticidas e fungicidas, produtos químicos de uso veterinário. Serão, enfim, equiparadas com todo o material necessário ao bom desempenho das suas funções.

É evidente que toda e qualquer iniciativa dessa natureza, por melhor idealizada que seja, será inoperante e tendente ao fracasso, desde que não possa contar, na consecução dos objetivos visados, com o elemento humano experimentado e de reconhecida capacidade profissional. Nestas condições, torna-se imprescindível, que aquela Secretaria, possa contar concomitantemente com a instituição da "Casa Rural" com o concurso de um contingente de técnicos capacitados a dar cabal execução a este plano.

É oportuno acrescentar que em São Paulo, duzentos agrônomos residentes, perfeitamente aparelhados, oferecem assistência diuturna aos lavradores através da "Casa da Lavoura", situadas nos principais centros agrícolas do visinho Estado.

A organização que estudamos presentemente, visa preencher todas essas lacunas — instituindo a "Casa Rural" e promovendo desde logo, através dessa organização:

I

- a) Assistência ao Lavrador;
- b) Levantamento do cadastro rural;
- c) Previsão e avaliação das safras;
- d) Peritagem e avaliação para financiamento;
- e) Incentivo e assistência direta ao Cooperativismo;
- f) Planejamento das explorações de propriedades rurais, em moldes racionais;

II

- 1) A distribuição de mudas e sementes selecionadas;
- 2) A defesa do sólo contra a erosão;
- 3) O combate às pragas e molestias das plantas;
- 4) A vacinação e combate às doenças dos animais;
- 5) A fiscalização do beneficiamento dos produtos agrícolas e dos adubos, com a coleta de amostras;
- 6) A produção de sementes selecionadas e a fiscalização dos contratos de cooperação;
- 7) O empréstimo e a revenda de maquinário agrícola e de reprodutores;
- 8) O expurgo dos cereais, da desinfecção e análise das sementes.

A "Casa Rural", pelos agrônomos e veterinários regionais, será um elo de ligação do poder público com os homens da gleba — sanando dessa forma a grave deficiência que vimos de apontar.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Viação e Obras Públicas

Uma análise demorada dos serviços de Viação e Obras Públicas, sobre os quais passaremos a discorrer através do Departamento de Edificações e dos diferentes Órgãos Autônomos, apresentou-nos a atuação real daqueles serviços, situação que nos pareceu confusa e desordenada.

Si existe por um lado a necessidade da construção de determinadas obras públicas, verifica-se por outro a obrigação de se atender às possibilidades financeiras do Estado.

Não podemos sacar desordenadamente contra o futuro, como reiteradamente afirmamos.

Tratamos de organizar uma escola de urgência para as obras que deverão ser construídas afim de que se possa resguardar as finanças públicas de um colapso cujas consequências desastrosas só virão a se manifestar nos próximos anos.

As relações de subordinação dos Órgãos Autônomos à Secretaria de Viação e Obras Públicas mostram-se também, com um desequilíbrio que o Governo terá de considerar, oportunamente, afim de procelerar a sua regularização.

Enquanto, dois se mantem num meio termo de subordinação à S.V.O.P., como o Departamento de Estradas de Rodagem e a Administração do Pôrto de Paranaguá, outro se afasta completamente do órgão supervisor, como o Departamento de Água e Esgotos e finalmente o Departamento de Água e Energia Elétrica que, embora autônomo, está preso burocraticamente, nos menores detalhes administrativos, ao Secretário de Viação e Obras Públicas, a tal ponto que uma conta de Cr.\$ 2,00 está sujeita ao visto do titular daquela pasta.

A Secretaria de Viação e Obras Públicas limita-se, no momento, a dirigir, diretamente, apenas o Departamento de Edificações, embora responda pela regularidade dos serviços autônomos.

Departamento de Edificações

As obras a cargo do Departamento de Edificações, órgão diretamente subordinado ao Secretário de Viação e Obras Públicas, onde prestam serviços profissionais competentes, foram contratadas, na sua maioria sem concorrência de qualquer espécie e localizadas em terrenos inadequados, algumas vezes impugnados pelo órgão técnico competente — A localização do edificio era função de interesses políticos.

De acôrdo com os quadros organizados pela S.V.O.P., verifica-se que de 1948 para cá, contratou o Estado, em edificios públicos, Cr\$. 400.000.000,00 dos quais pagou até agora Cr.\$ 190.000.000,00, restando, portanto, ainda, 210.000.000,00 que deverão ser saldados em curto prazo, pois são obras que estarão prontas, em média, dentro de 12 meses.

Para atender ao pagamento dessas obras, nos últimos dias de Governo, foram empenhados Cr.\$ 78.000.000,00 e só liquidaram, aproximadamente, Cr.\$ 20.000.000,00 por falta de disponibilidade financeira, de vez que os créditos especiais eram abertos sem contar com os necessários recursos em caixa.

É de salientar, nesta oportunidade, que das obras inauguradas, muitas requerem, ainda, tempo e dinheiro para sua conclusão, como as do Grupo Escolar do Alto Cabral, doada ao Instituto de Química e o Lar Escola das Meninas, no bairro das Mercês.

Logo que assumimos o Governo do Estado, foi determinada a paralização até segunda ordem, das obras em início de construção e a suspensão também provisória, para melhor estudo, das que ainda não haviam sido iniciadas.

Depois de organizada a relação das obras nessas condições, procuramos estabelecer uma ordem de urgência, afim de que se possa contar com elementos suficientes para estabelecer um plano de trabalho, condicionado à urgência e às disponibilidades financeiras do Estado.

Dentre as obras em início e que foram paralizadas, para melhores estudos, encontram-se duas nesta Capital que, pelo seu vulto, merecem ser destacadas — São elas o TEATRO MUNICIPAL e o MUSEU PARANAEN-

SE, cujo andamento, foi sustado, para que nos respectivos terrenos se lançassem outras obras mais compatíveis com a sua localização.

Difficil foi conhecer exatamente o número e a situação das obras em andamento e as autorizadas.

A medida que se avançava nas pesquisas surgiam obras novas desconhecidas do Departamento de Edificações e algumas vezes do próprio fiscal da Zona. A solução para se chegar ao conhecimento perfeito das obras em construção foi determinar a todos os fiscais que percorressem as zonas e trouxessem um relatório circunstanciado da situação real.

xxx

A situação em que encontramos os veículos do Departamento de Edificações é bastante precária — Quase todos desarranjados e muitos em estado imprestável, segundo informações do Chefe da Oficina que propõe a venda destes últimos, por inservíveis para o serviço.

Aboliu-se a prática abusiva de ficar o veículo sob a guarda do motorista expedindo-se ordem expressa de se recolherem na oficina do Departamento, quando não estiverem em serviço.

Era comum o emplacamento de veículos oficiais com placas particulares — Essa prática também foi abolida.

O consumo de combustível que não vinha sendo controlado pelo Departamento passou a ser feito por intermédio de cadernetas distribuídas aos motoristas e assinadas pelo passageiro, — após a utilização do veículo, onde se encontram anotados elementos que permitem o contróle do consumo de gasolina e óleo.

Foram introduzidas no Departamento algumas modificações no serviço de rotina, para mais rápido e perfeito andamento dos processos, bem como recomendada a observância rigorosa no horário de estrada e permanência integral no serviço, por parte dos funcionários, além de outras alterações de ordem administrativa facilitando a burocracia de Repartição.

Administração do Pôrto de Paranaguá

Em face das constantes reclamações do comércio contra a direção do Pôrto chegadas ao conhecimento do Govêrno e do alarmante deficit verificado no exercício passado, a Administração do Pôrto de Paranaguá constituía um dos pontos sérios e urgentes a normalizar.

E as providências iniciais que tomamos no sentido de imprimir nova orientação aos serviços do Pôrto de Paranaguá já nos primeiros dois meses surtiam resultados satisfatórios com aumento considerável na arrecadação, oferecendo superavit de aproximadamente Cr.\$ 1.000.000,00, um chocante contraste com o rendimento do ano anterior que redundou num deficit de Cr.\$ 4.000.000,00.

Infelizmente não nos chegou às mãos o relatório completo da situação em que foi encontrada aquela autarquia.

Nessas condições, relataremos aqui a situação dos casos de maior relevância para a administração do Pôrto de Paranaguá, cujo andamento, pela sua natureza, vem sendo estudado e analisado diretamente pelo Secretário de Viação e Obras Públicas com a assistência de técnicos especializados.

Destaca-se, em primeiro lugar, o contrato para o prolongamento de 500 metros de cais, cuja concorrência pública para a construção foi apressadamente apreciada e aprovada pelo Govêrno anterior.

De acôrdo com entendimentos havidos ficou deliberado proceder-se uma revisão no contrato aprovado para se estudar a possibilidade de uma alteração no tipo de cais adotado, substituindo-se o de estacas-pranchas, pelo de concreto-armado.

A Comissão encarregada desses trabalhos ainda não concluiu seus estudos, mas já se manifestou favorável a alteração pretendida pelo Govêrno, bem como, está concertando com a firma contratante a possibilidade de redução no fornecimento de equipamento, compensado com aumento de cais a construir.

O contrato para dragagem das barras de Paranaguá e Antonina, foi por nós estudado cuidadosamente e chegamos à conclusão de que ele está sendo oneroso para o Estado, principalmente pela dificuldade de contro-

le na produção de draga, para efeito de estabelecimento do preço unitário dos diversos materiais.

A cláusula que estabelece as condições de preço do m³ de material dragado, dificulta sobremaneira o controle do serviço e permite ao contratante muita liberalidade na apresentação das faturas de serviço.

Estabeleceu o sr. Secretário da S.V.O.P. diversas reuniões prolongadas com o contratante mas não nos convencemos da capacidade de produção da draga para volumes de serviços exageradamente, ao nosso ver, faturados durante diversos meses de trabalho.

De acordo com elementos colhidos no próprio processo que precedeu ao contrato da dragagem, verificamos que a capacidade da draga é de 400 m³ por carga; o tempo de carga para o material mais fácil, que é a areia, é de 45 minutos e o tempo médio do percurso para a descarga e retorno é de 40 minutos.

Nessas condições, para a excavação e descarga de cada 400 m³ de material a draga consome 1 hora e 25 minutos. Se considerarmos uma média diária excepcional de 20 horas contínuas de serviço, teremos, no máximo, 15 cargas por dia, ou sejam 6.000 m³ diários de material dragado.

Supondo, ainda, excepcionalmente, um trabalho ininterrupto de 30 dias por mês, teríamos uma produção máxima nunca superior a 180.000 m³.

Entretanto, de acordo com o quadro demonstrativo de trabalho da draga, encontramos no mês de janeiro deste ano, por exemplo, uma produção de 204.000 m³, muito superior, portanto, ao máximo admissível pela capacidade da draga.

São esses os dois casos principais que merecem menção neste relatório, relativamente ao Pôrto de Paranaguá.

É-nos grato, ainda, afirmar a considerável melhoria observada nos serviços daquela autarquia, de acordo com a opinião geral do comércio não só daquela cidade, como do próprio Estado. O aumento de arrecadação e o superavit nos dois primeiros meses são índices incontestáveis de melhor administração.

Relativamente à construção do porto de Antonina, cujo contrato foi assinado pelo Governo anterior, em 20 de junho de 1950, pelo valor global de Cr\$ 34.200.000,00, esclarecemos que as obras do porto propriamente dito ainda não tiveram início e, atualmente, se encontram paralizados os trabalhos por motivo de graves irregularidades cometidas pela firma contratante, ao apresentar a primeira fatura de serviços executados, incluindo na nota apresentada a fundição de cinco (5) caixões existentes há muitos anos na baía de Antonina, e, segundo consta, de propriedade do Estado.

Essa fatura, no valor de Cr\$ 9.419.883,20 não foi liquidada pelo Governo e na falta de esclarecimentos por parte da Companhia contratante, a Comissão Fiscal da construção do porto determinou a paralização das obras, até ulterior deliberação, situação que perdura até hoje.

Tivemos oportunidade de estudar o contrato e chegamos à conclusão de que o mesmo exige um reexame meticoloso, pois julgamos que o projeto além de não atender às mínimas necessidades do porto, porque cogita

da construção de apenas 200 metros de cais, cumprimento irrisório, estabelece um preço que reputamos elevado e de custo unitário 3 vezes e meia superior ao do futuro prolongamento do Porto de Paranaguá. Muito embora os tipos de construção sejam diferentes, não consideramos razoável o dispêndio de quantia tão elevada para o aproveitamento de 200 metros de cais, quando, em Paranaguá, por preço inferior, o Estado contruirá 500 metros.

Julgamos, entretanto, imprescindível para a economia do Paraná, a construção do Porto de Antonina, o que constituirá objeto de atenção por parte de nosso Governo.

Departamento de Água e Esgotos

No Departamento de Água e Esgotos chamou-nos a atenção sua completa independência administrativa e financeira.

É um serviço excluído do contrôlo da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Até quadro próprio de pessoal ele possui, de modo que a Secretaria de Viação e Obras Públicas, embora tenha sob sua tutela êsse Departamento, ignora tudo sôbre sua vida administrativo-financeira.

Não poderíamos ficar alheios, entretanto, ao contrato de saneamento de diversas cidades do Estado, não só pela importância do caso, como também, pelo volume de recursos a dispendir, parte, aliás, já depositada, em apólices, no Banco Continental de São Paulo, apresentado pela firma contratante como órgão financiador.

Inteiramo-nos perfeitamente do assunto e, pelos elementos fornecidos pelo D.A.E., chegamos à conclusão de que, efetivamente, a firma contratante não se acha ainda perfeitamente aparelhada e organizada para cumprir integralmente o contrato assindo.

O contrato de construção das obras de saneamento está sendo estudado pela Procuradoria Geral do Estado, em face das irregularidades constatadas pelo D. A. E., afim de deliberar sôbre a rescisão solicitada pelo Diretor do Departamento.

Contudo, reputamos indispensável a continuação dos serviços de estabelecimento de água e esgotos nas cidades paranaenses, prosseguindo imediatamente nos das cidades já iniciadas, para evitar possíveis prejuízos ao Estado, com a paralização completa das obras e consequente desperdício do material aplicado.

Julgamos necessário maior auxílio financeiro do Estado ao Departamento, afim de que o mesmo possa acelerar os serviços de prolongamento de sua rede de água e esgotos na Capital, onde o fornecimento dêesses benefícios vem sendo deficiente, por falta de recursos pecuniários para a aquisição de material.

Departamento de Estradas de Rodagem

A situação do Departamento de Estradas de Rodagem, conforme Vossas Excelências poderão verificar pelos mapas anexos, não se apresenta, no momento, muito satisfatória. Ele carrega um pesado onus do Governo anterior. Houve, a nosso ver, grande dispersão de recursos, quando o razoável seria concentrar as disponibilidades do erário estadual em certas e determinadas estradas, de acôrdo com uma ordem de urgência preestabelecida, em função das exigências econômico-financeiras das regiões paranaenses.

Fez-se, entretanto, muito alarde em torno do plano rodoviário estadual, sem procurar solução objetiva para os casos vitais.

Deste modo, o que se vê, no fim do Gvêrno passado, é um volume de obras contratadas no valôr de Cr\$ 1.100.000.000,00 e o pagamento, apenas, de Cr\$ 240.000.000,00, sem solucionar os problemas mais angustiosos de estradas, como, por exemplo, o caso da rodovia Apucarana—Melo Peixoto e Apucarana—Ponta Grossa, de transcendental importância para a economia estadual e ainda não solucionado. Outro caso doloroso para a economia do Estado é o da estrada União da Vitória — Curitiba, iniciada há mais de 10 anos e ainda não permitindo o tráfego.

Pelos balancetes verifica-se quão difícil e árduo será o prosseguimento dos trabalhos do D.E.R. para conseguir restabelecer o equilíbrio financeiro, sem prejudicar a intensificação dos serviços urgentes que deverão ser atacados, principalmente nas rodovias Apucarana—Melo Peixoto, Apucarana—Ponta Grossa e União da Vitória—Curitiba, eixos principais para o desenvolvimento econômico do Estado.

Segundo os últimos balancetes, o D.E.R. tem contas a saldar, atualmente, no valôr de Cr\$ 60.000.000,00 sem contar com um débito no Banco do Estado, proveniente de um crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00 aberto sem disponibilidade e adiantados por aquele estabelecimento bancário.

Concertamos, no entretanto, certas medidas no sentido de atender convenientemente aquela autarquia com recursos suficientes para que ela possa prosseguir nos trabalhos de construção de estradas e intensificar a produção de serviços nos casos urgentes.

Tendo em vista a urgência na conclusão e revestimento das rodovias

troncos acima citadas, entrou o D.E.R. em entendimentos com os contratantes de estradas, consideradas de menor urgência, para transferência de seus contratos em serviços naquelas rodovias.

Está assentado o revestimento imediato da rodovia Apucarana—Melo Peixoto, numa extensão de 237 Kms., no valor de Cr\$ 40.000.000,00 para conclusão ainda este ano e intensificação máxima nos serviços da estrada Apucarana—Ponta Grossa, com 144 Kms. revestidos até Ortigueira, para que possa atender a safra cafeeira do próximo ano; retificação e melhoria da estrada Cambuí—Cornélio Procópio de capital importância para a produção cafeeira; construção imediata do trecho da auto-estrada Paranaguá, ligando os municípios de Antonina e Morretes e construção da rodovia Antonina—Guaraqueçaba, serviços êsses que serão executados com a conversão de recursos de estradas de menor urgência.

Tem sido inúmeros os pedidos dos municípios no sentido de o D.E.R. chamar para si a conservação de estradas municipais em precárias condições, bem como a abertura de caminhos carroçáveis que facilitem a comunicação entre municípios e diminuam as distâncias entre os mesmos.

Dentro das possibilidades financeiras do D. E. R., estamos estudando todos os pedidos e procurando atendê-los, em face de sua real necessidade.

Resolvemos melhorar o traçado e condições técnicas da estrada Campo Mourão—Maringá, de grande importância para a região Norte do Paraná.

Foram iniciados os estudos da rodovia de primeira classe entre Antonina—Guaraqueçaba, em cuja região se pretende incrementar a cultura de cereais e, principalmente, do café.

A construção dessa importante rodovia facilitará extraordinariamente a recuperação das zonas paupérrimas do litoral paranaense e poderá oferecer novas fontes de recursos econômicos financeiros para o completo desenvolvimento do Estado.

O dinamismo das fontes produtoras do Estado se desenvolveram de tal forma imprevista e vertiginosa que o mecanismo administrativo do Estado não conseguiu se ajustar, nem se aparelhar convenientemente para acompanhar seu crescimento, daí a necessidade na adoção de medidas imediatas, racionais e mesmo arrojadas, no sentido de solucionar o angustiante problema de vias de comunicação no Estado, para evitar que as próximas safras de cereais e cafeeira sejam pesadamente sacrificadas.

A concentração de maior volume de recurso possível no D.E.R. seria medida acertada e de repercussão transcendental nos meios produtores do Estado.

O Departamento de Estradas de Rodagem tem atendido, sem oferecer embarraços, os pedidos de construção de diversas pontes sobre rios atualmente servidos por balsas, muitas delas em estado precário.

Assim, foi determinada a construção de pontes, nos pontos convenientes, sobre os rios Coitinho, Jordão, em Guarapuava e Ivaí, no município de Campo Mourão, obras essas que estavam projetadas e deveriam ser executadas pelo Departamento Administrativo do Oeste e Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

* * *

Como preocupação dominante na vida do país, face a nova política rodoviária encetada pelo Governo da União, também nos sentimos no dever de enfrentar a solução do problema dos transportes, como na realidade ele se apresenta, afim de solvermos também os que dele decorrem.

Com êsse propósito, preocupa-se o atual Governo em conhecer de perto o problema rodoviário do Estado, procurando sob todas as formas amparar o órgão especializado que é o Departamento de Estradas de Rodagem, saber da sua situação financeira, da sua capacidade técnica e de produção, tomando medidas decisivas que contribuam para sua liberação econômica.

De princípio, vimos aliviarem-se os débitos oriundos dos serviços executados pelo Governo anterior, com o aumento da contribuição do Estado que da quota mensal de Cr\$ 3.333.333,30 (Três milhões, trescentos e trinta e três mil, trescentos e trinta e três cruzeiros, e trinta centavos), passou a ser de Cr\$ 5.833.333,30 (Cinco milhões, oitocentos e trinta e três mil, trescentos e trinta e três cruzeiros, e trinta centavos), pela dispensa do duodécimo concedida até a satisfação de formalidade constitucional para a abertura de um crédito especial que reforce a referida dotação a altura das necessidades reais.

Por outro lado, liberou o Governo o compromisso que absorvia a quota do Fundo Rodoviário Nacional como garantia de amortização do empréstimo de Cr\$ 60.000.000,00 (Sessenta milhões de cruzeiros), contraído pelo Governo anterior no Banco do Brasil, revertendo a disposição do referido Departamento os títulos de Obras Públicas que totalizam a soma de Cr\$ 120.000.000,00 (Cento e vinte milhões de cruzeiros), depositados em garantia do referido empréstimo, como suprimento ainda da contribuição Estadual ao D.E.R. para o desenvolvimento dos trabalhos no corrente exercício.

Empenhou-se o Governo em tal cometimento, não tendo determinado a paralização de qualquer obra já iniciada, considerando o alcance econômico da efetivação de ligações que permitam proporcionar ao Estado o desenvolvimento agrícola-industrial de que é capaz.

A solução financeira encarada dessa forma pelo Governo ao amparo

do desenvolvimento rodoviário do Estado, foi além. Abriu-se no Banco do Estado do Paraná uma conta corrente em nome do Departamento para saques mensais de Cr\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros), até o limite máximo de Cr\$ 50.000.000,00 (Cincoenta milhões de cruzeiros) que já passou a ser utilizado desde o mês de Março deste ano, passando tal crédito a constituir uma conta devedora do D.E.R. ao Banco do Estado, para quitação dos compromissos assumidos pelo Governo anterior.

Crêmos que com a situação exposta fica bem caracterizado o pendor do Governo do Estado em prestar o seu integral e irrestrito apoio ao Departamento de Estradas de Rodagem para cumprimento de seu vital e grandioso programa.

Tendo sido notadas falhas no planejamento das estradas, já procede o D.E.R. à revisão do Plano Rodoviário aprovado pelo Decreto n.º 12.590 de 8/11/1950, para, sob orientação técnica precisa, dotar o Estado de uma rede de rodovias que proporcione o máximo de aproveitamento dos recursos financeiros aplicados.

Pretende-se com o estabelecimento desse novo plano, o seu cumprimento em quatro anos, para o que já se acha em estudos, paralelamente, um grande plano de financiamento, naturalmente obedecendo a um regime de prioridade a ser ditado pelos estudos técnicos que estão sendo levados a efeito para tal fim.

Para atingirmos tal nível de normalidade no setor dos transportes rodoviários do Estado, teve o Governo também a preocupação de voltar as suas vistas para o problema administrativo, isto é, para as deficiências da estruturação do órgão autárquico especializado, já estando sendo estudado a sua reestruturação, assim como redigida a sua regulamentação própria a altura dos seus encargos.

Além do acima referido, acha-se já concluído o ante-projeto da construção de sua sede própria, para maior facilidade do exercício da sua administração, cuja construção deverá ser levada a efeito em local apropriado.

A par dessas adeantadas providências, desenvolve o D.E.R. ação eficiente na efetivação dos serviços de conservação das estradas, tendo já sido adquiridas seis motoniveladoras e encomendados vinte caminhões para reforço da sua frota mecânica indispensável ao mistér de garantir o tráfego permanente.

Concomitantemente ao problema da conservação, estuda o Governo a possibilidade de ser fundamentado vasto programa de pavimentação asfáltica da nossa rede rodoviária com a visão clara do barateamento do frète e intensificação do desenvolvimento do transporte rodoviário.

Ilustrando êste comentário sôbre o rodoviarismo paranaense passamos a enumerar as obras que estão sendo objeto de imediato interesse por parte do Governo, tendo sido determinado:

- a) Locação do trecho "Ponta Grossa—Ortigueira" da estrada Curitiba—Porto São José;
- b) Estudos da estrada "Antonina até encontrar a nova rodovia Curitiba—Paranaguá", passando por Morretes;

- c) Estudos da estrada "Antonina—Guaraqueçaba";
- d) Estudos sobre a possibilidade de efetivação também imediata da ligação "Guaratuba—Estrada de Joinville", totalmente dentro do território paranaense.

Além dessas providências, é ainda preocupação Governamental a conclusão breve das estradas:

- a) Curitiba—União da Vitória;
- b) Tibagi—Apucarana;
- c) Apucarana—Melo Peixoto; e
- d) Castro—Ponta Grossa, assim como sejam levados avante os serviços de revestimento e as obras de arte que localizam-se em seus decursos, no objetivo de possibilitarem dentro em pouco o tráfego permanente de veículos de qualquer porte.

Demonstrativo das obras de pavimentação e revestimento sob jurisdição do D.E.R.

| ESTRADA — TRECHO | Extensão (Km) | Concluído (Km) | Órgão | Valor | | Saldo | Dot. Normal | Obras Delegadas | Créd. Espec. | NATUREZA DA DESPESA |
|---|---------------|----------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|-----------------|--------------|---------------------|
| | | | | Pagamentos | Pagos | | | | | |
| Estr. Curitiba-Lapa | | | | | | | | | | |
| Trecho: Araucária-Serrinha | 20,099 | 8,000 | 1.800.000,00 | 1.800.000,00 | 1.800.999,00 | 1.800.000,00 | | | | |
| Estr. Curitiba-Lapa | | | | | | | | | | |
| Trecho: Estaca 519-770 | 5,000 | 3,000 | 450.000,00 | 450.000,00 | 450.000,00 | 450.000,00 | | | | |
| Estr. Curitiba-Lapa | | | | | | | | | | |
| Trecho: Est. 519 a PP-0=168+13,00 PP=) 0 2897 e 2987 a 3000 | 15,713 | 6,000 | 1.044.914,00 | 26.873,00 | 1.018.039,00 | 1.018.039,00 | | | | |
| Estr. Curitiba-Aeroporto Afonso Pena | 13,700 | 10,120 | 14.298.690,00 | 4.500.000,00 | 9.798.690,00 | 9.798.690,00 | | | | |
| Estrada Jacarézinho-M. Pelkoto | 16,840 | 6,500 | 2.250.000,00 | 348.000,00 | 1.902.000,00 | 1.902.000,00 | | | | |
| Estrada Ivaí-Palmeira | 30,000 | 3,000 | 5.512.500,00 | | 5.512.500,00 | | | | | |
| Estr. Curitiba-Pôrto S. José | 12,500 | 10,000 | 750.000,00 | 110.985,00 | 639.015,00 | 639.015,00 | | | | |
| Trecho: Tibagi-Conceição (estaca 0 a 625) | 12,500 | 12,000 | 750.000,00 | 502.873,00 | 247.125,00 | 639.015,00 | | | | |
| Estr. Curitiba-Pôrto S. José | | | | | | | | | | |
| Trecho: Tibagi-Conceição (Estaca 625 a 1250) | 21,000 | 12,000 | 1.675.000,00 | 485.818,70 | 1.189.181,30 | 247.125,00 | | | | |
| Estrada Ponta Grossa-Castro | | | | | | | | | | |
| Estaca 0 a 1050 | 9,000 | 2,000 | 1.000.000,00 | | 1.000.000,00 | 1.189.181,30 | | | | |
| Estrada Ponta Grossa-Castro | | | | | | | | | | |
| Trecho: Estaca 1050 a 1300 | 9,000 | 3,000 | 1.000.000,00 | | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | | | | |
| Estrada Ponta Grossa-Castro | | | | | | | | | | |
| Trecho: Estaca 1300 a 1950 | 9,947,55 | Em constr. | 4.300.000,00 | | 4.300.000,00 | 4.300.000,00 | | | | |
| Estrada Curitiba-Joinville | | | | | | | | | | |
| Trecho: Passagem Estr. de Ferro Estaca 249+17,75 | | | 34.831.104,00 | 5.974.533,70 | 28.856.550,30 | 17.155.860,30 | 1.902.000,00 | 9.798.690,00 | | |

R E S U M O

| OBRAS | Disponibilidade | | Valores a | | Excesso |
|-----------------------|-----------------|---------------|---------------|--|---------|
| | em 15-2-51 | pagar | pagar | | |
| Com recursos normais | 1.163.400,00 | 17.155.860,30 | 15.992.460,30 | | |
| Delegadas D. N. E. R. | 1.152.000,00 | 1.902.000,00 | 750.000,00 | | |
| Com crédito especial | 7.700.000,00 | 9.798.690,00 | 2.098.690,00 | | |
| Total | 10.015.400,00 | 28.856.550,30 | 18.841.150,30 | | |

Lei 425, de 9-11-50 Dec. n. 12.583, de 9-11-50.

Demonstrativo das Obras de Arte especiais em construção — Exercício de 1.951

| N. DE ORDEM | ESTRADA | R I O | NATUREZA | COMPRIMENTO | ORÇAMENTO | VALOR DO | PAGAS | IMPORTANCIAS A PAGAR | |
|----------------|----------------|----------------|----------------------------|--------------|--------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | | | | | | | | Faturadas | Não Faturadas |
| 1 | Curitiba | Un. da Vitória | Iguaçu (Inclusive acessos) | 236,20 | 4.116.000,00 | 1.691.350,00 | — | 270.346,10 | |
| 2 | " | " | Macaco | 12,64 | 420.127,70 | 420.127,70 | — | 520.859,60 | |
| 3 | " | " | Rondinha | 12,64 | 417.062,90 | 268.832,40 | — | 324.617,90 | |
| 4 | " | " | Boeiro estaca — 680 | — | 467.499,10 | — | — | 257.672,30 | |
| 5 | " | " | Boeiro estaca — 800 | 8,20 x 34,00 | 861.067,20 | — | — | 237.353,50 | |
| 6 | " | " | Barigüí | 23,00 | 503.000,00 | — | — | 42.000,00 | |
| 7 | " | " | Barigüí | 14,00 | 42.000,00 | — | — | 503.000,00 | |
| 8 | " | " | Passa Dois | 14,90 | 270.346,10 | — | — | — | |
| 9 | " | " | Faxinal | 14,90 | 520.859,80 | — | — | 376.300,00 | |
| 10 | " | " | Água Amarela | 14,90 | 324.617,90 | — | — | — | |
| 11 | " | " | Santana | 12,00 | 257.672,30 | — | — | 148.230,50 | |
| 12 | " | " | Est. 23 (Reforço de vazão) | 12,00 | 237.353,50 | — | — | 267.499,10 | |
| 13 | " | " | Est. 3 (Reforço de vazão) | 12,00 | 218.990,80 | — | — | 652.700,00 | |
| 14 | " | " | Barra Feia | 12,00 | 239.085,70 | — | — | — | |
| 15 | " | " | Lageado | 15,00 | 259.553,90 | — | — | — | |
| 16 | " | " | Sant'Ana | 15,00 | 253.601,50 | — | — | — | |
| 17 | " | " | Jararaca | 12,00 | 272.392,20 | — | — | — | |
| 18 | " | " | Carazinho | 12,00 | 235.826,60 | — | — | — | |
| 19 | " | " | Vargem Grande | 12,00 | 264.402,60 | — | — | — | |
| 20 | " | Pôrto São José | Conceição | 84,11 | 1.889.000,00 | 1.036.000,00 | — | — | |
| 21 | " | " | Imbaú | 64,00 | 1.483.600,00 | 150.000,00 | — | — | |
| 22 | " | " | Santa Rosa | 25,20 | 650.000,00 | 26.824,00 | — | — | |
| 23 | " | " | São Domingos | 14,30 | 380.000,00 | — | — | 100.000,00 | |
| 24 | " | " | Imbaú (muro) | — | 160.000,00 | — | — | — | |
| 25 | " | " | Imbaúzinho (muro) | — | 100.000,00 | — | — | — | |
| 26 | Ponta Grossa | Castro | Lageado II | 9,05 x 83,00 | 680.000,00 | — | — | — | |
| 27 | " | Castro | Pitangui | 38,20 | 395.000,00 | — | — | — | |
| 28 | Curitiba | Johville | Campina Chata | 76,60 | 1.129.000,00 | 1.108.539,40 | — | — | |
| 29 | " | " | Iguaçu | 32,70 | 480.000,00 | 480.000,00 | — | — | |
| 30 | " | " | Seção Ovalada | — | 169.400,00 | — | — | — | |
| 31 | " | " | Estaca 125 | — | 93.000,00 | — | — | — | |
| 32 | " | " | Estaca 145 | 3,20m2 vazão | 93.000,00 | — | — | — | |
| 33 | Apucarana | Mello Peixoto | Macuco II | 20,00 | 562.984,30 | — | — | — | |
| 34 | " | " | Jatuzinho e Couro de Boi | 28,21 | 86.000,00 | 78.716,50 | — | — | |
| 35 | " | " | Chuzas | 100,00 | 300.000,00 | 242.447,60 | — | — | |
| 36 | " | " | Chuzas | 104,40 | 1.782.475,00 | — | — | — | |
| 37 | " | " | Laranjeira | 95,00 | 1.971.720,00 | — | — | — | |
| 38 | Carlopolis | Fartura | Hararé | 71,00 | 1.283.000,00 | — | — | — | |
| 39 | Em Jaguariaíva | " | Capivari | 25,20 | 634.860,30 | — | — | — | |
| 40 | Em Tibagi | " | Tibagi | 112,60 | 2.105.270,00 | — | — | — | |
| 41 | Em Tibagi | " | Tibagi-excesso | — | 201.825,00 | — | — | — | |
| 42 | Curitiba | Parraguá | Sagrado | 20,00 | 300.000,00 | — | — | — | |
| 43 | Curitiba | Piraí | Fazenda Velha | 12,60 | 187.000,00 | — | — | — | |
| 44 | Em Castro | " | Lapó | 134,55 | 1.880.000,00 | 1.880.000,00 | — | — | |
| 45 | Em Castro | " | Lapó (excesso) | — | 265.969,00 | 216.969,00 | — | — | |
| | | | | | | 29.444.803,00 | 10.905.825,70 | 1.862.228,50 | 16.014.489,20 |

Demonstrativo de construção de estradas sob jurisdição do D.E.R.

| ITEM | ESTRADA - TRECHO | Total Km. | Concluido Km. | Em Execução | Orgão | Pagamentos efetuados | Saldo | OBSERVAÇÕES |
|--------------------|--|-----------|---------------|-------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| 1 | CURITIBA - PORTO SÃO JOSÉ | | | | | | | |
| | Trecho: Tibagi - Apucarana | 189,340 | 87,740 | 101,600 | 151.472.000,00 | 68.288.408,50 | 89.183.591,50 | Dotação Normal |
| | Ponta Grossa - Tibagi | 74,000 | | 2,000 | 5.920.000,00 | 34.148.609,60 | 33.941.390,40 | Dotação Normal |
| 2 | APUCARANA - MELO PEIXOTO | | | | | | | |
| | Trecho: Ibiçorá - Melo Peixoto | 136,180 | 68,900 | 67,280 | 68.080.000,00 | 86.311.718,20 | 99.527.481,80 | Dotação Normal |
| 3 | CURITIBA - UNIÃO DA VITÓRIA | | | | | | | |
| | PALMEIRA - REIÓGIO | 232,299 | 198,261 | 34,038 | 185.839.200,00 | 27.738.256,30 | 7.154.922,90 | Dotação Normal |
| 4 | Trecho: Palmeira - Irati | 80,400 | 77,700 | 2,700 | 34.893.179,20 | 24.264.215,20 | 37.620.000,00 | Dotação Normal |
| | Irati - Relgêio | 62,700 | | 5,000 | 37.620.000,00 | | 37.480.521,70 | Dotação Normal |
| 5 | PONTA GROSSA - ITARARÉ | | | | | | | |
| | (Trecho: Ponta Grossa - Castro) | 38,520 | 38,000 | 0,520 | 28.518.736,90 | | | |
| | Trecho: Castro - Piraí do Sul | 26,000 | | 12,000 | 13.358.000,00 | | | |
| | Jaguariata - Fábio Rego | 33,000 | | 33,000 | 8.000.000,00 | | | |
| | Joaquim Murinho - Jaguariata | 28,740 | | 28,740 | 11.870.000,00 | | | |
| 6 | CURITIVA - CORNELIO PROCOPIO | | | | | | | |
| | Trecho: Curitiba - Cambuí | 25,320 | | 25,320 | 11.394.000,00 | 3.338.368,20 | 8.055.631,80 | Dotação Normal |
| 7 | ALEXANDRA - MATINHOS | | | | | | | |
| | Trecho: Matinhos - Sítio do Meio | 10,800 | | 10,800 | 4.320.000,00 | | 4.320.000,00 | Dotação Normal |
| 8 | JACARÉZINHO - PORTO ERMIGDÃO | | | | | | | |
| | Trecho: Rio Anhumas - Rib. Claro | 7,040 | | 7,040 | 2.816.000,00 | | 2.816.000,00 | Dotação Normal |
| 9 | PIRAÍ DO SUL - MELO PEIXOTO | | | | | | | |
| | Trecho: Variante em Murinho | 4,200 | | 4,200 | 1.680.000,00 | | 1.680.000,00 | Dotação Normal |
| | Quatiguá - Joaquim Távora | 10,000 | | 10,000 | 4.000.000,00 | | 4.000.000,00 | Dotação Normal |
| 10 | CAIOBA - PORTO DA PASSAGEM | | | | | | | |
| | JAGUARIATA - ANTONINA | 1,660 | | 3,000 | 10.821.293,20 | 21.732,70 | 372.935,50 | Dotação Normal |
| 11 | Trecho: Jaguariata - Cerro Azul | 120,000 | | 3,200 | 72.000.000,00 | | 185.021.293,20 | Dotação Normal |
| | Cerro Azul - Tunas | 32,000 | Existente | | 25.600.000,00 | | | |
| | Tunas - Cacatú | 76,800 | | | 76.800.000,00 | | | |
| 12 | Cacatú - Antonina | 14,872 | | 3,000 | 10.821.293,20 | | | |
| 13 | CURITIBA - PARANAGUA | | | | | | | |
| | CURITIBA - PONTA GROSSA | 100,000 | | 24,000 | 120.382.049,20 | 2.909.792,90 | 117.472.256,30 | Dotação Normal |
| 14 | VENTANIA - ITARARÉ | | | | | | | |
| | Trecho: Fábio Rego - Mararé | 21,280 | | 21,280 | 8.512.000,00 | | | Obra Delegada D.N.E.R. |
| TOTAL | | | | | 1.094.099.126,70 | 248.971.101,60 | 778.616.025,10 | |

Demonstrativo dos estudos em andamento sob jurisdição do D.E.R.

1.º - ESTUDOS POR EMPRETTADA

| N. DE ORDEM | ESTRADA | QUILOMETRAGEM | VALOR | | SALDO | OBSERVAÇÕES |
|----------------|---|---------------|---------------------|----------------------------|--------------|-------------------------------------|
| | | | DO ORGANIZAMENTO | VALOR DOS PAGAMENTOS | | |
| 1 | JAGUARIATVA - ANTONINA | 106 - Km. | 1.504.760,00 | 727.146,80 | 777.613,20 | Dotação Normal |
| 2 | ITBAGI - PONTÃO | 30 - " | 194.250,00 | 186.756,20 | 8.493,80 | Dotação Normal |
| 3 | CAMBUI - C. PROCOPIO | 68 - " | 844.925,00 | 141.753,20 | 203.171,80 | Dotação Normal |
| 4 | CURITIBA - PONTA GROSSA | 107 - " | 585.825,00 | 323.067,70 | 262.757,30 | Dotação Normal |
| 5 | GUARATUBA - Km. 76 da estrada Curitiba - Joinville | 36 - " | 197.100,00 | 45.938,30 | 151.161,70 | Dotação Normal |
| 6 | QUATIGUA - JACAREZINHO | 69 - " | 377.775,00 | 17.388,00 | 360.387,00 | Dotação Normal |
| 7 | CASTRO - ITARABÉ (PIRAÍ) | 26 - " | 142.350,00 | 139.706,80 | 2.643,20 | Dotação Normal |
| 8 | JAGUARIATVA - ITARABÉ | 8 - " | 32.850,00 | 22.661,10 | 10.188,90 | Dotação Normal |
| 9 | CURITIBA - PARANAGUA | 30 - " | 164.250,00 | 112.565,30 | 51.684,70 | Dotação Normal (Variante |
| 10 | JACAREZINHO - MELO PEIXOTO .. | 19.700 - " | 107.857,50 | 55.624,60 | 72.232,90 | Dotação Normal (Variação do traçado |
| | | | 3.651.942,50 | 1.751.608,00 | 1.900.334,50 | |

2.º - ESTUDOS POR ADMINISTRAÇÃO

| N. DE ORDEM | ESTRADA | QUILOMETRAGEM | VALOR | | SALDO | OBSERVAÇÕES |
|----------------|-------------------------------|---------------|---------------------|----------------------------|------------|----------------|
| | | | DO ORGANIZAMENTO | VALOR DOS PAGAMENTOS | | |
| 1 | CAMBUI - WENSESLAU BRAZ | 98 - " | 509.175,00 | 57.635,50 | 451.539,50 | Dotação Normal |
| 2 | IRAÍ - RELOGIO | - | 10.000,00 | 6.660,90 | 3.339,10 | Dotação Normal |
| 3 | CACHOEIRA - SERRA NEGRA | 40.200 - " | 220.095,00 | 24.364,10 | 195.730,90 | Dotação Normal |
| 4 | MAL. MALLETT - DORZON | 12 - " | 65.700,00 | 9.242,00 | 56.458,00 | Dotação Normal |
| | | | 804.970,00 | 97.902,50 | 707.067,50 | |

R E S U M O

Valor dos orgamentos C\$ 4.456.912,50

Valor dos pagamentos C\$ 1.849.510,50

SALDO C\$ 2.607.402,00

Departamento de Águas e Energia Elétrica

O Departamento de Águas e Energia Elétrica criado inicialmente para estudar e projetar o plano de abastecimento de energia elétrica do Estado, foi posteriormente desviado de suas principais finalidades, para atender também o fornecimento de força e luz nos diversos municípios, em face da deficiência dos serviços locais e pela ausência de iniciativa particular no sentido de atender convenientemente as necessidades das zonas produtoras. Nessas condições, em pouco tempo, encontravam-se sob a jurisdição do D.A.E.E. 26 usinas municipais, encampadas muitas delas em função da imediata necessidade de atender o clamor das populações, no intuito de fazer face ao progresso vertiginoso das zonas de produção intensiva.

É oportuno salientar aqui, as exigências sempre crescentes e sem bases de previsão do consumo de energia na região norte do Estado. Como exemplo dessa afirmativa, poderíamos mencionar o caso de Apucarana, onde iniciou o D.A.E.E., há dois anos, com 150 KWA e hoje tem 3.000 KWA instalados, com 11 conjuntos diesel-elétricos e, no entanto, o fornecimento de energia que também atinge a cidade de Mandaguari, torna-se deficiente dia a dia pelo volume de novas ligações.

Para amenizar a situação aflitiva de Apucarana determinamos a separação de Mandaguari, com a instalação de três conjuntos nesta cidade.

Ainda para atender os casos mais difíceis de fornecimento de energia em diversos municípios, principalmente no norte do Estado, fizemos abrir concorrência para a compra de 4 conjuntos diesel-elétricos de 300 KWA e 6 de 75 KWA, que deverão ser instalados nos pontos mais fracos e também servirão de reserva para substituírem os que se desarranjarem em consequência de trabalho forçado.

A solução, entretanto, para o abastecimento de energia elétrica só será alcançada com a execução, dentro de menor prazo possível, do plano hidro-elétrico geral. Para isso, porém, há necessidade de recursos externos, pois o volume de obras planejadas determina o investimento de recursos muito além das possibilidades do erário estadual.

A usina do Cotia está com seus serviços bem adiantados. Presentemente estão sendo atacados os serviços de construção do edifício onde serão ins-

talados quatro grupos geradores de 7.500 KWA cada um, num total de 30.000 KWA. O primeiro grupo de 7.500 KWA foi encomendado nos Estados Unidos, encontrando-se em Paranaguá o material elétrico respectivo.

Intercedemos por intermédio do sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, junto à firma construtora no sentido de ser providenciada com urgência a aquisição da tubulação forçada e das torres de transmissão à subestação localizada em Morretes, para que, com a efetivação do empréstimo do Banco do Brasil, que esperamos seja realizado, possam os serviços prosseguir num ritmo mais intenso de produção, de maneira a se conseguir a inauguração dos dois primeiros grupos dentro de 12 meses.

Os serviços da Usina de São João, no Campo Mourão, que deveriam ser concluídos no próximo ano, por motivo de chuvas prolongadas e atraso nos compromissos contratuais por parte do Estado, se não houver recursos extraordinários, só serão ultimados no ano de 1953.

Prosseguem ali os serviços de escavação dos dois túneis, um de 300 e outro de 180 metros, por 2,80 de diâmetro.

Há necessidade de uma reforma completa na parte administrativa do Departamento de Águas e Energia Elétrica, colocando-o nos moldes de uma autarquia moderna e perfeita, controlada a sua vida financeira por uma contabilidade segura e eficiente, a par de melhor funcionamento dos serviços puramente burocráticos.

Com nova direção temos esperança de harmonizar todos os setores da administração do D.A.E.E. imprimindo uma orientação capaz de elevá-lo, com êxito, aos seus reais objetivos, com a inauguração das principais usinas em construção, de modo a dar ao Paraná a mola principal e propulsora de seu impressionante progresso.

* * *

Pelo exposto se verifica que efetivamente, não havia no Estado um plano racional de obras.

O que apresentou o Governo anterior como sendo planificação de obras, era apenas um "esboço" das necessidades do Paraná que todos nós conhecemos. Um programa que envolvia muito de aspiração, mas quasi nada de exame, de análise, de dados estatísticos, de padronização, de pesagem e de rumos consistentes para assegurar o êxito dos empreendimentos.

Não havia positivamente, uma planificação de obras, onde se observasse o cuidado no critério de sua elaboração, apresentando dados seguros e exatos sobre as reais possibilidades econômicas e financeiras para a sua execução, dentro de preceitos técnicos, mostrando o tempo de sua consumação, o custo aproximado das obras e as despesas anuais a dispender com cada uma delas, distribuindo-se racionalmente, por exercício, em função do próprio plano.

O princípio da "realização do mais necessário entre tudo que é necessário", aplica-se a todos os serviços públicos e, portanto, a todas as obras públicas, mas o objetivo só será alcançado com bases num plano racional e consistente.

OBRAS EM EXECUÇÃO

| | VALOR DA OBRA | PARTE PAGA | SALDO A PAGAR |
|---|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | Cr\$ | Cr\$ | Cr\$ |
| CENTRAL DO COTIA | 175.000.000,00 | 27.084.828,00 | 147.915.672,00 |
| USINA SÃO JOÃO | 58.000.000,00 | 11.710.379,70 | 44.289.620,30 |
| USINA DO LARANJINHA - 1.ª parte .. | 12.600.000,00 | 156.093,40 | 12.444.906,60 |
| USINA DO LARANJINHA - 2.ª parte .. | 42.000.000,00 | | 42.000.000,00 |
| " DO CAIACANGA - 1.ª e 2.ª parte .. | 24.000.000,00 | 1.821.432,00 | 22.178.568,00 |
| " DE CINZAS | 8.000.000,00 | 212.787,80 | 7.787.212,70 |
| " DE POTINGA | 1.000.000,00 | 78.018,00 | 926.982,00 |
| " DE GUAREQUEÇARA | 800.000,00 | 210.823,80 | 589.176,70 |
| " DE CAVERNOSO | 4.000.000,00 | 98.500,00 | 3.961.500,00 |
| T O T A L | 323.400.000,00 | 41.307.361,70 | 282.103.638,30 |
| | | | |
| FABRICA DE POSTES | 600.000,00 | 252.120,00 | 347.880,00 |
| OFICINA, GARAGEM E DEPOSITO | 1.300.000,00 | 797.838,40 | 502.161,60 |
| 2000 KW EM MOTOR DIESEL | 8.000.000,00 | — | 8.000.000,00 |
| T O T A L | 9.900.000,00 | 1.049.958,40 | 8.850.041,60 |
| LINHAS E REDES | | | |
| MANDAGUARI - MARINGÁ | 930.000,00 | 221.133,80 | 708.866,70 |
| IMBITUVA - S. MIGUEL | 1.440.000,00 | 33.148,00 | 1.406.852,00 |
| SERRA DA PRATA - PRAIAS | 1.118.000,00 | 420.000,00 | 698.000,00 |
| MALLET - DORIZON - PAULO FRONTIN | 640.000,00 | 203.985,80 | 436.014,20 |
| T O T A L | 4.128.000,00 | 878.267,10 | 3.249.732,90 |

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

RECURSOS em 1-2-51

| | | | |
|--------------------------------|-----|---------------|---------|
| RENDA PRÓPRIA | C\$ | 4.700.620,50 | |
| SALDO VERBA | C\$ | 20.000.000,00 | |
| CRÉDITO ESPECIAL Lei 327 | C\$ | 4.585.411,30 | (saldo) |
| Lei 403 | C\$ | 8.544,70 | (saldo) |
| Lei 522 | C\$ | 4.583.990,60 | (saldo) |
| Lei 631 | C\$ | 20.000.000,00 | |
| | | | |
| | C\$ | 53.823.567,10 | |

DESPESAS PREVISTAS NO EXERCÍCIO DE 1.951

| | | |
|---------------------------|-----|----------------|
| PESSOAL FIXO | C\$ | 189.000,00 |
| PESSOAL VARIÁVEL | C\$ | 8.737.320,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | C\$ | 3.857.300,00 |
| COTIA | C\$ | 60.000.000,00 |
| SÃO JOÃO | C\$ | 30.000.000,00 |
| LARANJINHA | C\$ | 12.000.000,00 |
| CAIACANGA | C\$ | 3.000.000,00 |
| RIO DAS CINZAS | C\$ | 3.000.000,00 |
| POTINGA | C\$ | 900.000,00 |
| GUAREQUECABA | C\$ | 500.000,00 |
| CAVERNOSO | C\$ | 4.000.000,00 |
| REDES E LINHAS | C\$ | 3.000.000,00 |
| GRUPOS DIESEL ELÉTRICOS | C\$ | 8.000.000,00 |
| | | |
| TOTAL | C\$ | 137.183.620,00 |

INTERIOR E JUSTIÇA

Interior e Justiça

Não se pode deixar de reconhecer a importância do órgão da administração pública que é a Secretaria do Interior e Justiça pelos encargos que lhe estão atribuídos, principalmente aqueles que se referem às relações do Governo com o Poder Judiciário.

Justamente por isto é propósito do Governo dar-lhe maior amplitude e possibilitar a perfeita execução dos serviços, de modo a que corresponda às responsabilidades administrativas distribuídas pelos seus vários Departamentos.

Funcionam todos com regularidade, sendo êles — o do Interior e Justiça, do Protocolo Geral Expediente e Contadoria, Arquivo Público, Imprensa Oficial e o de Estatística.

Encontra-se também subordinada à mesma Secretaria, a Polícia Militar do Estado.

Por lei do ano anterior foi desligada dessa Secretaria a Consultoria Geral que passou a ficar subordinada diretamente ao Executivo.

A proporção que sejam ultimados os estudos em desenvolvimento de várias leis indispensáveis ao melhor resultado do trabalho funcional e outras destinadas a satisfazer e acautelar o interesse público, serão elas enviadas à apreciação dessa Assembléia para que, com sua sabedoria e habitual devotamento aos problemas da administração, lhes possa dar a indispensável aprovação.

Departamento do Interior e Justiça

O Departamento do Interior e Justiça desempenha uma das partes mais relevantes da Secretaria a qual se subordina, por que responde pelos assuntos da Magistratura, da Justiça em geral, registros da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e autoridades consulares.

Para mais eficientemente atingir às suas finalidades, diversas modificações foram introduzidas no seu mecanismo, em consequência do que os trabalhos se processam normalmente, apesar do extraordinário acúmulo do expediente verificado nestes últimos meses.

No que se relaciona à Magistratura tem sido observado e encaminhado com rapidez e regularmente, sem qualquer reclamação, que se prende às suas altas funções sociais. Deve-se isto também às providências prontas e acertadas do egrégio Tribunal de Justiça e Juizes de Direito ao facilitarem ao Departamento o preparo do material exigido para a continuidade e exato cumprimento da sua elevada missão na segurança dos direitos, das liberdades e da ordem coletiva.

Como ponto fundamental do nosso programa de Governo e para traduzir o culto do Paraná à Justiça, num símbolo duradouro da sua civilização e dos seus sentimentos de espiritualidade, pretendemos fazer em breve construir o monumento da nossa formação jurídica que será o suntuoso Palácio da Justiça a ser inaugurado em 1.953 por ocasião das grandes solenidades comemorativas do primeiro centenário da nossa emancipação política.

De acôrdo com as observações que temos feito e exposições apresentadas, deve-se lembrar a dificuldade que os Juizes de Direito das Comarcas do interior vem encontrando no que se refere às despesas que decorrem da aquisição de selos, expedição de telegramas e o material necessário à higiene dos prédios dos Fóruns.

Note-se o que ocorre com êsses edificios em todas as Comarcas, notadamente as situadas no norte do Estado onde o excessivo pó, produzido pela terra roxa, determina uma preocupação constante em relação à higiene das suas instalações o que obriga a dispêndios da economia pessoal dos Juizes de Direito, porque, pelo processo usado sob a forma de pe-

didos de material e conseqüente remessa, não só é demorado, como também mais dispendiosa e não raramente insuficiente.

Nestas condições, para melhor comodidade e mais rápida aparelhagem dos Fóruns, e conseqüente solução do que vem de ser esplanado, estuda-se a possibilidade de ser consignado no orçamento uma verba para material de consumo a qual poderia ser pelas Exatorias de Rendas Estaduais das sédes das Comarcas colocada à disposição dos Juizes de Direito, mediante requisição e posterior prestação de contas, o que, além do mais, redundaria em evidente diminuição de despesas para o Estado.

As instalações dos Fóruns das Comarcas estão sendo providenciadas de conformidade com as possibilidades do orçamento procurando-se atendê-las com mobiliário adequado, maquinário e outros materiais de expediente.

Pela Lei n.º 315, de 19 de dezembro de 1.949, o Estado ficou constituído em quatro grupos de Comarcas classificadas em entrâncias, compreendendo: uma Comarca de 4.ª entrância, 5 Comarcas de 3.ª entrância e vinte e sete Comarca de 1.ª entrância.

As doze Secções Judiciárias vieram estabelecer um sistema regular de substituições dos Juizes de Direito por motivo de férias, licença ou vacância, pois a cada Juiz de Direito substituto coube um grupo de cinco Comarcas.

Com a Lei n.º 602, de 27 de janeiro de 1.951, o artigo 9.º da Lei n.º 294, de 24 de novembro de 1949 passou a vigorar com nova redação, alterando os padrões de vencimentos da Magistratura e Ministério Público.

Departamento de Protocolo Geral, Expediente e Contadoria

Dentre as atividades desenvolvidas por êsse Departamento sobressai a movimentação de todo expediente em trânsito pela Secretaria do Interior e Justiça pois, tratando-se de órgão essencialmente burocrático, satisfaz integralmente a seus fins.

Assim é que houve no seu protocolo um total de 7.366 expedientes e 2.687 anotações diversas.

Por intermédio da Contadoria Seccional foram processadas e registradas todas as folhas de vencimentos, requisições de pagamentos, registros de verbas, aberturas de créditos suplementares e especiais nos prazos estabelecidos em lei.

Departamento do Arquivo Público

Os serviços afetos a este Departamento, de ano para ano, aumentam consideravelmente tanto pelo elevado número de papéis e demais documentos recolhidos pelas diversas repartições públicas do Estado, como pela própria natureza do serviço.

É de se salientar a necessidade de recomposição do quadro dos seus funcionários dando-lhe maior extensão não só para as exigências dos serviços internos iniciados, que aguardam conclusão como também em relação ao expediente normal, em progressivo crescimento, e do comparecimento sempre ascendente de partes a serem atendidas.

Constituem esses serviços parcela do plano de remodelação traçado e posto em execução. Contudo vem sendo este realizado de modo moroso, não por negligência dos funcionários, mas única e exclusivamente pela premência do tempo e escassez de servidores.

Para tanto poder-se-á constatar o trabalho do ano findo:

| | |
|----------------------------|---------|
| Papéis em trânsito | 2.134 |
| Certidões expedidas | 2.294 |
| Processos arquivados | 185.174 |

É pensamento do Governo reorganizar o Arquivo Público, até aqui praticamente esquecido não obstante o valor que representa principalmente sob o ponto de vista histórico.

A sua orientação deve obedecer ao propósito da pesquisa do passado, extraindo-se de documentos notáveis, ali adormecidos, a luz esclarecedora de fatos ligados ao desenvolvimento do nosso Estado, as lições cívicas nos deixadas pelos primeiros desbravadores e povoadores, as reminiscências de toda a nossa antiguidade a preparar o caminho dos grandes destinos que nos estão reservados.

Isso será conseguido mediante uma direção mais ampla, entregue a pessoa especializada com capacidade para tanto e elaboração de uma revista trimestral divulgadora das preciosidades colhidas naquele quasi secular arquivo.

Imprensa Oficial do Estado

Preenche a Imprensa Oficial do Estado os seus fins, mas para maior rendimento do seu trabalho há conveniência de ser remodelada sua organização.

Torna-se preciso que a sua renda comercial seja melhor aproveitada e arrecadada, no objetivo de bastar-se às suas despesas si não for possível a obtenção de saldo positivo. Assim será igualmente intensificada a produção da sua secção industrial.

Publica-se ali o "Diário Oficial" e o "Diário da Assembléa", além dos demais impressos que normalmente confecciona.

Está nas cogitações do Governo tornar a Imprensa Oficial do Estado em condições de suprir toda a administração dos serviços gráficos necessários às repartições públicas.

Dentro em breve dias o "Diário Oficial" incluirá, no seu conjunto, o "Diário da Justiça".

Departamento Estadual de Estatística

Da reunião dos dados rigorosamente colhidos pode-se concluir do grande desenvolvimento do nosso Estado, desenvolvimento êsse que se processa em ritmo extraordinário, e que está a exigir também maior celeridade nos serviços estatísticos de molde a oferecer as necessárias bases para a planificação das providências do poder público, no que diz respeito à instrução, saúde pública, transportes, etc., afim de evitar os erros da atuação que não tenha os seus alicerces nos dados extraídos da realidade dos fatos.

Efetivamente, a estatística não se deve limitar a uma simples mostra de algarismos, nem ficar na coleta e observação dos fatos consumados. Sua finalidade vai mais longe e é outra principalmente: a divulgação e orientação dos setores, com estreita colaboração com os poderes públicos e com os particulares interessados, tanto no Estado como fóra dele.

Essa finalidade, contudo, não tem sido atingida, porque nos falta um serviço de publicidade, tanto mais necessário quanto se aproxima a época do centenário da emancipação política do Estado do Paraná, quando o Departamento deverá ter papel saliente na organização de exposição com gráficos e dados estatísticos e outros.

Observe-se, em consequência, a necessidade da ampliação da 3.^a Divisão Técnica do Departamento, nela criando-se o serviço de publicidade mais uma secção para assuntos sociais e culturais, nesta incluindo-se a estatística judiciário-criminal, que não tem sido feita pelo Departamento, e cuja importância é desnecessário encarecer.

No decorrer do ano de 1.950, foram concluídos os trabalhos referentes as Campanhas Estatísticas em atraso, ou sejam resultados relativos aos anos de 1.947 e 1.948.

Os quadros atinentes ao ano de 1.949, constantes da XIV Campanha Estatística, tiveram os seus trabalhos iniciados no decorrer do ano, tendo sido concluídas 21 apurações.

Em meados do ano de 1.950, foi concluída a apuração dos elementos constantes do Caderno "D", ou seja, produção agrícola estimativa dos

animais existentes, produção de origem animal e produtos agrícolas transformados, dados êsses referentes ao ano de 1.949.

No que concerne à produção agrícola, foram abreviados seus resultados na medida do possível, tendo em vista o grande número de solicitações dirigidas ao D.E.E., relativas ao assunto.

Não tem portanto, a apuração em causa, caráter definitivo, uma vez que a crítica e dados finais são procedidos pelo Serviço de Estatística da Produção.

Trata-se porém, de um trabalho de vulto, já que nas apurações de todas as principais culturas agrícolas do Estado, em número de trinta, foram computadas as áreas de cultura simples e associadas, produção, rendimento médio, preço médio e valor total, discriminados pelas zonas e municípios que as compõem.

Através os questionários mensais, vindos das agências de estatística e destinados ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, foram trabalhados os dados relativos a êsse inquérito, depois da crítica devida, resultando em apurações bastante procuradas pelos interessados em assuntos estatísticos, ainda mais que, com dados relativos ao ano de 1.949, tem seu valor aumentado pela atualização da estatística em causa.

Além das apurações mensais, relativas ao município da Capital, foram encaminhados ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, os quadros do movimento verificado em todo o Estado no 2.º semestre de 1.949 e 1.º semestre de 1.950.

No decorrer do ano de 1.948, foram atendidas 512 solicitações e, em 1.949 — 864.

Em 1.950, essas solicitações atingiram a expressiva soma de 1.516, para o Estado, País e Exterior, evidenciando o interesse que o Paraná vem despertando, graças a seu progresso sempre crescente.

Durante o ano de 1.950, foram tabulados, 1.682 quadros de exportação, referentes aos meses de novembro de 1.949 a setembro de 1.950, sendo 1.269 de mercadorias de origem regional, 262 de origem nacional e 151 de procedência estrangeira.

Os quadros de exportação foram remetidos, mensalmente, às seguintes entidades:

— ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, à Secretaria de Agricultura, à Associação Comercial do Paraná, ao Banco do Brasil S/A. e aos demais Estados da Federação.

Foram feitos 120 resumos da exportação geral do Estado, no período de novembro de 1.949 a setembro de 1.950, correspondendo 10 para cada mês e 10 para o 1.º semestre de 1.950.

Em dezembro de 1.950, o D.E.E., distribuiu 262 coleções das sinopses estatísticas municipais do Estado, relativas aos anos de 1.948/1.950, com dados dos municípios paranaenses.

Dado o volume do empreendimento, não foram poucas as dificuldades encontradas em sua elaboração, justificando mesmo algumas falhas que, com certeza, devem ter ocorrido.

Na mesmo período, foram distribuídas as Tábuas Itinerárias Paranaenses, com o cartograma anexo, litografado, dos Meios Gerais de Transporte no Estado, ano de 1.950. Foram empregados todos os esforços no sentido de que este trabalho fosse executado com a maior exatidão possível, apesar das divergências verificadas nas diversas fontes informativas.

Além dos boletins mensais do movimento bancário do Estado, foram distribuídas, em edições mimeografadas, durante o ano de 1.950, as seguintes publicações:

- Exportação Geral do Estado, por procedência, segundo os municípios — ano de 1.949.
- Movimento Bancário no Estado, segundo os municípios, anos de 1.948/1.950.
- Estimativa da Produção Agrícola do Estado, segundo os municípios, ano de 1.949, com um resumo do período de 1.945/1.949.

Polícia Militar do Estado

A Polícia Militar do Estado, tradicional pelos seus feitos memoráveis, quer na manutenção da ordem, quer no apóio incondicional e na irrestrita obediência que sempre tem prestado à todas as ordens governamentais, merece especial atenção.

Encontramos a nossa Polícia, com os seus militares, mantidos em constante adestramento físico e intelectual, através dos cursos regulares de aperfeiçoamento que lá funcionam e mesmo por intermédio dos estágios de aperfeiçoamento técnico, nos Centros regulares da Capital da República, de onde saem peròdicamente, oficiais que, com o preparo adquirido, reforçam o corpo de instrutores daquela briosa corporação.

A ascendência na escala hierárquica, é garantida e assegurada pelos Curso de Candidatos a Cabo, Curso de Candidatos a Sargento e mais recentemente, pelo Curso de Formação de Oficiais Combatentes da Polícia Militar do Estado, estabelecidos e em pleno funcionamento, para ministrar aos soldados, cabos, sargentos e civís habilitados, os ensinamentos necessários ao desempenho das funções que porventura venham a receber, nos postos ascendentes da hierarquia Militar.

Promovemos o funcionamento regular das aulas do Curso de Formação de Oficiais Combatentes da Polícia Militar, possibilitando os elementos da nossa Polícia, adquirirem as bases necessárias e indispensáveis para o desempenho do oficialato, dentro da sua própria caserna, sem a necessidade de recorrerem aos Cursos Regionais de Aperfeiçoamento, que eram os eleitos para tal finalidade.

Curso de Formação de Oficiais Combatentes

O regulamento do Centro de Preparação Militar, prevê, quanto à organização do ensino, a instituição dos cursos seguintes:

- a) Escola de Recrutas, com o fim especial de ministrar ao recruta o ensino militar e policial que formará o soldado, dando-lhe os conhecimentos indispensáveis para ser incluído nas fileiras;
- b) Curso de Candidatos a Cabo, tendo por objetivo ministrar os

- candidatos a essa graduação, conhecimentos militares, policiais, noções de administração e educação moral e cívica, suficientes para fazer deles bons graduados;
- c) Curso de Candidatos a Sargento, tendo por fim ministrar aos cabos selecionados em exame prévio, os conhecimentos militares, policiais e administrativos, necessários para que se tornem bons monitores e sejam capazes de substituir eventualmente, os comandantes de pelotões;
 - d) Curso de Formação de Oficiais Combatentes, que tem por fim o ensino dos assuntos de ordem geral, básicos e técnicos, destinados a habilitar o candidato a ingressar no oficialato, no quadro de combatentes da Polícia Militar, tornando-o apto para o pleno exercício da sua função de subalterno.

Este Curso tem a duração de três anos e exige, para a matrícula, no primeiro ano, que o candidato, civil ou militar, possua o curso ginásial, feito em instituto de ensino oficial ou oficializado, idade máxima de 23 anos, se fôr civil, e de 25 anos se fôr militar, além de outros requisitos de ordem geral.

São professores, no curso em aprêço, oficiais da ativa e da reserva da própria corporação e civis legalmente habilitados.

É a primeira vez que o Poder Executivo autoriza o funcionamento do Curso de Formação de Oficiais, curso, que tem sido criado em administrações passadas, mas que nunca chegou a funcionar.

No nosso Governo, poude a Polícia Militar ser aparelhada dos recursos materiais necessários ao perfeito funcionamento do referido curso, o que possibilitou a efetivação de uma medida de há muito esperada pela mocidade estudiosa de nossa terra. É a corporação que em 1.954 comemorará seu primeiro centenário de existência, poderá apresentar sua primeira turma de aspirantes, formados pela própria Escola.

Os corpos docente e discente do referido Curso, foram organizados e são controlados pelo Centro de Preparação Militar da Polícia Militar do Paraná, Centro êsse que também providencia quanto aos programas das matérias que constituem suas bases escolares.

Significa êsse Curso, não só imensas possibilidades novas para a Corporação, como também demonstra clara e evidentemente os recursos de ordem técnica e intelectual, disponíveis pela nossa Polícia.

Os destinos da Polícia Militar do Paraná, estiveram entregues desde o dia 1. de fevereiro do corrente ano, ao Cél. José Schleder.

Soube o Cél. José Schleder manter a tropa nas condições ideais para o perfeito desempenho de suas atividades, conduzindo-a através de todas as práticas militares, cultuando a disciplina e colocando os seus comandados em lugar de destaque no conceito público.

O controle geral dos diversos serviços continúa efetuado através dos órgãos de Comando.

Desde o início de nosso período governamental manteve-se em ritmo

normal o trabalho desempenhado pelo Estado maior da Corporação através de sua Chefia e Secção.

O 2.º Batalhão de Infantaria, criado em gestão anterior, ainda não está concretizado em virtude da falta de efetivo, consequência lógica da falta de verba.

A dotação das verbas da Polícia Militar continúa obedecendo ao orçamento geral do Estado do Paraná, aprovado pela lei n.º 289, de 17 de novembro de 1.949, que dotou à Polícia Militar do Estado um total de Cr\$ 24.390.169,00.

Esse total, entretanto, terá possivelmente que ser aumentado, em função das exigências do Curso de Oficiais Combatentes, inclusão de recrutas para o 2.º Batalhão de Infantaria e consequente aumento de despesas com material para êsses homens.

O quadro de organização da Polícia Militar do Estado, para o corrente ano, é o seguinte:

| Postos e Graduações | UNIDADES | | | | | | Total |
|------------------------|-------------|-----------|-----------|--------|-------|-------|-------|
| | E. Me C. A. | 1.º B. I. | 2.º B. I. | C.P.M. | E. C. | C. B. | |
| OFICIAIS | | | | | | | |
| Coronel | 1 | — | — | — | — | — | 1 |
| Tc. Cél. | 3 | 1 | 1 | 1 | — | — | 6 |
| Major | 5 | 1 | 1 | 1 | — | — | 8 |
| Capitão | 6 | 5 | 5 | 3 | 1 | 1 | 21 |
| 1.º Ten. | 8 | 8 | 8 | 3 | 2 | 3 | 32 |
| 2.º Ten. | 10 | 10 | 10 | 6 | 3 | 7 | 46 |
| S O M A | 33 | 25 | 25 | 14 | 6 | 11 | 114 |
| Asp. a Of. | 10 | — | — | — | — | — | 10 |
| PRAÇAS | | | | | | | |
| Sub-Ten. | 10 | 5 | 5 | 3 | 1 | 2 | 26 |
| 1.º Sarg. | 46 | 7 | 7 | 3 | 1 | 9 | 73 |
| 2.º Sarg. | 55 | 24 | 24 | 12 | 4 | 12 | 131 |
| 3.º Sarg. | 55 | 48 | 48 | 26 | 11 | 20 | 208 |
| Cabos | 42 | 104 | 104 | 57 | 32 | 29 | 368 |
| Sd. músico corn. tamb. | 7 | 16 | 16 | 8 | 4 | 14 | 65 |
| Soldados | 97 | 537 | 537 | 409 | 139 | 124 | 1.843 |
| S O M A | 312 | 741 | 741 | 518 | 192 | 210 | 2.714 |
| T O T A L | 345 | 766 | 766 | 532 | 198 | 221 | 2.838 |

NOTA:

- a) Os oficiais e Praças da Cia. de Bombeiros, constam do orçamento e despesa relativo a essa Unidade;
- b) O 2.º Btl. de Infantaria encontra-se sem efetivo.

Não incluímos aqui os cadetes do Curso de Formação de Oficiais Combatentes.

Ressente-se a nossa Polícia da falta de armamento adequado, bem

como de equipamento individual e equipamento de campanha, fato este que dificulta até certo ponto o desempenho das atribuições que lhe estão afetas.

Para suprir tal deficiência faremos com que comissões escolhidas executem levantamento das atuais condições e indiquem o armamento, a munição e o equipamento necessário, em função do efetivo da Corporação.

Por falta de verba, ao que se sabe, foi a nossa Polícia sacrificada quanto à parte material no Governo passado.

Entretanto se os estudos a que forem submetidos estes pontos demonstrarem haver real necessidade de uma pronta intervenção de nossa parte, tão logo a situação do Tesouro do Estado o permita, delinearemos e executaremos os planos cabíveis para a solução do assunto.

De há muito ventilou-se a necessidade da criação de unidades de pelotões, compatíveis com o efetivo da tropa, bem como da organização de um pelotão motorizado para facilidade de transporte em missão afastada do Centro. Si bem que a Polícia Militar do Estado possua quantidade suficiente de fuzis "Mauser" modelo brasileiro de 1908, para armar dois Batalhões de Infantaria, ressentem-se, de um modo geral, da falta de armamento.

Igualmente se faz mister a criação de um pelotão de guarda, integrado por elementos selecionados por suas aptidões físicas e intelectuais, que forneceria homens para escoltas e outras finalidades afins.

Todas estas considerações merecerão por certo a nossa atenção, devendo ser convenientemente estudadas para futura aplicação de medidas próprias e decisivas.

Devemos considerar ainda o Serviço de Saúde da briososa Corporação, que em inspeção, serviço de ambulatório, visitas domiciliares, cirurgia, serviço hospitalar e clínica médico-cirúrgica, vem mantendo a saúde dos elementos da nossa Polícia e de suas respectivas famílias.

Sabemos que há falta de material para melhor desincumbencia dessas importantíssimas atividades. Isto constitui outro ponto que será merecedor da nossa atenção, em virtude do alto papel que desempenha na vida da Corporação.

Ainda de 1.º de fevereiro do corrente ano, até a presente data, é de notar a permanência dos seguintes oficiais na Capital da República, onde frequentam Cursos de Aperfeiçoamento:

Capitão Herculano de Araujo Filho
Capitão Armando de Oliveira Junior
1.º Ten. João R. da Silva Lapa
1.º Ten. Reynaldo José Masha
E frequentando o Curso de Educação Física do Exército:
2.º Ten. Léo Jorge Roth
2.º Ten. Rubens Vieira Neves

No nosso período governamental houve na Polícia Militar as seguintes alterações:

Praças Incluídas

| | | |
|-----------|-----------|----|
| Recrutas: | Fevereiro | 41 |
| | Março | 53 |
| | Abril | 34 |

Exclusões de Praças

| | | |
|--|-------|----|
| | Março | 14 |
| | Abril | 6 |

Promoções de Praças

| | | |
|-----------|----------------------|----|
| Fevereiro | 2.º Sgt. Músicos | 4 |
| | 2.º Sgt. de fileiras | 2 |
| | 3.º Sgt. Músicos | 2 |
| | Cabo Músico | 2 |
| | Cabo Músico de fil. | 12 |
| Março | 1.º Sgt. de fileira | 1 |
| | 3.º Sgt. de fileira | 1 |
| | Cabos. de fileiras | 5 |
| Abril | Sub-Ten. de fileiras | 2 |
| | 1.º Sgt. de fileiras | 2 |
| | 2.º Sgt. de fileiras | 5 |
| | 1.º Sgt. Músico | 1 |
| | 3.º Sgt. Músico | 3 |
| | Cabo Músico | 4 |

Falecimentos de Praças

| | | |
|--|----------|---|
| | 1.º Sgt. | 1 |
| | 3.º Sgt. | 1 |
| | Soldados | 9 |

Nomeações para Delegados

| | | |
|--|-----------|----|
| | Ten. Cél. | 1 |
| | Major | 1 |
| | Cap. | 4 |
| | 1.º Ten. | 10 |
| | 2.º Ten. | 3 |

Reversões

Major Custodio Rapozo Netto, em data de 2 de março de 1961.

| | | |
|--|--------------|---|
| | 3.º Sargento | 1 |
| | Cabo | 1 |

COMPANHIA DE BOMBEIROS

Examinamos a possibilidade de serem creadas duas Sub-Estações de Bombeiros, nas zonas do Bacacherí e Portão, em virtude do real progresso e crescente desenvolvimento desses bairros, que atualmente contam com elevado número de novos edificios e grande população.

Ainda nessas zonas se localiza grande número de fábricas e depósitos em geral e dado à localização dos hidrantes que abrangem somente o centro da cidade, Bacacherí e Portão, como é natural, estão desprovidos de rêde de água apropriada, rêde esta que ainda se estende em toda a sua totalidade, à considerável distância deste bairros.

Acrescentamos então às nossas considerações, prevendo a rápida evolução da Capital, a necessidade de completar o material dos nossos dedicados soldados do fogo, com a aquisição de três carros-tanques, capacidade para 6.000 litros e um jeep para serviços médicos da Companhia de Bombeiros.

Os atuais carros-tanques, adquiridos há muitos anos, comportam pequena quantidade de água e dificultam a execução de um trabalho de monta.

Desgastados pela ação contínua, estes veículos precisam ser substituídos, porquanto no estado em que se encontram não poderão atender satisfatoriamente aos incêndios nos suburbios, porque aí, como já dissemos, torna-se indispensável o concurso de carros-tanque com bomba.

Além de sua função no combate ao fogo, o carro-tanque é veículo que abastece de água às residências de inúmeras famílias, estabelecimentos industriais e hospitais, por ocasião das demoradas estiagens que constantemente se verificam.

A nossa Companhia de Bombeiros necessita suprimento de material. Trata-se de um assunto de relevante importância, que merecerá também carinhoso estudo.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura

Na data anterior àquela em que assumíamos o Governo do Estado, isto é, a 30 de janeiro p. p., foi sancionada a lei n. 637, que deu nova composição aos quadros do ensino primário e profissional, no Paraná. Cumpria pôr em execução a reestruturação prevista. Aconselharam porém os órgãos especializados da Secretaria de Educação e Cultura algumas alterações na nova lei, as quais, depois de submetidas à apreciação dessa egrégia Assembléa Legislativa do Estado, foram aprovadas.

Como essas alterações não atingissem os benefícios que a Lei outorga ao professorado público primário, ofereceu-se a Associação dos Professores do Paraná para colaborar na atualização dos respectivos quadros, o que foi aceito. Está por conseguinte uma comissão de professores acompanhando o levantamento que se procede, devendo o quadro resultante ficar concluído no prazo previsto na Lei.

No setor do ensino secundário constatou-se que as nomeações feitas haviam contrariado disposições expressas da Constituição e da Lei n. 119, tendo sido — em consequência — anuladas. Procedeu-se imediatamente à elaboração das instruções para a realização dos concursos para professores auxiliares as quais foram publicadas no Diário Oficial de 19 de março pp., fixando-se a realização dos concursos para o mês de julho vindouro. Estão em elaboração as instruções para os concursos de catedráticos, que serão realizados em fevereiro do ano próximo. Com essas providências o salutar e necessário critério seletivo e moralizador de provimento por credenciais de eficiência ou conhecimento será restabelecido no Paraná, depois de um lapso de treze anos.

A reestruturação dos quadros do ensino primário e profissional ofereceu-nos a oportunidade de uma atualização ou ajustamento das situações e carreiras de numerosos funcionários que lotam os quadros do ensino e que, efetivamente, exercem funções de caráter completamente diverso. Tal é o caso dos professores que têm curso e exercem as atribuições de assistentes sociais, dos professores que são assistentes sanitaristas, dos professores que exercem as funções de auxiliares de escritório e até do professores que funcionam como inspetores de alunos e serventes.

Da mesma forma é indispensável o aproveitamento eficiente dos funcionários que fizeram cursos de especialização educacional, quer à custa do Estado quer à custa da União, e que não viram o seu laborioso esforço utilizado em prol do ensino. Como já dispomos de mais de uma dezena de especialistas tanto em Direção, como em Inspeção, Administração, Organização de Serviços, Medidas Educacionais e outros, julgamos propício criar-se o órgão técnico consultivo estruturado pelo Decreto n. 614 e pela Lei n. 170 de 14 de dezembro de 1948 e cuja assistência recolocaria o ensino no Paraná na posição vanguardeira que sempre ocupou na Federação.

Na parte de pessoal uma das mais sérias deficiências de organização que encontramos foi a falta de funcionários administrativos para os estabelecimentos de ensino secundário e normal, lacuna que vem sendo remediada precariamente com a lotação — como adidos — de professores deslocados de suas funções próprias. Essa situação insustentável será corrigida com a criação dos quadros dos funcionários da administração, que serão organizados em função dos imperativos locais, distribuindo-se os estabelecimentos em grupos segundo as condições da respectiva zona. Poderão ser considerados estabelecimentos de 1.^a classe, o Colégio Estadual do Paraná e o Instituto de Educação; de 2.^a os Colégios Estaduais; de 3.^a as Escolas Normais e os Ginásios; de 4.^a os Cursos Normais Regionais. Critério semelhante poderá ser adotado, na organização dos respectivos corpos docentes.

Como medidas complementares, estão sendo ultimados os estudos para dotar-se os Estabelecimentos de Ensino de uma regulamentação interna que lhes assegure mais sólidas garantias de funcionamento.

No que se refere ao serviço Psicotécnico existente no Colégio Estadual do Paraná, que não tem cumprido as finalidades de orientação educacional prevista na Lei Orgânica do Ensino, está sendo objeto de especial atenção por parte dos especialistas, que elaboram um plano de serviço de Orientação Educacional de conformidade com a atual técnica do ensino.

Finalizando nossas observações sobre o pessoal, cumpre-nos encarecer a necessidade de serem aumentados os quadros de professores primários, especialmente normalistas. Um exame comparativo entre as estatísticas daquela Secretaria e os resultados do último censo, nos autorizam a estimar que só um terço da população escolar do Paraná está sendo atendida, permanecendo cerca de 300.000 crianças sem assistência educacional. O déficit se manifesta mais grave nas regiões norte e oeste do Estado, carência que temos procurado abrandar concentrando as poucas vagas de que dispomos com nomeações para essas zonas. Tal providência poderá ser solicitada simultaneamente com a elevação a "Grupo Escolar" de cerca de 140 escolas, que funcionam com centenas de matrículas sem que essa indispensável atualização tenha sido providenciada; assim estão Jaguapitã, Jatafzinho, Sertaneja, Primeiro de Maio, Congoiinhas, Araçporanga, Curiúva, Cinzas e muitos outros municípios e Distritos.

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária da Secretaria de Educação e Cultura, para o

presente exercício foi fixada em Cr\$ 102.113.338,00 cujo exame analítico revela o seguinte:

Pessoal fixo — Verba prevista Cr\$ 72.528.908,00 total dispendido até o presente Cr\$ 24.549.239,90. A despesa efetuada excede aos primeiros duodécimos calculados, apesar de não estar em dia o pagamento das gratificações ao magistério, resultante de aulas suplementares, o que virá agravar consideravelmente a situação já insuficiente dessa verba.

Pessoal variável — Verba prevista Cr\$ 14.407.680,00 total dispendido até o presente Cr\$ 4.028.531,60 o que corresponde aos duodécimos dos meses decorridos. Em consequência das exonerações havidas esse item deverá manter-se em situação equilibrada.

Material permanente — Verba prevista Cr\$ 2.164.200,00 importância totalmente dispendida não obstante existir um saldo contábil de Cr\$ 1.458.450,50 que deve corresponder ao valor dos materiais requisitados ao D. E. C. e ainda não fornecidos. Em face da alta dos preços de materiais e das necessidade de equipamento de novos estabelecimentos de ensino, especialmente na parte de mobiliário, será indispensável breve e apreciável suplementação nessa verba.

Material de consumo — Verba prevista Cr\$ 1.490.600,00 já totalmente dispendida não obstante o saldo aparente de Cr\$ 287.511,80 resultante do atraso no fornecimento pelo D. E. C. de requisições já feitas.

Os itens desta verba foram os que sofreram maiores altas de preços, especialmente o papel (que em alguns casos subiu 150%) razão pela qual sua insuficiência é flagrante, e requererá considerável suplementação.

Despesas diversas — Verba prevista Cr\$ 1.516.000,00 já praticamente dispendida em seu total. Entre os itens abrangidos pela verba figuram aluguéis de imóveis, despesas que tendem a aumentar não obstante as construções feitas pelo Estado; assim como despesas de viagem, que também aumentam diante das inspeções permanentes que estamos exigindo aos Delegados de Ensino. Essa verba requererá suplementação, visto que abrange ainda: luz e força, fretes, telefones, despesas postais, todas despesas de pronto pagamento.

Subvenções e Auxílios — Verba prevista Cr\$ 10.000.000,00 pela qual foram pagas subvenções totalizando Cr\$ 930.000,00; levadas em consideração as subvenções destinadas à Universidade do Paraná (Cr\$ 3.000.000,00), aos convênios municipais de Ensino Primário Cr\$ 5.193.240,00, ao mandato Universitário do Museu Paranaense (Cr\$ 240.000,00) e mais à Escola de Belas Artes e à Associação Paranaense de Assistência às Cantinas Escolares, estará totalmente absorvida a previsão fixada, não havendo possibilidade de serem pagas as centenas de subvenções e auxílios concedidos até 31 de janeiro deste ano.

Pelo exame analítico verifica-se que não é alarmante a situação das verbas da Secretaria de Educação e Cultura, cumprindo ressaltar, porém, que os

benefícios concedidos pela lei de reestruturação virão onerar o erário estadual em cerca de Cr\$ 22.000.000,00.

EDIFÍCIOS ESCOLARES

Não obstante o esforço dispendido para se dotar o Estado de prédios escolares condignos e atualizados, viemos encontrar uma situação verdadeiramente desordenada nêsse importantíssimo setor. A Secretaria de Educação e Cultura não foi oficialmente consultada na elaboração do plano estadual de edificações escolares que abrange 90 edifícios para grupos, Ginásios e Escolas Normais (agora 97 pequenas casas escolares) grande parte dos quais ainda não iniciados.

O ritmo de trabalho dos que estão sendo levantados é extraordinariamente moroso, estando muitos até paralizados, o que se explica pelo número considerável de obras que foram iniciadas simultaneamente.

Por todas as razões aconselhamos um entrosamento e cooperação mais íntima entre o Departamento de Edificações da S. V. O. P. e o Departamento de Educação daquela Secretaria. A compreensão e louvável boa vontade dos meus auxiliares diretos permitiu que êsse desideratum fôsse plenamente alcançado, com a designação de um engenheiro para funcionar como elemento de ligação sediado no D. E.

Como resultado dessa conjugação de esforços, estamos elaborando uma ordem de intensificação de serviço estabelecendo-se regime de prioridade para as obras urgentemente necessitadas.

Essa ordem poderá ser estabelecida tendo-se presentes os índices de crescimento demográfico revelados pelos últimos recenseamentos, bem assim as condições locais focalizadas pelos Inspetores e Delegados de Ensino.

Outra consequência dessa cooperação que terá efeito benéfico imediato é a outorga de poderes ao engenheiro sediado na S. E. C., para que mande proceder a reparos de caráter urgente em prédios escolares, abreviando-se o processo moroso e muitas vezes grandemente nocivo que vinha sendo obedecido.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Constatamos com certa apreensão o estado de quasi abandono em que está relegado o ensino de educação física no Estado, e estamos tomando providências para que seja atualizado o estudo de reorganização que existia de maneira a que todos os ramos e fases do ensino recebam eficazmente o mínimo de educação física prescrito pelas modernas normas de higiêne.

BOLETIM

A necessidade de uma ligação mais estreita entre os professores, inspetores, delegados e demais funcionários entre si e com a Secretaria de Educação e Cultura, bem assim o imperativo de intensificar-se a divulgação de normas, resoluções, despachos, instruções e atos atinentes ao ensino nos aconselham a criação de um Boletim periódico, a ser editado em futuro próximo e que

será remetido para todos os estabelecimentos de ensino e repartições públicas a ele vinculadas.

CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICA

Ocorrendo a 19 de dezembro de 1953 o primeiro centenário da Emancipação política do Paraná, incumbimos o sr. Secretário de Educação e Cultura, da organização das comissões de festejos que orientarão aquelas celebrações. Na confecção desse trabalho o Departamento de Cultura procurou enquadrar as diversas facetas do problema, fazendo com que tôdas as atividades representativas do Estado prestassem seu concurso às comemorações. Da mesma forma planejou o secretariado executivo ao qual os serviços administrativos ficarão afetos.

Já lavramos um decreto referente às comissões e o secretariado (que poderão funcionar no próprio Departamento de Cultura) para que se faça com urgência o plano das festividades e seja possível executá-lo a contento.

Uma das mais destacadas iniciativas no plano a elaborar-se para as comemorações é sem dúvida o da criação da Biblioteca Central do Estado. Não é sem constrangimento que reconhecemos ter o Paraná regredido nesse fundamental setor cultural, pois foi fechada a precária biblioteca pública que a Capital do Estado possuía e seus 25.000 volumes encontram-se desordenadamente empilhados num improvisado refúgio.

Como o plano de organização da Biblioteca deva prevêr, forçosamente, todos os aspectos que a moderna técnica e nossas condições peculiares exigem, isto é, divulgação cultural no interior por intercâmbio bibliotecário com coleções ambulantes, biblioteca infantil de conformidade com as atuais tendências psico-pedagógicas, biblioteca especializada que satisfaça nosso meio universitário, biblioteca popular que contribua para levantar os índices de instrução geral, mais as secções complementares de arquivo, filmoteca, discoteca, etc., contamos contratar a assistência de técnicos em biblioteconomia para o perfeito levantamento do esquema desejado.

Esse serviço deve ser iniciado pela formação de uma equipe de especialistas que esteja em condições de assumir suas funções específicas na biblioteca, tão logo esteja ela organizada. Como êsses cursos especiais tem a duração de um a dois anos, já conseguimos Bolsas na Biblioteca Nacional e estamos em contacto com a Biblioteca Municipal de São Paulo, para a indicação de bolsistas paranaenses que lá se matricularão.

Mostraremos, no quadro anexo, o número das matrículas, frequências, aprovações e conclusões de cursos para que tenham os Senhores Deputados uma compreensão tanto quanto possível exata da situação do ensino primário no Paraná.

ENSINO PRIMÁRIO GERAL

| ANO DE 1950 | Matricula | Frequência | Aprovações em Geral | Conclusões de Cursos |
|-------------|-----------|------------|---------------------|----------------------|
| CAPITAL | 16.249 | 14.624 | 12.192 | 2.105 |
| INTERIOR | 109.673 | 99.738 | 68.676 | 10.012 |

ENSINO PRIMARIO PARTICULAR

| ANO DE 1950 | Matricula | Frequência | Aprovações em Geral | Conclusões de Cursos |
|--------------------|------------------|-------------------|----------------------------|-----------------------------|
| CAPITAL | 2.232 | 1.923 | 1.633 | 298 |
| INTERIOR | 6.604 | 5.812 | 4.795 | 668 |

| ANO DE 1950 | Matricula | Frequência | Aprovações em Geral | Conclusões de Cursos |
|--------------------|------------------|-------------------|----------------------------|-----------------------------|
| CAPITAL | 16.249 | 14.624 | 12.192 | 2.105 |
| INTERIOR | 109.673 | 99.738 | 68.676 | 10.012 |
| T O T A L | 125.922 | 114.362 | 80.868 | 12.117 |



SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança Pública

Analisaremos, em seguida, no âmbito da Política Social, os serviços de segurança pública, sobre os quais repousa a tranquilidade e a segurança da família paranaense.

Nosso Governo, tomando contato com esses serviços há apenas três meses, não pode trazer ao conhecimento dos senhores deputados, obras ou melhoramentos porventura neles introduzidos.

A análise que faremos, detendo-se no exame de todas as peças que compõem aquele organismo mostrará a situação real em que o encontramos ao assumir o Executivo do Paraná.

À medida que formos discorrendo sobre o órgão mostraremos as necessidades julgadas essenciais para seu pleno desenvolvimento.

Preocupa-nos o fato de estar tudo por se fazer em matéria de segurança pública.

A nossa Chefatura de Polícia deve se organizar à altura do Paraná de 1951.

Os fatos são incontestes e explicam a necessidade das medidas que preconizamos. O efetivo da Guarda-Civil, por exemplo, se mantém estacionário desde 1911. Seu regulamento foi aprovado por decreto de 1929.

O número de Agentes de Polícia fixado em 1943, permanece o mesmo.

Das vinte estações de rádio, treze não funcionam por falta de elementos especializados.

E o que nos parece o mais grave: encontramos a Polícia sem carros fortes, sem ambulancias — sem transporte — enfim, além de ter suas repartições instaladas inconvenientemente.

Faremos uma análise minuciosa dos serviços de segurança pública, através de seu órgão especializado, a Chefatura de Polícia.

ORGANIZAÇÃO

Regulamento Geral

O Regulamento Geral da Polícia Civil, ainda vigente, é o aprovado pelo Decreto n. 1101, de 17 de julho de 1929.

Atos posteriores têm vindo ampliar a organização ditada por esse Regulamento. Novos órgãos foram criados e outros receberam conveniente ampliação ou desdobramento cumprindo destacar, nesse sentido, as modificações introduzidas nas Delegacias Especializadas.

Órgãos da Polícia Civil

Presentemente, são o seguintes os órgãos da Polícia Civil, conforme o disposto na Lei n. 47, de 18-2-48;

- a) — Chefia de Polícia
- b) — Penitenciária Central do Estado e Prisão Provisória da Capital
- c) — Delegacias de Polícia
- d) — Guarda Civil
- e) — Departamento Médico Legal
- f) — Departamento do Serviço de Trânsito
- g) — Instituto de Identificação
- h) — Laboratório de Polícia Técnica

Entre as Delegacias de Polícia se contam:

- a) — Delegacia Auxiliar
- b) — Delegacias Especializadas:
 - de Ordem Política e Social
 - de Vigilância e Investigações
 - de Falsificações e Defraudações em Geral
 - de Segurança Pessoal
 - de Economia Popular
- c) — Delegacias Distritais:
 - dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Distritos da Capital
- d) — Vinte Delegacias Regionais
- e) — Oito Sub-Delegacias da Capital
- f) — Delegacias Municipais, nos Municípios do Interior
- g) — Sub-Delegacias Distritais, nos Distritos do Interior

Delegacias e Sub-Delegacias do Interior

Limitações ao serviço policial do Interior

Os titulares e seus suplentes nas Delegacias e Sub-Delegacias do interior, não pertencem aos quadros do funcionalismo, bem como os inspetores de quartelão, que nelas prestam seus serviços como elementos de execução.

Também os escrivães de quadro são lotados apenas nas Delegacias da Capital e nas Regionais.

Decorrem dessa situação muitas limitações para o serviço policial no interior, entregue em sua maior extensão a leigos cuja responsabilidade não se define perante o Estatuto dos Funcionários Públicos;

sem remuneração por seus serviços, difficilmente poder-se-á esperar deles que sofram todos os pesados ônus que o desempenho da função policial acarreta. E como resultante desse estado de cousas, não há como fugir ao dilema:

- ou se utiliza a função policial como arma política (no mínimo pelo prestígio que empresta o exercício da autoridade);
- ou se desvirtúa para fins menos lícitos, aquela função, visando compensar a gratuidade de seu exercício, sempre com prejuizos para as finalidades reais do serviço.

Raras e honrosas são as exceções em tal sentido, sendo absolutamente certo que a laicidade dos servidores policiais implica, neste caso, sem exceção alguma, na imperfeição do trabalho policial que hoje, mais do que nunca, exige conhecimentos especializados por parte de seus executores.

De outro lado, o rápido aumento demográfico observado no último decênio e ainda em ascensão, produzindo o crescimento de todos os antigos núcleos de população e o surgimento, em breve lapso, de um sem número de novas cidades, de economia florescente, veio modificar por completo a fisionomia do interior do Estado, responsável pelo sistema tradicional de policiamento.

A autoridade do antigo delegado do interior, emanada do próprio regime quasi patriarcal de nossas velhas cidades, tornou-se impraticável nas populações atuais, onde predominam elementos adventícios e flutuantes.

Daí, pois, a imperiosa necessidade de estendermos, pelo menos até aos Municípios, a carreira de Delegados e Escrivães e bem assim de dotarmos as Delegacias do Interior de agentes policiais de carreira, de acôrdo com a respectiva importância.

Desdobramento de Delegacias Especializadas

Mesmo na organização central dos serviços faz-se mister sua ampliação; tudo indica ser de grande beneficio o desdobramento das Delegacias Especializadas, com a criação das seguintes novas Delegacias:

- de Costumes, desdobramento da Delegacia de Segurança Pessoal;
- de Furtos e Roubos, desdobramento da Delegacia de Vigilância e Investigações;
- de Estrangeiros, desdobramento da Delegacia de Ordem Política e Social,

tendo em vista maior especialização no trabalho e, portanto, melhor rendimento, considerado principalmente o extraordinário volume de serviço que se verifica naquelas Delegacias.

Descentralização de serviços técnicos

Outra medida que se impõe como imprescindível à eficiência do ser-

vigo policial no interior é a descentralização parcial de alguns órgãos técnicos. Cidades chaves como Londrina e Ponta Grossa necessitam, para atender às suas próprias necessidades e às das zonas que centralizam, de serviços próprios de laboratório de polícia técnica; os serviços de identificação e médico legal, igualmente, precisam ser levados tanto quanto possível para locais mais próximos de onde se está a exigir o seu emprego.

A criação de Delegacias Regionais de classe especial em Londrina e Ponta Grossa e o desdobramento e ampliação dos serviços de identificação e médico legal, pelas Delegacias Regionais, são providências que viriam, sem dúvida, preencher muitas lacunas atualmente verificadas no serviço policial do interior.

Quadros do pessoal — Deficiências numéricas

Desde logo se nota, pela observação dos quadros do funcionalismo da Chefatura de Polícia, evidente desproporção entre as exigências atuais do serviço e os recursos pessoais disponíveis para atendê-las.

Os quadros estacionaram ou receberam fracos aumentos em seus efetivos enquanto a população do Estado crescia consideravelmente.

Assim, por exemplo, o número de agentes de Polícia efetivos é ainda de 43, pouco mais do que o fixado no Decreto-Lei de 12 de março de 1943. O de extranumerários passou, em janeiro do corrente ano, para 130, perfazendo-se assim um total de 173 agentes; deduzidos daí os que, por força da falta de escrivães, de motoristas e de outros funcionários, são desviados das funções próprias, vê-se quão reduzido é o número de agentes policiais em condições de atender ao serviço, cada vez maior, do policiamento em todo o Estado.

Idêntico fato ocorre com a Guarda Civil; seu efetivo em guardas disponíveis para o serviço é praticamente, o mesmo de 1911, na época de sua fundação.

No Serviço de Trânsito, igualmente, mesmo fenômeno se observa; há em serviço 66 guardas e 32 fiscais de trânsito para um total estimado em 31.000 veículos motores que serão matriculados no Estado, no corrente ano, ao qual se deverá somar o grande número de veículos matriculados em outros Estados e que circulam em nosso território.

Aumentar, portanto, os quadros de pessoal, é medida que não se poderá deixar de tomar para que a Polícia fique em condições de cumprir com eficiência sua árdua e delicada tarefa.

Isso, quanto aos quadros existentes; todavia, há necessidades de pessoal que não são atendidas por esses quadros. Cite-se as mais importantes:

Serviço de Almojarifado

A falta de um almojarifado ou responsável pela distribuição e "controle" do material se deve atribuir a impossibilidade do conhecimento

da existência e das condições do material permanente em uso. Não há uma escrituração geral e, muito menos, se procedem às indispensáveis verificações periódicas.

Serviço de Transportes

Do quadro de motoristas, quadro extinto, restam apenas dois motoristas, a que se devem juntar mais três extranumerários. Não existe um só mecânico.

O resultado, como seria de esperar-se, tem sido o mais lamentável possível; sem direção, sem um responsável direto pelo serviço, sem elementos hábeis para a manutenção e para a condução dos veículos ficou a Polícia Civil completamente desaparelhada de meios de transporte.

Não possui carros fortes, nem ambulâncias e nem caminhonetes.

Além disso, não existe, organizado, o serviço de fiscalização de veículos; não se fazem os registros da vida dos carros, o que torna impossível verificar sua manutenção e responsabilizar os condutores pelos danos devidos à inépcia ou à negligência.

Impõe-se, pois, a criação de um Serviço de Transportes, dotado dos meios materiais e do pessoal exigido para uma perfeita manutenção dos veículos e execução dos transportes.

A aquisição de veículos motorizados, única forma de proporcionar mobilidade à polícia, não pode deixar de ser encarada. Dispendioso à primeira vista, é, porém, meio altamente econômico de execução do policiamento, desde que organizada convenientemente, sua manutenção; sua eficácia no policiamento preventivo é notável, permitindo o máximo aproveitamento do pessoal.

Estudos realizados na Chefatura de Polícia autorizam a afirmar que uma patrulha motorizada realiza, com 3 policiais, o serviço de 30; um simples cálculo aritmético demonstra que um veículo, bem empregado, se paga integralmente em 4 meses de uso.

Por isso mesmo, surge como necessidade inadiável a dotação de transporte motorizado, para o serviço de policiamento, condicionada, é claro, à organização prévia do indispensável Serviço de Transportes.

Com tais medidas e sómente com elas será possível tornar eficiente, sem aumento ponderável nos quadros de pessoal, o policiamento da Capital, de tão baixo rendimento no presente e melhorar de muito o do interior.

Serviço de rádio-comunicações

Dispõe a Polícia de vinte estações rádio-telegráficas, o que, sem dúvida, representa útil patrimônio.

A falta de um quadro de especialistas em rádio, vem a rede sendo explorada e mantida por funcionários de outros quadros e por inferiores da Polícia Militar do Estado.

Contudo, não se pode reclamar muito de quem não recebe retribuição à altura dos esforços exigidos. Na realidade, trata-se de serviço de inestimável valia que só poderá funcionar satisfatoriamente quando entregue a pessoal habilitado e estimulado pelas garantias normalmente oferecidas aos funcionários de carreira.

No caso da rede rádio da Polícia, observa-se, atualmente, a paralização de nada menos de treze estações, ou seja de 65% do total, motivada ou por falta de operadores, ou por imobilização consequente da ausência de manutenção.

É evidente, portanto, a necessidade da criação do quadro do Serviço de Rádio Comunicações da Polícia Civil, constituído de rádio-técnicos e de rádio-operadores, aptos para assegurarem a manutenção e a exploração, em boas condições, do material existente e do que venha a ser adquirido para completar, como necessário, a atual rede de rádios da Polícia.

Essa providência, por permitir comunicações diretas, rápidas e oportunas com órgãos policiais do interior, muito servirá para a melhor execução do serviço policial em todo o território do Estado.

Eis por que a organização do Serviço de Rádio-Comunicações, com o correspondente quadro de pessoal e os imprescindíveis meios materiais para a manutenção das estações, é necessidade de atendimento inadiável.

Escola de Polícia

É outro organismo inexistente no atual aparelhamento policial do Estado.

A formação profissional dos elementos da polícia se faz no Paraná, na dura escola da experiência; e isso, a complexidade do organismo policial não mais aceita, quando a delinquência já não se apresenta com os aspectos primários de outrora e lança mão dos recursos que a técnica moderna oferece, indistintamente, para a prática do crime.

O trabalho policial deve ser técnico e somente cursos especializados, para a formação e para o aperfeiçoamento dos integrantes da polícia, poderão proporcionar e manter em dia os respectivos conhecimentos.

A falta desses cursos responde, em parte, pelas atuais deficiências do serviço policial e seu estabelecimento não poderá deixar de ser considerado como importante contribuição para corrigi-las.

INSTALAÇÕES

Delegacias e Sub-Delegacias do Interior

No que se refere ao interior do Estado, ressaltamos a existência de inúmeros prédios destinados às Delegacias e Sub-Delegacias.

É mister que se complete êsse panorama dotando de idênticas instalações as Delegacias e Sub-Delegacias que ainda não as possuem.

De outro lado, inumeras são as repartições policiais do interior que, mesmo contando com prédios adequados, não dispõem, entretanto, de mobiliário e do material permanente indispensável ao seu trabalho.

Instalações na Capital

Já na Capital não se pode repetir o que foi dito a respeito do interior: de modo geral são precárias e impróprias as instalações das repartições policiais, distribuidas e disseminadas por vários prédios, alguns alugados.

Nesse particular merecem destaque, pela absoluta impropriedade das respectivas instalações:

A Delegacia de Plantão e o respectivo xadrez, de aspecto realmente contristador.

Medidas de emergência estão em curso de execução para melhorar, como possível, aquele aspecto; mas está fóra de dúvida a necessidade de reforma total das instalações da Delegacia de Plantão, para que condiga com o conceito que goza a Capital do Estado do Paraná.

O Departamento do Serviço de trânsito, que juntamente com as Delegacias do 4.º Distrito, de Segurança Pessoal e de Defraudações e Falsificações em Geral superlotam um edificio alugado também situado na Rua Barão do Rio Branco.

A Delegacia de Vigilância e Investigações, o Instituto de Identificação e o Laboratório de Polícia Técnica que se acham precariamente alojados em imóvel situado à Rua Marechal Floriano.

Nesse prédio já se registraram cinco princípios de incêndio motivados por curto-circuito nas instalações elétricas, com risco de se perderem os preciosos arquivos do Instituto de Identificação.

Medida que certamente será considerada em futuro próximo há-de ser a construção de um prédio especialmente edificado para centralizar todas as repartições policiais da Capital (excluidas, naturalmente, as Delegacias Distritais, Sub-Delegacias e Estabelecimentos especiais).

Não é necessário dizer dos incalculáveis benefícios que trarão, para o serviço, instalações adequadas e reunidas, de molde a permitirem a inter-ligação imediata entre os diferentes órgãos e a facilitarem o atendimento das partes interessadas.

A idealização dessa obra deverá, como é evidente, succeder ao planejamento da nova organização geral da Polícia.

Penitenciaria Central do Estado e Prisão Provisória

Está em vias de conclusão a construção da Colonia Penal Agrí-

cola Manoel Ribas, estabelecimento que, sendo dos mais modernos e adiantados do País, por certo muito honrará o nosso Estado.

Afóra trabalhos de acabamento restam, ainda, a aquisição do mobiliário e as instalações das oficinas.

E' de desejar-se a urgente ultimação dessa obra verdadeiramente monumental para que se possa, quanto antes, transferir para lá os sentenciados, removendo-os do velho casarão do Ahú.

Advirá, daí, a separação entre detentos e setenciados, obrigada por lei mas impossivel de realizar-se nas atuais circunstâncias; e sobretudo será certo que o nosso sistema penitenciário avançará, com o novo estabelecimento penal, para pósto de vanguarda no campo de recuperação dos criminosos.

Prisão de Mulheres

Também se encontra em construção, em local adrede escolhido junto ao Asílio de São Vicente de Paulo, no Alto da Cabral, um pavilhão destinado a mulheres sentenciadas.

Julgamos necessária a conclusão dessa obra. A atual prisão, sôbre de todo imprópria para os fins a que se destina, está localizada em pleno coração da cidade, nas imediações da Delegacia de Plantão.

Colônia de Psicopatas

Acha-se em construção êsse estabelecimento hospitalar que, por sua capacidade e pela natureza de suas instalações, virá dar solução ao momentoso problema do recolhimento e da assistência aos alienados indigentes.

E' simplesmente alarmante o número de doentes mentais que, sem recursos próprios para o necessário tratamento, são entregues à Polícia ou por ela capturados por constituirem, uma permanente ameaça à segurança pública.

Não dispõe o Estado, enquanto não se concluirem as obras da Colônia de Psicopatas, de estabelecimento hospitalar capaz de atender à necessidade de internamento de dementes indigentes. Uma instituição particular, o Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz, é que os vem recebendo, na medida da capacidade de suas instalações, devendo notar-se que esta de há muito foi ultrapassada.

No interior como na Capital não são em número reduzido os loucos de ambos os sexos que ficam recolhidos à cadeia, por prazo indeterminado, à espera de vaga no Hospital; é confrangedor o espetáculo que oferecem essas pobres criaturas privadas da razão, na vizinhança e até muitas vezes em promiscuidade com delinquentes da piór espécie, completamente entregues a seu triste destino e sem receberem os cuidados médicos especializados que talvez os pudessem libertar de seus padecimentos e restitui-los ao convívio da sociedade.

Ressaltamos ainda a necessidade de elevar-se o valor da alimentação atribuída aos dementes indigentes recolhidos pela Polícia, valor arbitrado em 1948 e, portanto, em discordância com a majoração geral dos preços das utilidades desde então observada.

Como solução de emergência para a assistência aos que excedem à capacidade do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz parece próprio o aproveitamento parcial, mediante conveniente adaptação, das instalações tornadas disponíveis na atual Penitenciária com a inauguração da nova Colônia Penal.

Indigentes e Menores Abandonados — Assistência Social

Os serviços de assistência social, tão em voga nos últimos tempos, muito têm ainda de evoluir para alcançar solução plenamente satisfatórias.

Curitiba, por exemplo, é cidade que desfruta de elevado conceito no que se refere à assistência social, conceito aliás merecido pelo muito que se conseguiu sobretudo no terreno de assistência a indigentes e a menores abandonados. Entretanto, muito resta por fazer-se.

E' indizível o espetáculo que quasi diariamente se repete na Delegacia de Plantão: doentes, alguns graves e portadores de moléstias contagiosas, aguardando sem um mínimo de conforto o encaminhamento para hospitais onde, via de regra, não existem vagas.

E' de inteira justiça ressaltar, aqui, o extraordinário papel desempenhado pela benemérita Sociedade Socorro aos Necessitados; sem diminuir o grande merecimento das demais instituições filantrópicas do Estado é aquela, sem favor, digna de menção especial sempre que se tratar de assistência a indigentes e a membros abandonados.

COOPERAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

A Lei n. 47, de 18 de fevereiro de 1948, que restabeleceu a Chefatura de Polícia, manteve, em seu artigo 70, a faculdade do Chefe de Polícia requisitar, ao Comando da Polícia Militar do Estado e ao Corpo de Bombeiros, os elementos de que necessitar para o policiamento do Estado, disposição que já vinha do antigo Regulamento Geral de 1929.

A maneira de se efetivar essa cooperação responde pelos resultados muitas vezes nocivos e grandemente prejudiciais ao próprio serviço de policiamento que, em proporção alarmante, se vem verificando.

A base de qualquer organização militar vive na hierarquia; o emprego da tropa da Polícia Militar do Estado nas tarefas de policiamento tal como se vem fazendo, não tem se caracterizado, exatamente pela atenção áquele requisito essencial.

A norma geral é a dispersão, por todo o território do Estado, de

pequenas frações de tropa muitas vezes sem enquadramento, todas elas vinculadas hierarquicamente à Chefatura de Polícia; desaparecem, assim, os indispensáveis escalões da hierarquia militar, e com êles periclitam lamentavelmente os princípios fundamentais da disciplina e da subordinação.

Para corrigir tão graves inconvenientes elaborou a Chefatura de Polícia um plano de emprego dos elementos da Polícia Militar do Estado, à sua disposição para o serviço de policiamento, plano cujas linhas principais são as do estabelecimento de rigorosa cadeia hierárquica entre os Destacamentos policiais e a Chefatura de Polícia. Para isso, serão criados nas Regiões Policiais órgãos de comando com jurisdição sobre toda a tropa regional e responsável pela sua vida disciplinar e administrativa; êsses comandos nenhuma ingerência direta terão no serviço policial propriamente dito, cujo responsabilidade pertencerá exclusivamente aos Delegados Regionais de Polícia, cabendo àqueles, tão somente, atenderem às requisições que lhes serão feitas pelos últimos.

Poderá assim a Chefatura de Polícia, com a colaboração indispensável do Comando da Polícia Militar do Estado, contribuir para o restabelecimento da confiança pública na probidade da tradicional milícia do Paraná.

CONCLUSÕES

Para concluir, em síntese podemos afirmar que:

- sem organização adequada;
 - dotada de pessoal insuficiente para o volume dos serviços;
 - sem transportes;
 - sem comunicações rápidas;
 - sem instalações apropriadas para muitos de seus órgãos,
- é bastante precária a situação da Polícia Civil, situação essa que encontrarmos ao assumir o Governo do Estado.

Realmente, o policiamento preventivo é praticamente NULO e o repressivo FALHO.

Foge a Polícia, dêsse modo, ao cumprimento de suas finalidades precípuas; e cumpre acentuar que não constituirá economia negar-lhe os recursos imprescindíveis ao seu reaparelhamento, pois implicará tal negativa em desperdício das já vultosas somas absorvidas pelo atual mecanismo que, ineficiente, deixa de garantir a tranquilidade, a segurança tão necessárias ao bem estar dos cidadãos, e em particular ao progresso da coletividade.

Cabe agora resumirmos as necessidades apontadas e, principalmente, seriá-las na ordem da urgência da respectiva satisfação, posto que bem facilmente se compreende a impossibilidade de atingir-se, de um salto, os objetivos colimados.

Assim, no que se refere à organização, impõe-se a seguinte ordem de prioridade:

- 1 — Criação do Serviço de Almozarifado
- 2 — Criação dos Serviços de Transportes e de Rádio-Comunicações
- 3 — Aumento dos efetivos dos quadros de Agentes, da Guarda Civil e dos Serviço de Trânsito
- 4 — Criação da Escola de Polícia
- 5 — Desdobramento das Delegacias Especializadas
- 6 — Descentralização de serviços técnicos
- 7 — Ampliação das carreira de Delegado e Escrivães de Polícia até ao âmbito dos Municípios.

Tudo isso, naturalmente, decorrendo da revisão e atualização do Regulamento Geral da Polícia Civil, com a progressiva execução das modificações introduzidas, condicionada pelas disponibilidades orçamentárias.

No que respeita às instalações parece-nos sumamente necessário:

- 1 — Conclusão das obras da Colônia Penal Manoel Ribas e da Prisão Isolada de Mulheres;
- 2 — Aquisição de mobiliário e material de alojamento para as Delegacias e Sub-Delegacias do Interior;
- 3 — Reforma geral das atuais ou construções de novas instalações da Delegacia de Plantão e respectivo Xadrez;
- 4 — Conclusão dos prédios em construção, no interior, destinados a Delegacias e Sub-Delegacias, ou construção de novos prédios adequadas;
- 5 — Conclusão das obras da Colônia de Psicopatas;
- 6 — Construção de edifício para reunir e instalar adequadamente, na Capital, as repartições e órgãos centrais da Polícia Civil.



SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Saúde e Assistência Social

Os serviços de Saúde e Assistência Social veem merecendo os mesmos cuidados que temos dispensado a todos os órgãos da administração pública.

A Secretaria de Saúde e Assistência Social através de seus diferentes órgãos, como: o Departamento Administrativo, o Departamento de Saúde, o Departamento de Assistência Social e o Departamento Estadual da Criança, poderá executar as tarefas a seu cargo e são das mais complexas, porque o Governo compreende muito bem que na saúde das populações se alicerça a grandeza do Estado.

Sabemos que os recursos de que dispomos são limitados e temos que nos submeter às contingências do momento, isto no entretanto, não constituirá uma impossibilidade total.

Será, disso não duvidamos, apenas um obstáculo a vencer no caminho do bem estar coletivo.

Departamento Administrativo

O Departamento Administrativo vem funcionando regularmente, de 1.º de fevereiro a esta data.

Suas atividades tem se limitado aos trabalhos de rotina da S. S. A. S.

Estuda, também, a organização do Serviço de Comunicação ao qual competirá:

- I — receber, registrar, distribuir, expedir e guardar a correspondência oficial e papéis relativos às atividades da S. S. A. S.
- II — atender ao público em seus pedidos de informações bem como orientá-lo no modo de apresentar suas solicitações, sugestões ou reclamações.

O Serviço do Departamento Administrativo compreende:

Turma de Entrada (já em funcionamento).

Turma de Movimento e Informações (funcionando em parte).

Turma de Saída e Expedição (funcionando em parte).

Turma de Arquivo.

Departamento de Saúde

O Departamento de Saúde desenvolve uma atividade de grande significação dentro da Secretaria a qual se subordina.

Seus trabalhos principais podem ser relacionados nos títulos seguintes:

1) Divisão de Propaganda e Educação Sanitária.

Esta divisão se acha em franca atividade, com um pessoal mínimo e com os recursos materiais imprescindíveis.

2) Divisão da Lepra.

Esta divisão está tomando as medidas necessárias para fazer funcionar brevemente dois dispensários de Lepra: um em Londrina e outro em Guapuva.

3) Divisão de Endemias.

A organização atual do Departamento de Saúde não satisfaz às exigências modernas da saúde pública.

Assim é que a divisão de Bio-Estatística e Epidemiologia não cuida em absoluto de epidemiologia, dado o volume de serviço que tem só na parte de bio-estatística.

Deste modo tem sido descurada completamente a parte que se refere a estudos epidemiológicos, trazendo isto um grande atraso aos problemas sanitários ligados às endemias no Estado.

4) Divisão de Assistência ao Psicopata.

Um fato que merece a nossa consideração é existir um Departamento de Assistência ao Psicopata, na S. S. A. S. quando vamos fazer funcionar apenas um Hospital Colônia de Assistência ao Psicopata.

Uma divisão poderá atender perfeitamente a êsses serviços.

5) Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional.

De há muito que a Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, seguindo o exemplo do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina apresenta os serviços que a compõem desdobrados do seguinte modo:

a) Serviço de Fiscalização da Medicina.

b) Serviço de Fiscalização de Farmácia.

c) Serviço de Fiscalização de Odontologia.

d) Serviço de Fiscalização de Entorpecentes.

Esse desdobramento traduz, porem, só um fato teórico e uma divisão artificial da Divisão, que na realidade nem está assim estruturada, nem possui o pessoal que tal estrutura leva a supor.

6) Serviço de Higiene Infantil.

Sabemos que a fase melhor de se fazer saúde pública, isto é, de se inculcir no espírito do indivíduo os benefícios da saúde pública se verifica na infância e adolescência.

Este Serviço deverá, futuramente, ser transformado em Divisão para melhor atender às suas finalidades com o nome de Divisão de Higiene da Criança.

8) Divisão dos Distritos Sanitários.

A esta divisão se subordinam os Serviços Sanitários do interior. Pensa-se atualmente na sua remodelação.

Além destas divisões funcionam com subordinação ao Departamento de Saúde:

o Laboratório Geral;
os Hospitais e Sanatórios;
outros Serviços.

Observa-se daí a complexidade dos trabalhos relacionados com a saúde pública.

É um relato sucinto que o trazemos ao vosso conhecimento mas que apresenta, no entanto, o esboço das principais tarefas a cargo da S. S. A. S. cuja alta finalidade pode se depreender da presente exposição.

Em futura Mensagem, a ser apresentada por ocasião da reabertura dos trabalhos ordinários dessa egrégia Assembleia Legislativa no próximo ano, explanaremos todos os trabalhos desenvolvidos em prol da saúde pública no Paraná, para a qual o nosso Governo não medirá esforços.

Departamento de Assistência Social

É tarefa primordial deste Departamento o reajustamento do material humano.

O campo de ação do Serviço Social abrange o ser humano em todas as suas atividades e possibilidades, intelectuais, físicas, morais e sociais.

É sempre em vista da dignidade da pessoa humana e da sua finalidade que se empreende a obra de reerguimento individual e social.

A tarefa de reajustamento, individual ou social é complexa e difícil porque envolve problemas de ordem física, econômica, intelectual e moral determinados por causas múltiplas, umas decorrentes da própria imperfeição humana e outras das deficiências na organização e funcionamento da sociedade.

Esses problemas podem atingir o indivíduo, a família e a coletividade; sempre, porém, a solução completa e satisfatória dependerá da remoção das causas e como muitas vezes provém do meio social, há necessidade de uma ação total que envolva simultaneamente, o homem e o meio com o qual está em constante e íntima relação.

Para execução de um problema de ação é preciso meios materiais, pessoal técnico suficiente e cooperação de todos.

No corrente ano este Departamento foi dotado de verbas diminutas, principalmente para prestar assistência financeira aos assistidos; as subvenções e auxílios às obras particulares de assistência social também não foram contempladas com boas verbas; pois têm se criado numerosas obras sociais novas e a verba de auxílios e subvenções vem se conservando mais ou menos na mesma importância, apesar da elevação assustadora do padrão de vida.

Esses auxílios e subvenções dados pelo Estado devem sempre obedecer um critério técnico e de acordo com os recursos do meio e não político.

De acordo com o quadro anexo, há necessidade de um aumento de verba para gastos com:

Pessoal Fixo

Diretoria — Divisão dos casos Coletivos — Divisão dos
casos Individuais Cr\$ 215.443,90

| | | |
|---|------|------------------------|
| Centro de Formação Profissional para Menores | Cr\$ | 37.908,10 |
| <i>Pessoal Variável</i> | | |
| Diretoria — Divisão dos Casos Coletivos — Divisão dos casos Individuais | Cr\$ | 15.713,50 |
| Centro de Formação Profissional para Menores — Abrigo Provisório para Menores Abandonados | Cr\$ | 259.056,20 |
| Despesas Diversas. (Auxílios à assistidos) | Cr\$ | 200.000,00 |
| TOTAL | | Cr\$ 728.121,70 |

Afim de atender subvenções e auxílios a obras de Assistência Social particulares no Estado, bem como atender gastos de manutenção do Asilo São Vicente de Paulo, Escola de Reforma, Abrigo de Menores do Portão, S. Feminina, etc., é necessário que a verba destinada a esses fins seja suplementada com Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros), no presente exercício.

Há necessidade premente de que sejam aumentadas as dotações orçamentárias deste Departamento para o corrente exercício, num total geral de Cr\$ 4.228.121,70 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, cento e vinte e um cruzeiros e setenta centavos), afim de que o mesmo possa assim atender tôdas as necessidades previstas para o desenvolvimento normal dos trabalhos a ele afetos.

No relatório da Divisão de Serviço Social de Casos Individuais tem-se a idéia precisa dos trabalhos realizados em suas várias modalidades, assim como várias sugestões que visam o aperfeiçoamento do trabalho da mesma e sua melhor distribuição.

Essa Divisão tem por fim orientar o trabalho que diz respeito a assistência individual visando o reajustamento dos casos que se apresentam. Verifica as causas que de qualquer modo promovem ou concorrem para o desajustamento dos indivíduos; e depois procura solucionar as mesmas dando para os problemas encontrados tratamento adequado.

Enquanto não se têm as Agências de Serviço Social no Interior do Estado em funcionamento, torna-se muito difícil atender todo o Estado. São enviados pesquisadores sociais da Capital para fazerem viagens periódicas ao interior.

Nesse curto período foram matriculados 698 novos casos e feitas 623 visitas domiciliares.

Das assistências prestadas, em função do reajustamento dos casos estão de acôrdo com a variedade dos que se apresentam e a necessidade de cada um.

As formas mais comuns foram de assistência material, tais como: assistência em gêneros alimentícios — 1.183; assistência Médico-Hospitalar — 249; assistência relativa a alojamento de habitação — 366; assistência relativa ao trabalho — 138; assistência em orientação e educativa — 144; e etc.

Departamento Estadual da Criança

O problema básico do Departamento Estadual da Criança é o da mortalidade infantil, de particular significação pelas suas características de altas cifras nos municípios com tendência a não modificar para melhor os seus coeficientes. Assim, o levantamento dos índices em cada Município foi das primeiras preocupações, sem o que não seria possível fazer qualquer planejamento ou sugestão, para nortear as atividades. O resultado médio dos últimos 10 anos deu os coeficientes sempre para mais de 100 por mil, chegando em alguns a mais de 200 por mil, como Carlópolis, S. Jeronimo, Joaquim Távora, Cinzas, Ribeirão do Pinhal, Tomazina, Wenceslau Braz e outros mais, acentuando mais a tendência estacionária na maior parte e pronunciada tendência a alta, como está acontecendo em Curitiba, que passou de 80 e 94 por mil em 1.947 e 1.949, para 112 por mil em 1.950.

Na situação atual em que se acha o nosso arsenal de proteção à Maternidade e à Infância, o problema ainda se encontra em fase onde culmina em importância o fator alimentar. De nada valerá o serviço a uma criança gerada por mãe que atravessou a gestação em extrema carência alimentar. A preocupação de se atacar direta ou indiretamente o problema alimentar, afim de não assistirmos a formação sub-normais, com o cortejo de males e consequências.

A luta contra a ignorância deve merecer especial cuidado, particularmente visada a educação das mães e futuras mães, nos princípios fundamentais da puericultura, em relevância dos cuidados a dispensar à criança e nos preceitos básicos da defesa contra os perigos, alimentar e infeccioso, os dois responsáveis maiores.

Por isso, um primeiro passo a dar, para que as nossas obras de proteção direta à Mãe e à Criança possam escapar a classificação de improdutividade, que sobre elas tem passado, é modificar fundamentalmente a mentalidade daqueles que nelas trabalham, de modo a conseguir que coloquem em primeiro plano de suas atividades a preocupação de educar, preparar e instruir nos preceitos básicos, ao contrário do que geralmente vem acontecendo, pela preocupação exclusiva da assistência.

O conceito de que os problemas de saúde não se puderam resolver sem

trabalho, dedicação e recursos deve imprimir com firmeza e decisão, em terreno de realizações práticas de imediato e eficiente utilidade. Trabalho e dedicação não faltarão nesta tarefa iniciada, mas, é absolutamente indispensável darmos os recursos à altura do vulto do encargo.

Na orientação das atividades, do Departamento Estadual da Criança vêm sendo imprimida duas grandes e imediatas providências: a mobilização geral de duas forças e a movimentação de recursos financeiros.

* * *

Está o Departamento Estadual da Criança funcionando no Centro de Puericultura da Capital, instituição assistencial e que tem finalidade eminentemente social. Dêste modo, pela exiguidade de espaço muito afastado para uma Repartição de sua importância, necessita solução definitiva com sede satisfatória.

Procuramos remediar no momento, fazendo funcionar no horário da manhã o Centro de Puericultura e no horário da tarde o D.E.C. tão logo sejam concluídas as instalações para a transferência do Lactário, localizado na sede do Departamento de Assistência Social.

Inicialmente foi constatado que o serviço de administração constante do Regimento, não estava em funcionamento organizado, de tal modo que as questões de pessoal, material, arquivo, contabilidade e tesouraria, não vinham tendo controle sistematizado. Este serviço foi regulamentado e a administração mais normalizada, dentro de planejamento geral de funcionamento com determinações de obrigações, deveres e responsabilidade de todo o pessoal.



ÓRGÃOS AUXILIARES

Departamento Estadual de Compras

Os dados que fornecemos a seguir, referem-se ao Departamento Estadual de Compras — ao qual estão afetas as compras do material de que necessitam os órgãos da Administração Pública.

Foi o seguinte o movimento do D.E.C., durante o exercício de 1.950.

MOVIMENTO DE COMPRAS

No exercício em relato montou em Cr\$ 58.248.482,40 o serviço das compras realizadas, assim distribuído:

| | |
|-----------------------------|----------------------|
| Janeiro | 5.902.873,10 |
| Fevereiro | 7.199.656,80 |
| Março | 6.076.121,10 |
| Abril | 4.795.095,00 |
| Maió | 5.980.708,00 |
| Junho | 2.596.430,50 |
| Julho | 3.243.200,50 |
| Agosto | 2.309.608,80 |
| Setembro | 3.179.641,50 |
| Outubro | 2.196.247,50 |
| Novembro | 14.768.899,60 |
| Dezembro | — |
| T O T A L | 58.248.482,40 |

DOS ORGÃOS CONSUMIDORES

Os materiais adquiridos no exercício em aprêço foram distribuídos mediante requisições, aos seguintes setores administrativos:

| | |
|--|---------------|
| I — Secretaria do Palácio do Governo | 4.737.297,00 |
| II — Secretaria do Int. e Justiça | 3.851.705,50 |
| III — Secretaria da Fazenda | 6.296.690,50 |
| IV — Secretaria de V. O. Públicas | 6.883.380,40 |
| V — Secretaria de A. I. Comércio | 8.542.418,10 |
| VI — Secretaria de Educação e Cultura | 6.681.043,50 |
| VII — Secretaria de S. A. Social | 12.752.245,90 |

| | |
|-----------------------------------|----------------------|
| VIII — Chefatura de Polícia | 4.474.686,00 |
| IX — Almozarifado do D.E.C. | 4.129.010,50 |
| T O T A L | 58.248.482,40 |

Comparados êsses totais com o resultado do exercício de 1.949, teremos:

| | |
|--|----------------------|
| Compras em 1950 | 58.248.482,40 |
| Compras em 1949 | 28.702.892,40 |
| Diferença a maior em 1950 | 29.545.590,00 |

DA CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL

A soma de Cr\$ 58.248.482,40, dos produtos adquiridos em 1950, teve a seguinte classificação orçamentária, segundo a natureza dos materiais:

| | |
|----------------------------|----------------------|
| a) Permanente | 22.339.768,50 |
| b) Consumo | 33.181.296,60 |
| c) Despesas Diversas | 2.667.417,30 |
| T O T A L | 58.248.482,40 |

DOS PROCESSOS DE PAGAMENTO

Para resgate dos compromissos assumidos em consequencia da aquisição de materiais em 1950 e também para liquidação de Restos a Pagar (de 1949), transitaram pelo D.E.C., devidamente processados, 4967 requerimentos, como a seguir se discrimina:

| | | | |
|-----------|--------|-------------|-------------------|
| Fevereiro | de n.º | 1 a 458 | Cr\$ 4.876.378,20 |
| Março | " | 459 a 895 | Cr\$ 4.458.790,40 |
| Abril | " | 896 a 1259 | Cr\$ 3.424.449,20 |
| Maiο | " | 1260 a 1840 | Cr\$ 5.103.460,20 |
| Junho | " | 1841 a 2424 | Cr\$ 2.995.044,80 |
| Julho | " | 2425 a 3038 | Cr\$ 3.707.681,70 |
| Agosto | " | 3039 a 3501 | Cr\$ 3.275.529,10 |
| Setembro | " | 3502 a 3859 | Cr\$ 3.620.491,20 |
| Outubro | " | 3860 a 4260 | Cr\$ 2.385.487,80 |
| Novembro | " | 4261 a 4737 | Cr\$ 5.519.225,00 |
| Dezembro | " | 4738 a 4967 | Cr\$ 1.958.243,90 |

T O T A L Cr\$ 41.324.181,50

Êste total corresponde aos processos que foram pagos pelo Tesouro do Estado.

Pela Tesouraria do D.E.C. foram pagos Cr\$ 9.299.765,90.

Para Restos a Pagar, e consequente liquidação no exercício de 1951, tivemos o total de Cr\$ 8.973.081,50, de compras feitas em 1950, cujos valores foram regularmente empenhados.

Diante do exposto, temos a seguinte demonstração:

| | |
|------------------------------------|---------------|
| Fornecimentos feitos em 1950 | 58.248.482,40 |
|------------------------------------|---------------|

| | |
|--|----------------------|
| Menos em materiais fornecidos pelo estoque do D. E. C. | 2.358.216,20 |
| Líquido fornecido p/comercio | 55.890.266,20 |
| Total das contas processadas, pagas pelo Tesouro do Estado em 1950 | 41.324.181,50 |
| Total pago pela Tesouraria do D.E.C. .. | 9.299.763,00 |
| Restos a Pagar que passaram para 1951 .. | 8.973.081,50 |
| T O T A L | 59.597.028,00 |

A diferença de Cr\$ 3.706.761,80 representa a liquidação, em 1950, de processos de pagamentos provindos de exercícios anteriores.

DO EXPEDIENTE

Foi o seguinte o movimento de 1950, comparado com o de 1949:

| | 1950 | 1949 |
|---|-------|------|
| Ofícios recebidos | 2719 | 1907 |
| Ofícios expedidos | 2510 | 2112 |
| Requisições recebidas | 4833 | 5478 |
| Pedidos emitidos | 13301 | 8800 |
| Processos de pagamentos | 4967 | 4803 |
| Portarias baixadas | 79 | 57 |
| Telegramas expedidos | 112 | 49 |
| Requisições internas | 56 | 62 |
| Concorrências públicas | 10 | 10 |
| Concorrências administrativas | 30 | 63 |
| Processos de coletas de preços | 11420 | 4000 |

DOIS PERÍODOS ADMINISTRATIVOS

Esta é a exposição dos fatos administrativos de 1950.

Mas, levando-se em conta que a gestão anterior perdurou até o dia último de Janeiro de 1951, faz-se mister que, neste mesmo trabalho, incluamos o registro do movimento do D.E.C., mesmo porque parece interessante definirmos o limite exato em que encontramos as operações deste setor, em princípio de Fevereiro.

DAS COMPRAS EM JANEIRO DE 1951

Durante o primeiro mês do presente exercício financeiro, montou em Cr\$ 16.579.574,90 a soma das compras efetuadas, distribuídas pelos órgãos abaixo relacionados:

| | |
|--|--------------|
| a) Assembléia Legislativa | 68.497,90 |
| b) Secret. do Palácio do Governo | 2.767.778,40 |
| c) Secret. do Int. e Justiça | 269.260,50 |
| d) Secret. da Fazenda | 2.606.128,00 |
| e) Secret. de V. O. Públicas | 6.781.321,50 |
| f) Secret. de A. I. Comércio | 600.839,30 |

| | | |
|----|-------------------------------------|--------------|
| g) | Secret. de Educação e Cultura | 883.293,30 |
| h) | Secret. de S. Assist. Social | 1.370.210,90 |
| i) | Chefatura de Polícia | 1.232.245,10 |

T O T A L 16.579.574,90

Ora, tendo-se em vista que em janeiro de 1950 as aquisições de materiais somaram Cr\$ 5.902.873,10 é de notar que, em janeiro de 1951, verificou-se uma diferença, a maior de Cr\$ 10.676.701,80.

Sendo aquele Departamento subordinado à Secretaria do Palácio do Governo, figuram sob seu título não só os fornecimentos de materiais requisitados pelo Palácio, mas, também, os materiais que adquirimos para o nosso estoque, no valor de Cr\$ 604.726,00.

DA CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS

Segundo a natureza dos materiais, é a seguinte a sua classificação:

| | | |
|----|--------------------------------|---------------|
| a) | Permanente | 2.517.657,30 |
| b) | Consumo | 14.056.563,00 |
| c) | Despesas Diversas | 5.354,60 |

T O T A L 16.579.574,90

DOS PROCESSOS DE PAGAMENTO

Devidamente processados, transitaram por aquele órgão em janeiro de 1951 requerimentos solicitando pagamento de materiais fornecidos em 1950, os quais constituíram a soma de Cr\$ 2.163.756,50, valor pago ou a pagar pelo Tesouro do Estado, sob o título de "Restos a Pagar".

Durante o mês em questão a Tesouraria do D.E.C. não teve oportunidade de realizar pagamentos em liquidação de débitos provenientes de fornecimentos de materiais diversos.

DAS COMPRAS EM FEVEREIRO E MARÇO DE 1951

Nêstes dois meses de nossa administração, as requisições de materiais atingiram o valor de Cr\$ 7.167.371,10, produtos que foram assim distribuídos pelas repartições:

| | Fevereiro | Março |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| a) Secret. do Palácio do Governo .. | 230.146,60 | 1.175.920,10 |
| b) Secret. do Int. e Justiça | 44.026,40 | 95.722,70 |
| c) Secret. da Fazenda | 374.033,50 | 610.778,70 |
| d) Secret. de V. O. Públicas | 93.808,90 | 118.127,10 |
| e) Secret. da A. I. e Comércio | 276.008,70 | 467.394,60 |
| f) Secret. de Ed. e Cultura | 94.735,30 | 215.024,50 |
| g) Secret. de S. A. Social | 715.917,20 | 1.067.521,60 |
| h) Chefatura de Polícia | 939.671,20 | 648.534,00 |
| | 2.768.347,80 | 4.399.023,30 |

Nêstes dois meses e sob o título de "Secretaria do Palácio do Governo fi-

guram Cr\$ 165.274,50 e Cr\$ 1.071.287,00, respectivamente, que são valores correspondentes aos materiais adquiridos para estoque.

CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

Assim ficam classificados os produtos adquiridos no período ora em exame:

| | Fevereiro | Março |
|----------------------------|---------------------|---------------------|
| a) Permanente | 690.658,70 | 1.395.349,70 |
| b) Consumo | 2.063.305,00 | 3.000.325,00 |
| c) Despesas Diversas | 14.384,10 | 3.348,60 |
| | <u>2.768.347,80</u> | <u>4.399.023,30</u> |

DOS PROCESSOS DE PAGAMENTO

Encontram-se em andamento, devidamente informados, processos de requerimentos solicitando pagamento de materiais fornecidos, no total de Cr\$ 6.925.682,30, como se vê:

| | Fevereiro | Março |
|----------------------|---------------------|---------------------|
| Restos a Pagar | 2.678.700,50 | 1.147.340,80 |
| Contas de 1951 | 924.397,00 | 2.175.244,00 |
| TOTAIS | <u>3.603.097,50</u> | <u>3.322.584,80</u> |

A Tesouraria do D.E.C., pagou em Fevereiro o valor de Cr\$ 1.584.616,40 de contas relativas a fornecimentos de materiais diversos, não tendo, agora, em Março, efetuado liquidações dessa natureza.

EM CONCLUSÃO

Não deveríamos encerrar esta exposição sem uma referência ao regime pôsto em prática desde 17 de abril corrente, naquele Departamento. Trata-se da iniciativa de pagar à vista, isto é, dentro de trinta dias, os débitos provenientes das compras que realizarmos, cujas 'Coletas de Preços' tenham sido procedidas dessa data em diante.

Tal medida virá trazer a vantagem dos descontos de praxe, no comércio, de dois e três por cento, o que afinal constituirá apreciável economia, dado o vulto das aquisições que se processam anualmente.

Mas, além disso, a grande, a maior vantagem que o Governo vai auferir com este sistema é a magnífica diferença, para menos, nos preços de compra.

Sabe-se que a demora do processo de pagamento, como até então se vinha procedendo é, sem dúvida, a causa da considerável elevação do custo dos materiais consumidos pelos serviços da administração estadual.

O fato virá determinar maior interesse por parte do comércio e da indústria, fornecedores do Estado, pois o pagamento à vista significa margem segura para as transações ampliadas, com redução de preços.

Departamento Administrativo do Oeste

Logo que assumimos o Governo do Estado, ordenamos providências no sentido da imediata paralização no andamento dos requerimentos sobre terras, bem como, um levantamento de todo o processado existente no Departamento Administrativo do Oeste, para que pudesse ser conhecido a situação exata.

Ordens foram dadas, também, para que fosse feito um levantamento do material existente.

Não pôde ser feito o confronto com o inventário que deveria existir, porque os funcionários desconheciam a existência de levantamentos anteriores e mesmo, porque não foram encontrados elementos para esse cotejo.

Providencias energicas foram dadas no sentido da regularização do transito de papeis no Protocolo, que estavam com bastante atrazo, inconcebível em se tratando de Secção Chaves de todo o Departamento.

Tal era o atrazo dos serviços do Protocolo, que somente após decorridos 71 dias é que o expediente ficou normalizado.

De inicio também, constatou a Diretoria do D.A.O. que o prédio em que funciona o Departamento é pequeno demais para as necessidades dos diversos serviços, não podendo, quasi, abrigar os funcionários. Para resolver este assunto, examinaremos a possibilidade de transferir o Departamento para local mais adequado e espaçoso, o que faremos em época oportuna, quando pudermos dispôr de local de acôrdo com as conveniências do Departamento.

Dispondo o Departamento Administrativo do Oeste de três Inspetorias, a 8.^a sita em Laranjeiras do Sul, a 9.^a em Clevelândia e a 15.^a em Mangueirinha para Chopim, local mais próximo da região das terras devolutas, de mais facil acêso, portanto, aos interessados.

Em 23-2-51, foi designada uma Comissão para fazer inspeções nas 8.^a, 9.^a e 15.^a Inspetorias de Terras, apresentando relatório pormenorizado do estado actual dos trabalhos.

Tal Comissão, saiu-se admiravelmente e o encargo recebido, fazendo levantamentos gerais nas Inspetorias, encontrando muitissimas irregularidades, entre as quais, os serviços que eram executados por pessoas que, abusivamente, usavam Livro de ponto, usavam e abusavam de prerrogativas oficiais, não sendo funcionários do Estado.

Com referência aos funcionários do D.A.O., foram atendidas por esta Diretoria, todas as medidas julgadas indispensáveis para o regular, bom e eficiente andamento dos serviços. Se bem que tolerante, a Diretoria do D.A.O. não tem permitido dissidia na função pública.

Infelizmente, a falta de um quadro permanente adequado, embaraça e

prejudica o bom andamento deste importante órgão da administração, sobrecarregando, sobremaneira, os serviços não só dos funcionários existentes como, principalmente, do Diretor.

Um quadro permanente composto que fosse, em sua maior parte, de Engenheiros e Técnicos, resolveria os problemas premitidos deste órgão complexo.

Em relação às obras do Estado, encontramos alguns serviços paralisados e os contratantes com as contas em atraso, o que estava prejudicando o bom andamento.

Esforçou-se a Diretoria do D.A.O. no tocante a regularização deste assunto, estando, presentemente, efetuando os pagamentos de acordo com as possibilidades do Tesouro.

É pensamento exigir-se absoluto respeito aos contratos firmados, nos prazos fixados mas é óbvio que isto só pode ser conseguido, desde que os pagamentos sejam efetuados em dia.

Providências outras, de ordem administrativa foram determinadas, sendo desnecessário mencioná-las por constituírem serviços de rotina.

SETOR DE COLONIZAÇÃO

Contando com uma região vasta, composta de fertilíssimas terras, sem dívida alguma é o serviço de colonização um dos que, naquele Departamento, vem sendo atendido agora com mais carinho.

Há, na verdade, grande interesse na aquisição de terras por parte de colonos, que vindos de vários Estados, buscam o Paraná.

A região de Pato Branco, no Município de Clevelândia, vem sendo muito procurada por lavradores oriundos do Rio Grande do Sul, na maior parte descendentes de italianos, os quais se dedicam, principalmente às culturas de vinha e trigo. Dando nova orientação à 9.^a Inspeção, sediada em Clevelândia, conta o Departamento Administrativo do Oeste ter logo concluído o serviço de loteamento rural e também urbano, este das sedes das colônias de Pato Branco e Barro Preto, para que possa encaminhar os inúmeros pedidos de compra de terras.

Núcleo Cruzeiro: — Dentre todas as terras subordinadas administrativamente ao D. A. O., as que estão localizadas na região de Cruzeiro, a margem esquerda do Rio Tapiraqui, Distrito de Guaira Município de Foz do Iguaçu, são as de maior fertilidade e procura, porque ali o nosso ouro verde, que é o café, encontra o seu verdadeiro "habitat". Vários núcleos foram projetados na mesma região, tais como: Cruzeiro, Rio de Areia, Rio Chambre, Rio do Veado, etc., compostos, cada um deles de várias glebas, subdivididas em lotes rurais com a área máxima de 500 hectares, consoante exigência da nossa Constituição Estadual. Algumas dessas glebas já foram definitivamente tituladas. Outras, ainda estão sendo demarcadas. Recebendo o D. A. O. reclamações de posseiros que tiveram desrespeitadas suas posses, suspendeu aquele Departamento, o encaminhamento de novos requerimentos, até que, feito um levantamento geral, possa o Governo bem ajuizar da justiça e procedência dessas reclamações.

Colônia Serra dos Dourados — O Governo anterior determinou a formação da Colônia Serra dos Dourados numa gleba de mais ou menos 40.000 alqueires a serem divididos em lotes coloniais de 40 alqueires, no máximo, cada um. Infelizmente, por motivos diversos, foram desvirtuados os objetivos da formação da Colônia Serra dos Dourados.

Muito embora seja a região em apreço, como já afirmamos, a que, pela

fertilidade de suas terras, devia merecer especial trato e cuidados do Governô e especialmente do D. A. O., infelizmente ali nada foi feito, absolutamente nada, pelo Governô passado, o qual limitou-se apenas em vender grande parte das terras para café daquela zona! A única estrada de acesso a Cruzeiro e demais núcleos inclusive Serra dos Dourados, estrada essa atualmente sem qualquer conserva, foi construida por uma firma particular.

Urge a colocação de turmas que façam os reparos necessários, afim de que na próxima safra, os produtos da terra tenham saída para os centros consumidores. A propósito, o D. A. O. está fazendo um estudo afim de deslocar turmas de estradas sem importância comercial e econômica, como o é a da estrada Mangueirinha-Clevelândia, para a estrada Araruna-Cruzeiro.

Essa é uma medida de grande alcance para o desenvolvimento econômico de Cruzeiro e núcleos vizinhos, até agora inteiramente relegados, ao mais completo abandono.

Patrimônio de Cruzeiro — Mandamos projetar o Patrimônio de Cruzeiro em local onde em breve será uma estação de Estrada de Ferro Norte do Paraná.

Colônia Benjamin Constant — Ainda no Município de Fóz do Iguaçú, conta o D.A.O., com mais uma colônia: a Benjamin Constant composta de 146 lotes rurais, afóra a área de 208 hectares reservados para a sede colonial.

Sede Cascavél — Em vias de conclusão está o serviço de demarcação da nova sede de Cascavél. A Colônia Chagú, composta de 140 lotes rurais em 297 hectares para sede da mesma, está em franco desenvolvimento.

Fizemos dêste modo, um pequeno relato das principais atividades do D. A. O. para que as medidas que se tornarem necessárias no futuro, encontrem guarida no conhecimento que essa egrégia Assembléa Legislativa tiver do assunto.

Departamento de Assistência Técnica aos Municípios

Registramos a seguir algumas informações sobre o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

I - CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Os totais dos créditos orçamentários constantes da verba 206, deste Departamento, para o corrente exercício, somam a importância de Cr\$ 2.793.640,00 (dois milhões setecentos e noventa e três mil e seiscentos e quarenta cruzeiros).

Entretanto, encontramos em disponibilidade do crédito acima, somente a importância de Cr\$ 962.408,80, com a qual é quase impossível arcarmos com as necessidades que se nos apresentam para o resto do exercício financeiro de

II - CRÉDITOS ESPECIAIS

Conta o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios com os seguintes créditos especiais:

1) Aberto pela Lei nr. 454 de 29-11-1950, distribuído pelo Decreto nr. 12.870, de igual data, publicado no Diário Oficial do Estado nr. 226, de 4-12-1950 - Cr\$ 22.618.990,00.

A situação deste crédito ao assumirmos o governo, é a seguinte:

| | | |
|-------------------------------|------|---------------|
| Importâncias empenhadas | Cr\$ | 15.844.492,80 |
| Estornos | Cr\$ | 1.210.850,00 |
| Saldo a empenhar | Cr\$ | 8.485.347,70 |
| | | <hr/> |
| Total do Crédito | Cr\$ | 22.618.990,00 |

Cumpra, porém, salientar, que a importância de Cr\$ 8.485.347,70, considerada como saldo a empenhar, está gravada de ônus por força dos seguintes contratos:

- Para construção de uma ponte em concreto armado sobre o Rio Ivai, no Município de Campo do Mourão, calculada em Cr\$ 6.615.550,00;
- Ajuda para os serviços da futura estrada Campo do Mourão a Piquiri, calculada em Cr\$ 600.000,00; e c
- Ajuda para consertos no conjunto elétrico da usina de São Mateus do Sul, calculados em Cr\$ 30.000,00.

Estas importâncias somadas atingem o total de Cr\$ 7.245.550,00. Logo, na hipótese de serem efetivamente realizados os serviços acima enunciados, o verdadeiro saldo a empenhar seria de Cr\$ 1.239.797,70.

O total de Cr\$ 15.344.492,30 corresponde aos empenhos constantes da relação de credores.

2) Aberto pela Lei nr. 435, de 24-11-1950, distribuído pelo Decreto nr. 12.834, de 25-11-1950, publicado no D.O.E. nr. 221, de 28-11-1950 — Cr\$ 119.826,80, destinado a atender ao pagamento de despesas de Exercícios Findos, do qual não há saldo.

8) Aberto pela Lei nr. 565, de 17-1-1951 ao Departamento Estadual de Compras e distribuído pelo Decreto nr. 13.640, de igual data, publicado no D. O. E. nr. 262, de 18-1-1951 e posteriormente distribuído a este Órgão, por despacho governamental de 27-1-1951, exarado no ofício nr. 127 de 26-1-51, do D.E.C. e registrada a distribuição pelo Tribunal de Contas do Estado em sessão de 30-1-1951, comunicada a este Órgão pelo ofício nr. 90-51, de 30-1-51, daquele Órgão — Cr\$ 7.626.649,70.

Esta importância foi destinada à aquisição de 25 motoniveladoras 'Adams' nr. 512, adquiridas pelo Estado à Firma 'Latin American Trading Associates' de Chicago, que ainda estão por vir.

III — MAQUINAS

Possuia o Departamento nove (9) motoniveladoras e oito (8) tratores, num total de dezessete (17) máquinas.

Das 9 motoniveladoras, 8 foram vendidas pelo Estado, aos municípios a-diante indicados, mediante contratos de compra e venda, firmados pelos prefeitos e este Departamento.

1) URAI: — uma motoniveladora "Adams" nr. 512, por Cr\$ 558.000,00, importância esta a ser paga pelo recurso da renda proveniente do que dispõe o Art. 20 da Constituição Federal, podendo ainda recorrer à quota partícipe oriunda da Receita de Combustível e Lubrificantes;

2) PALMEIRA: — uma motoniveladora "Adams" nr. 512, por Cr\$ 546.000,00 a ser paga da mesma forma;

3) JAGUAPITÁ: — uma motoniveladora "Adams" nr. 610, no valor de Cr\$ 568.100,00, pagamento nas mesmas condições;

4) PARANAGUA: — uma motoniveladora "Adams" nr. 512, no valor de Cr\$ 381.590,60, pagamento nas mesmas condições;

5) PIRAQUARA: — uma motoniveladora "Caterpillar" modelo 12, por Cr\$ 522.200,00, pagamento nas mesmas condições;

6) CARLOPOLIS: — uma motoniveladora "Caterpillar" modelo 12, por Cr\$ 522.200,00, pagamento nas mesmas condições;

7) GUARAPUAVA: — uma motoniveladora "Caterpillar" modelo 12, por Cr\$ 522.200,00, pagamento nas mesmas condições;

8) RESERVA: — uma motoniveladora "Caterpillar" modelo 12, por Cr\$ 522.200,00, pagamento nas mesmas condições.

A nona motoniveladora foi cedida pelo Estado, à uma firma particular, como pagamento por serviços feitos ao D.E.R. Trata-se igualmente de uma "Caterpillar" modelo 12, no valor de Cr\$ 522.200,00.

Os oito tratores tiveram o mesmo destino, isto é, foram cedidos.

Cinco deles a firmas particulares sendo:

Um trator D-8 com "Scrappet", por Cr\$ 1.089.893,00 (um milhão e oitenta e nove mil e trezentos e sessenta e três cruzados), como pagamento de serviços executados ao D.E.R.;

Um trator D-7, com "bulldozer", por Cr\$ 680.000,00, nas mesmas condições

Um trator D-6 e outro D-7, com "scrapper", por Cr\$ 1.296.548,80, nas mesmas condições;

Um trator D16, por Cr\$ 450.000,00, nas mesmas condições.

Os tratores restantes foram cedidos aos seguintes municípios:

a) Campo do Mourão, um trator D-8, com "bulldozer", por Cr\$ 820.000,00, importância esta a ser paga pela renda oriunda do Art. 20 da Constituição Federal e quota partícipe da Receita de Combustível e Lubrificantes;

b) Prudentópolis, um trator D17 no valor de Cr\$ 680.000,00, nas mesmas condições; e

c) Santa Mariana, um trator D-7 com "bulldozer", no valor de Cr\$ 680.000,00, nas mesmas condições.

Nestas condições, ficou o Departamento sem nenhuma máquina para atender as necessidades dos demais municípios, que constantemente estão solicitando auxílio de maquinário.

É pensamento da direção do D.A.T.M. rever os contratos firmados com as Prefeituras antes indicadas, pois a forma pela qual se operou a venda, penso, não parece absolutamente regular.

Igual sorte devem merecer os contratos celebrados com as firmas particulares, desde que tenha havido irregularidade na forma pela qual se operou a venda. Neste particular, o Órgão competente para opinar será o Departamento de Estradas de Rodagem.

V - PESSOAL

Não conta este Departamento com quadro regular de funcionários.

Pela Lei nr. 43, de 23 de janeiro de 1948, que criou o D.A.T.M., existe somente o cargo isolado de Diretor.

VI - VEICULOS

Possue o Departamento os seguintes veículos:

- a) Uma caminhonete "pic up" chevrolet, ano de fabricação 1950;
- b) Uma caminhonete perna, chevrolet, ano de fabricação 1949; e
- c) Um "jeep" Sander Rover, ano de fabricação 1949.

Todos esses veículos foram encontrados em estado precário.

Câmara de Expansão Econômica e Propaganda do Estado

Duas foram as finalidades atribuídas à Câmara de Expansão Econômica e Propaganda do Estado, pela lei n. 121 de 20 de outubro de 1948, que criou esse órgão: *primeira*, "a de favorecer a expansão econômica do Estado, graças a uma permanente e regular aproximação entre as classes econômicas interessadas na produção e a administração pública" e *segunda*, a de "promover a propaganda econômica e a divulgação do Estado".

Até esta data, no entanto, a Câmara de Expansão só tem atendido este último objetivo, chegando mesmo a desvirtuar sua finalidade, na administração anterior, com propaganda facciosa e pessoal e com a realização de outros encargos, tais como o custeio de festividades cívicas, recepções oficiais e hospedagem a visitantes ilustres, além de diversas atividades de atribuição de outro órgão da administração.

Afim de aparelhar a Câmara de Expansão para a realização de suas verdadeiras finalidades, estamos elaborando um ante-projeto de lei, que encaminharemos a essa Egrégia Assembléia, reorganizando sua estrutura. Pretendemos dar a esse órgão uma importante função no mecanismo administrativo atribuindo-lhe a realização de estudos e pesquisas atinentes à economia do Estado, incumbindo-o também do intercâmbio entre as classes produtoras e o Governo estadual, o que se fará por intermédio de uma nova organização do Conselho Econômico, previsto na lei que criou a Câmara e até agora sem funcionamento. Para dar maior amplitude aos serviços de divulgação das nossas riquezas e da produção do Estado, necessita a Câmara de Expansão de escritórios providos de mostruários e outros elementos de propaganda em São Paulo e na Capital Federal, estabelecendo por essa forma uma ligação efetiva com os grandes centros econômicos e de difusão do País.

Nesta repartição, como em outras da administração pública, o atual Governo encontrou a verba destinada às Despesas Diversas quase exgotada, pois da dotação de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) já haviam sido empenhadas, até 31 de janeiro deste ano, Cr\$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil cruzeiros), tendo sido igualmente empenhado todo o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), votada por essa Egrégia Assembléia em 8 de janeiro de 1951, o que nos obrigará a solicitar a abertura de créditos especiais e suplementares.

Conclusão

Snrs. Deputados.

São essas as informações que julguei de bom alvitre trazer ao vosso conhecimento.

O Governo espera vossa cooperação, e do vosso esclarecimento e patriotismo, sábias deliberações que concorram para o bem comum.

Tendo iniciado minha vida pública como parlamentar, e, durante cinco anos, tomado parte no parlamento brasileiro, identifiquei-me com a instituição. Compreendo-a e respeito-a. Tereis, de minha parte, Snrs. Deputados, a melhor das decisões de convosco trabalhar pela nossa terra

Curitiba, 1.º de Maio de 1951

Bento Munhoz da Rocha Neto

Governador do Estado

MFN 944